



DIAGNÓSTICO SOCIAL

Arcos de Valdevez - 2023



ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	4
III METODOLOGIA.....	11
1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	14
1.1 Território.....	14
1.2 Demografia.....	16
1.3 Dinâmica Socioeconómica e Cultural	21
2. ENQUADRAMENTO SETORIAL	37
2.1 Educação e Formação	37
2.2 Saúde	43
2.3 Segurança	51
2.4 Proteção Social	55
2.5 Habitação.....	65
3. GRUPOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS.....	72
3.1 Crianças e Jovens.....	72
3.2 Pessoas Idosas	74
3.3 Pessoas com Deficiência	77
3.4 População Imigrante	79
4. REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTO SOCIAIS.....	82
4.1 Crianças e Jovens	83
4.2 Pessoas Idosas	86
4.3 Pessoas com Deficiência	89
4.4 Pessoas em situação de dependência.....	91
4.5 Vítimas de violência doméstica.....	93
5. CONCLUSÕES.....	100
IV FONTES	105
Anexos.....	106
Sessões com Parceiros Sociais	107
Principais conclusões das sessões de trabalho	110

LISTA DE SIGLAS

ACES – Agrupamento de Centros de Saúde
CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
EB – Escola Básica
ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados
ELH - Estratégia Local de Habitação
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
GNR – Guarda Nacional Republicana
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS, IP – Instituto da Segurança Social, I.P.
JI – Jardim de Infância
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PATAV - Programa de Apoio ao Turismo de Arcos de Valdevez
PDS – Plano de Desenvolvimento Social
PIB – Produto Interno Bruto
Pro – Valor provisório
RLIS – Rede Local de Intervenção Social
RSI – Rendimento Social de Inserção
SAD – Serviço de Apoio Domiciliário
SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SNS – Serviço Nacional de Saúde
UC - Unidade de Convalescença
UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade
ULS – Unidade Local de Saúde
ULSAM – Unidade Local de Saúde do Alto Minho
UMDR - Unidade de Média Duração e Reabilitação
USAG – Unidade de Serviços e Apoio Geral
USF – Unidade de Saúde Familiar

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 NUT III	14
Figura 2 Concelho de Arcos de Valdevez	14
Figura 3 Freguesias do Concelho de Arcos de Valdevez	14
Figura 4 Evolução da população residente (nº)	16
Figura 5 População residente por sexo	16
Figura 6 Alunos matriculados no ensino básico: total e por modalidade de ensino	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Agregados domésticos por dimensão	20
Tabela 2 Equipamentos do pré-escolar	41
Tabela 3 Equipamentos do 1º Ciclo	41
Tabela 4 Equipamentos do 2º e 3º Ciclos	42
Tabela 5 Equipamento Ensino Secundário	42
Tabela 6 Equipamentos do Ensino Profissional	42
Tabela 7 Equipamentos do Ensino Superior	42
Tabela 8 Serviços privados de Saúde	44
Tabela 9 Habitantes por médico e farmacêutico	45
Tabela 10 Óbitos de residentes em Portugal por algumas causas de morte	47
Tabela 11 Crimes registados pelas polícias: total e por tipo de crime	52
Tabela 12 Crimes registados pelas polícias: 20 crimes mais participados no concelho	Erro!
Marcador não definido.	
Tabela 13 Crimes de Violência: tipificação	53
Tabela 14 Parque Habitacional de Arcos de Valdevez	65
Tabela 15 Alojamentos de residência habitual	66
Tabela 16 Principais problemáticas dos processos acompanhados pela CPCJ	73
Tabela 17 População residente no concelho com algum tipo de dificuldade	77
Tabela 18 População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades	79
Tabela 19 Respostas Sociais - Creche	83
Tabela 20 Respostas Sociais – Educação Pré-escolar	84
Tabela 21 Respostas Sociais – Centro de Atividades de Tempos Livres	84
Tabela 22 Respostas Sociais – Lar de Infância e Juventude	85
Tabela 23 Respostas Sociais – Estruturas Residências para Idosos	86
Tabela 24 Respostas Sociais – Serviços de apoio domiciliário	87
Tabela 25 Respostas Sociais – Centro de dia	87
Tabela 26 Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	89
Tabela 27 Lar Residencial (Deficiência)	90
Tabela 28 Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)	91
Tabela 29 Unidade de Convalescença (UC)	91
Tabela 30 Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)	92
Tabela 31 Unidade de Longa Duração e Reabilitação (ULDR)	92

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 População residente por sexo e estado civil	16
Gráfico 2 População residente municípios e Alto Minho (n.º)	17
Gráfico 3 Taxa Bruta de Natalidade	18
Gráfico 4 Taxa Bruta de Mortalidade	18
Gráfico 5 População residente por grupos etários	19
Gráfico 6 Índice de envelhecimento	Erro! Marcador não definido.
Gráfico 7 Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional: sexo	25
Gráfico 8 Desempregados inscritos por tipo de desemprego (média anual)	25
Gráfico 9 População desempregada por escolaridade	26
Gráfico 10 População ativa: Taxa de atividade por sexo (maiores de 15 anos)	26
Gráfico 11 Taxa de empregabilidade por faixa etária	26
Gráfico 12 N.º médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica (2020)	27
Gráfico 13 Número de Unidades/Empreendimentos por tipologias (2020 -2021)	28
Gráfico 14 Crescimento do número de Unidades de AL e de Empreendimentos Turísticos	28
Gráfico 15 Total de Capacidade e Número de Quartos	28
Gráfico 16 Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros (total anual)	29
Gráfico 17 Rendimento médio por quarto (Rev Par) (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico 2020	Erro! Marcador não definido.
Gráfico 18 Escolaridade da População residente por níveis de ensino (%)	37
Gráfico 19 Alunos matriculados nos ensinos pré-escola, básico e secundário: total	37
Gráfico 20 Alunos matriculados nos ensinos pré-escola, básico e secundário: por sexo	38
Gráfico 21 Alunos/as matriculados/as no ensino secundário por modalidade	39
Gráfico 22 Taxa de retenção do ensino básico	39
Gráfico 23 Taxa de retenção e desistência no ensino básico	40
Gráfico 24 Taxa de retenção e desistência no ensino secundário	40
Gráfico 25 Pessoal de saúde	45
Gráfico 26 N.º médio de habitantes por farmacêutico/a	45
Gráfico 27 Óbitos de residentes em Portugal, Alto Minho e Arcos de Valdevez	46
Gráfico 28 Óbitos por sexo	46
Gráfico 29 Taxa de criminalidade	51
Gráfico 30 Violência doméstica: Idade das Vítimas	53
Gráfico 31 Agressores/as: total e por faixas etárias	54
Gráfico 32 N.º total de utentes acompanhados/as pelo protocolo 2020-2022	56
Gráfico 33 N.º total de utentes acompanhados/as por Freguesia	56
Gráfico 34 Beneficiários RSI da Segurança Social	57
Gráfico 35 Beneficiários RSI: distribuição por Género	57
Gráfico 36 Beneficiários RSI: distribuição por grupo etário	58
Gráfico 37 Motivo para Cessação da Prestação RSI	58
Gráfico 38 Beneficiários de Pensões da Segurança Social: Velhice, Invalidez e Sobrevivência ...	59
Gráfico 39 Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos	59
Gráfico 40 Subsídio por Doença: por género	60

Gráfico 41 Beneficiários de Subsídio de Desemprego por sexo e total.....	61
Gráfico 42 Beneficiários de Subsídio Social de Desemprego por sexo e total	61
Gráfico 43 N.º de Beneficiários do abono de família para crianças e jovens	62
Gráfico 44 Beneficiários do Subsídio Parental Inicial (2020).....	62
Gráfico 45 Beneficiários do Subsídio de bonificação por deficiência (2020).....	63
Gráfico 46 Beneficiários do Subsídio por assistência à 3ª pessoa	63
Gráfico 48 População estrangeira com estatuto legal de residente (total e por sexo)	79
Gráfico 48 Evolução da capacidade das respostas sociais para Crianças e Jovens	85
Gráfico 49 Evolução da capacidade de respostas sociais para Idosos	88
Gráfico 50 Número de vítimas acompanhadas em 2021	93

I INTRODUÇÃO

A Rede Social rege-se pelo Decreto lei 115/2006 de 14 de junho e concretiza-se, a nível local, pela criação dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), dos quais fazem parte as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos com responsabilidades na área social e ainda, pelos Núcleos Executivos, os quais são constituídos por elementos que compõem o CLAS.

É objetivo desta Rede o incentivo aos organismos do setor público, instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria.

A Rede Social do concelho de Arcos de Valdevez é composta por um CLAS, constituído por representantes de 37 entidades públicas e privadas, sendo presidido pelo Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez. O Núcleo Executivo do CLAS integra os representantes do Município de Arcos de Valdevez, Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Centro de Saúde, Agrupamento de Escolas de Valdevez, Associação de Vila Fonche e Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa.

No contexto da atuação da Rede Social, é essencial a realização de um Diagnóstico Social que contribua para um adequado planeamento estratégico do concelho, identificando fenómenos sociais e demográficos emergentes, permitindo a projeção e a validação de políticas sociais, orientadas para o desenvolvimento sustentável do concelho.

O Diagnóstico Social pode ser entendido como “um processo de elaboração e sistematização de informação que implica conhecer e compreender os problemas e necessidades dentro de um determinado contexto.” (Idañez e Ander-Egg; 200:27).

Com o Diagnóstico Social pretende-se assim reunir toda a informação que nos permita o conhecimento da realidade do concelho, determinando os problemas, necessidades e consequentemente as causas.

Pretende-se que este Diagnóstico Social seja um instrumento de conhecimento público e útil, servindo de base para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do concelho, que irá demarcar um conjunto de intervenções, que também serão necessárias para a fundamentação de futuras candidaturas.

II SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Diagnóstico Social resulta dos contributos recolhidos junto dos diversos parceiros locais que foram mobilizados para este processo, complementados pela análise de fontes oficiais como o Instituto Nacional de Estatística (INE); PORDATA, ou outros órgãos da administração pública, bem como de documentos internos fornecidos pelos diferentes Serviços do Município.

É objetivo do Diagnóstico Social a diferenciação dos problemas consoante a sua importância, com vista ao estabelecimento de prioridades de intervenção e respetivas estratégias, determinação do seu grau de viabilidade e eficácia, considerando os meios disponíveis, as forças e atores envolvidos.

É assim essencial reunir toda a informação que nos permita obter o conhecimento da realidade do Município, determinando os problemas, necessidades e consequentemente as causas para a definição de um bom plano de intervenção, devidamente participado e integrado, assente numa base de compromisso e de corresponsabilização de todos os parceiros.

Precisamos conhecer e compreender as causas dos problemas, identificar as vulnerabilidades, as ameaças, mas também as potencialidades e as oportunidades para sobre elas atuar e dessa forma contribuir para a coesão e o desenvolvimento social e económico do Concelho.

Este documento está estruturado em cinco pontos essenciais:

No primeiro ponto procura-se efetuar uma breve caracterização do concelho, através do seu enquadramento territorial, demográfico e dinâmicas socioculturais. Efetua-se a análise demográfica da população do concelho e respetivas freguesias e a sua dinâmica populacional, caracterizando a população relativamente à natalidade, à mortalidade, à população residente e sua estrutura etária, bem como à análise dos índices de dependência e envelhecimento. É também neste capítulo se se procura apresentar um pouco da dinâmica do concelho em termos económicos, culturais e turísticos.

No ponto dois é efetuada uma análise por setores de intervenção (Educação e Formação, Saúde, Segurança, Proteção Social e Habitação), áreas de crucial importância para a intervenção social. Caracteriza-se os diferentes aspetos sobre a Educação e Formação Profissional realizando uma análise sobre a população residente quanto à sua escolaridade, especificando os níveis de ensino, seguindo-se uma visão geral da taxa de analfabetismo. É também caracterizada a oferta educativa do concelho e os dados da população escolar desde o Pré-escolar até ao Secundário total e por género. Não descurando a pertinência dos cursos de Educação e Formação para os jovens, apresentamos o número de alunos/as matriculados por modalidades. Ainda na área da educação, apresenta-se a rede de equipamentos educativos existentes no concelho, desde o pré-escolar até ao ensino superior. Na temática da Saúde, procura-se caracterizar a sua estrutura, recursos, serviços e principais problemáticas de saúde, que afetam a população. Ao nível da Segurança faz-se a caracterização relativa à criminalidade registada no concelho, especificando a taxa, o número de

crimes e suas tipologias. Ao nível da Proteção Social apresentam-se as diversas prestações sociais e a forma como se encontram a ser aplicadas no território de Arcos de Valdevez. É ainda efetuada a caracterização ao nível da Habitação, nomeadamente, o mercado habitacional e as medidas desenvolvidas pelo Município ao nível do acesso à habitação.

No ponto três, incide-se na caracterização dos grupos sociais mais vulneráveis da população

No ponto quatro é efetuada a caracterização e análise das respostas e serviços de apoio social existentes no concelho para os diversos grupos da população.

O ponto cinco é dedicado à síntese da informação recolhida, colocando em evidência os principais problemas identificados e as prioridades de intervenção.

III METODOLOGIA

A elaboração do presente Diagnóstico, que atualiza o anteriormente efetuado em 2013, pretende caracterizar e descrever a atual situação do Concelho no âmbito Social analisando diferentes dimensões com impacto direto na qualidade de vida do Concelho, visando a operacionalização dos resultados através da definição de um Plano de Desenvolvimento Social, como forma de enquadrar futuras políticas de integração social.

No que se refere à metodologia utilizada para a elaboração do documento, privilegiaram-se duas grandes estratégias:

1. Análise documental e estatística de fontes oficiais e locais relativos às áreas que são abordadas e aprofundadas no presente documento. Neste caso foram analisados dados estatísticos disponibilizados por diferentes fontes oficiais de informação com destaque para o Instituto Nacional de Estatística, resultados dos Censos, anuários estatísticos da Região Norte, destaques territoriais; Pordata, bases de dados da autarquia e instituições locais.
2. Complementarmente foram realizadas atividades junto do Núcleo Executivo, CLAS e outras Partes Interessadas, procurando valorizar a experiência daqueles que estão mais próximos dos problemas e de quem os vive, as instituições locais e os seus técnicos e dirigentes. Foram assim realizadas sessões com os atores locais, para reflexão, análise e discussão sobre os principais problemas e potencialidades do território, as suas causas, os recursos que podem potenciar a solução dos mesmos, bem como a determinação de prioridades com base em critérios como a exequibilidade, gravidade ou a dimensão dos problemas (ver anexo I, listagem de entidades parceiras presentes nos workshops).

Nestas sessões participaram cerca de 37 Entidades, tendo sido constituídos grupos inerentes às seis dimensões de análise definidas, entre as quais estavam:

1. Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações Recreativas e Culturais;
2. Organismos Públicos;
3. Juntas de Freguesia.

Destacamos mais uma vez a importância da participação e envolvimento das entidades locais na recolha e análise de informação mais específica cujas perceções relativamente aos seus territórios e áreas de atuação, foram fundamentais para a elaboração e estruturação do atual diagnóstico.

Após a recolha dos dados foi concretizada a sua interpretação e análise, estando estes estruturados pelas seis temáticas de análise nas quais assenta o Diagnóstico Social, contribuindo para a caracterização do território e a identificação dos principais constrangimentos para os quais será prioritário encontrar estratégias de atuação adequadas.

Este é também um instrumento de planeamento coerente com as políticas e estratégias nacionais e europeias e uma ferramenta de suporte a candidaturas a programas e medidas futuras que potenciem oportunidades de financiamento e apoio para projetos e respostas na área social.

1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

1.1 Território

O concelho de Arcos de Valdevez, localiza-se na Região do Norte (NUT II) e Minho-Lima (NUT III), integra o distrito de Viana do Castelo e situa-se na margem direita do rio Vez, no coração do Alto Minho.



Figura 1 | NUT III

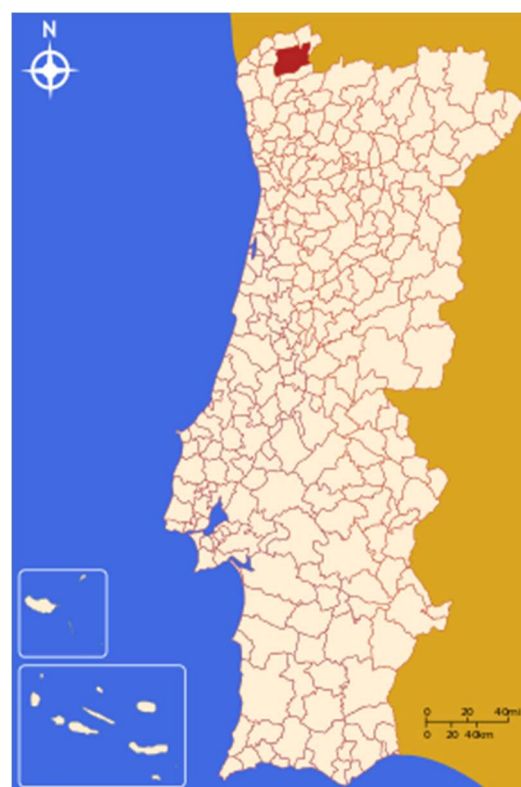


Figura 2 | Concelho de Arcos de Valdevez



Figura 1 | Freguesias do Concelho de Arcos de Valdevez

É o maior concelho do distrito de Viana do Castelo e da província do Minho, com 447,60 km² de área, subdividido em 36 freguesias e 20 729 habitantes (INE 2021). É limitado a norte pelo Município de Monção, a nordeste por Melgaço, a leste pela Galiza, a sul por Ponte da Barca, a sudoeste e a Oeste por Ponte de Lima e a Oeste por Paredes de Coura.

A presença do Parque Nacional Peneda Gerês e a existência de todo um património rural vivo, constituem, a par de outros recursos, uma vantagem competitiva de Arcos de Valdevez face ao contexto envolvente.

Trata-se de um concelho predominantemente rural, assumindo uma configuração demográfica e habitacional dispersa.

1.2 Demografia

De acordo com os Censos 2021, o concelho de Arcos de Valdevez apresenta **uma população total residente** de 20 720 habitantes (9 484 são homens e 11 236 são mulheres), revelando assim um decréscimo demográfico de -9,3%, sendo que entre 2011 e 2021 perdeu cerca de 2 127 habitantes.

De acordo com estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal sofreu o fenómeno do decréscimo demográfico nos últimos anos, resultado particularmente visível no distrito de Viana do Castelo, justificado pela conjugação do saldo natural e do saldo migratório

A demografia é um dos grandes desafios da Europa, de Portugal e do Concelho. Para a diminuição da população contribuíram vários fatores, sendo o mais expressivo o saldo natural negativo, ou seja, durante a década passada ocorreram mais óbitos do que nascimentos.

Devemos sublinhar que estes resultados foram negativamente influenciados pelo efeito Covid-19, quer ao nível de óbitos, quer a nível de deslocação de pessoas residentes para o estrangeiro, nomeadamente, os muitos arcuenses que se deslocaram para outros países por razões de saúde ou de proximidade aos familiares e, como tal, não foram contabilizados como residentes no concelho.

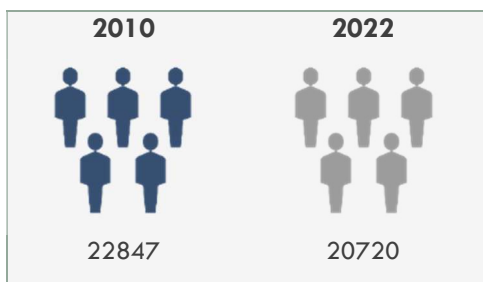


Figura 4 | Evolução da população residente (nº)
Fonte: INE, CENSOS

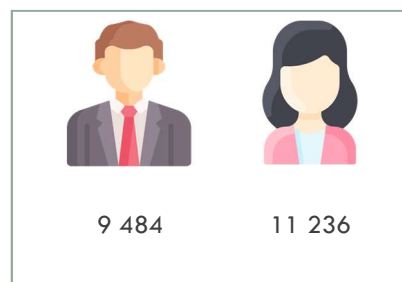


Figura 5 | População residente por sexo
Fonte: INE, CENSOS

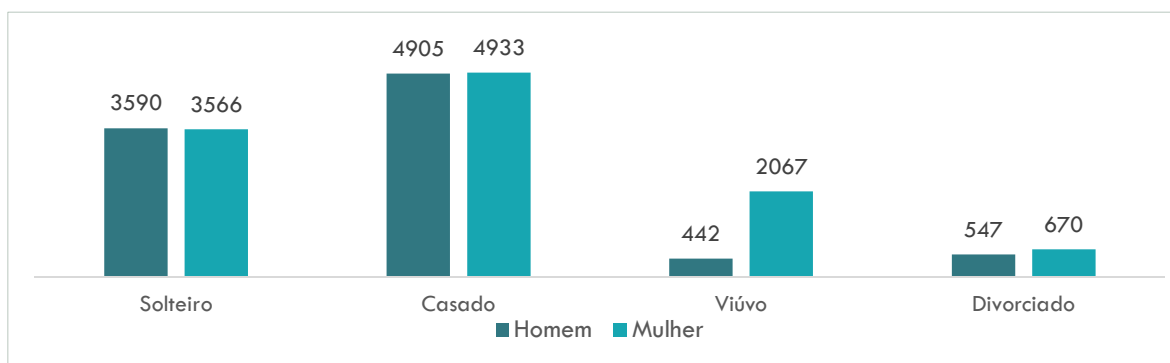


Gráfico 1 | População residente por sexo e estado civil
Fonte: INE, PORDATA

Trata-se de um concelho onde prevalece o género feminino, ou seja, existem 9 484 homens e 11 236 mulheres. No que diz respeito ao estado civil dos cidadãos arcuenses existe um equilíbrio entre os

géneros com exceção da categoria “viúvo/a”, a qual enquadra um número significativamente maior de mulheres, situação que corrobora os dados do contexto nacional no âmbito da esperança média de vida que é superior nas mulheres.

Analisando o concelho de Arcos de Valdevez, quanto à distribuição da população por freguesia, este encontra-se subdividido em 36 freguesias, verificando-se que a maioria teve uma variação negativa quanto ao número de residentes, com exceção das freguesias de Aguiã com um aumento de 0,1%, Arcos de Valdevez (São Paio) e Giela com mais 1%, Couto com mais 5,2%, Paçô com mais 4.3%, e por fim, a União de freguesias de Salvador, Vila Fonche e Parada (aumento mais expressivo) com 6,9%. De referir ainda, por oposição, a redução expressiva de residentes nas freguesias de Senharei e Soajo, superior a 30% e as restantes com percentagens residuais.

Segundo os dados dos Censos 2021, Arcos de Valdevez é, dos municípios do Alto Minho, aquele que vê mais freguesias (5: Aguiã, Arcos S. Paio e Giela, Couto, Paçô e Salvador, Vila Fonche e Parada) a ter a variação positiva da população residente dos Censos 2011 para os Censos 2021. Por exemplo, Ponte de Lima só tem 3 freguesias com esse registo, Caminha apenas 1 e Melgaço 0.

Fazendo depois uma análise à população residente nos diferentes Concelhos do Alto Minho, verificamos que o dos Arcos de Valdevez é terceiro com maior número de população residente.

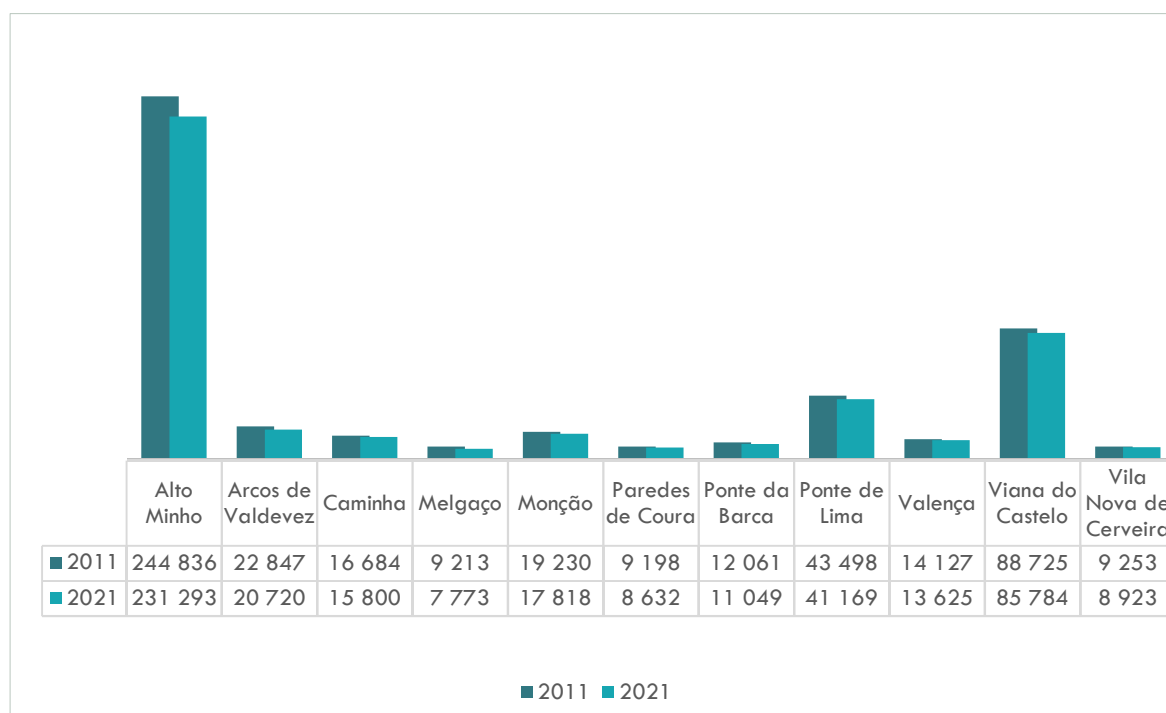


Gráfico 2 | População residente municípios e Alto Minho (n.º)

Fonte: PORDATA, Censos

Resultado de um crescimento natural negativo a população do concelho de Arcos de Valdevez caracteriza-se por um forte envelhecimento, o qual, também decorre da diminuição da taxa de **natalidade**, que se tem vindo a acentuar nos últimos anos embora de uma forma menos expressiva face ao total do Alto Minho e do resto do país.

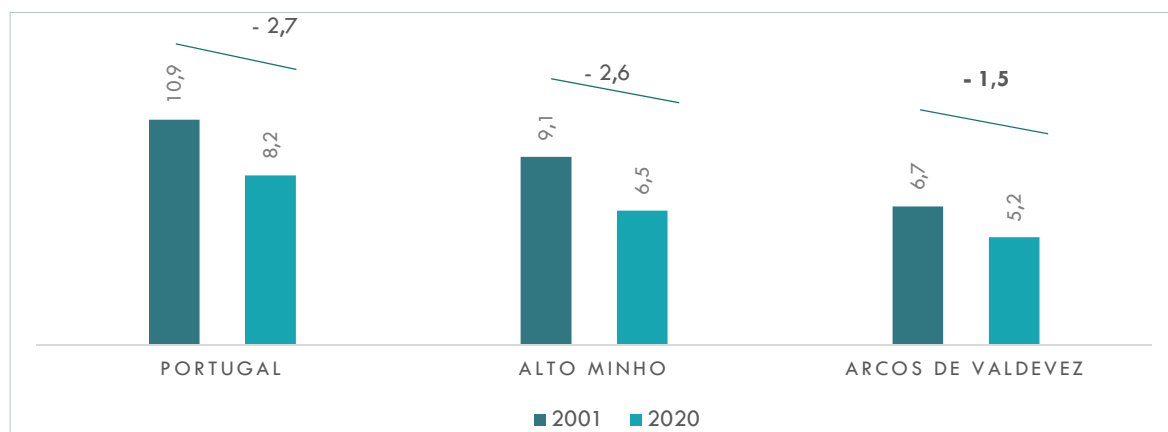


Gráfico 3 | Taxa Bruta de Natalidade
Fonte: INE, PORDATA

Quanto à taxa bruta de mortalidade, o cenário do concelho dos Arcos de Valdevez é similar ao evidenciado em Portugal e no Alto Minho com um ligeiro aumento desta taxa entre 2001 e 2020.

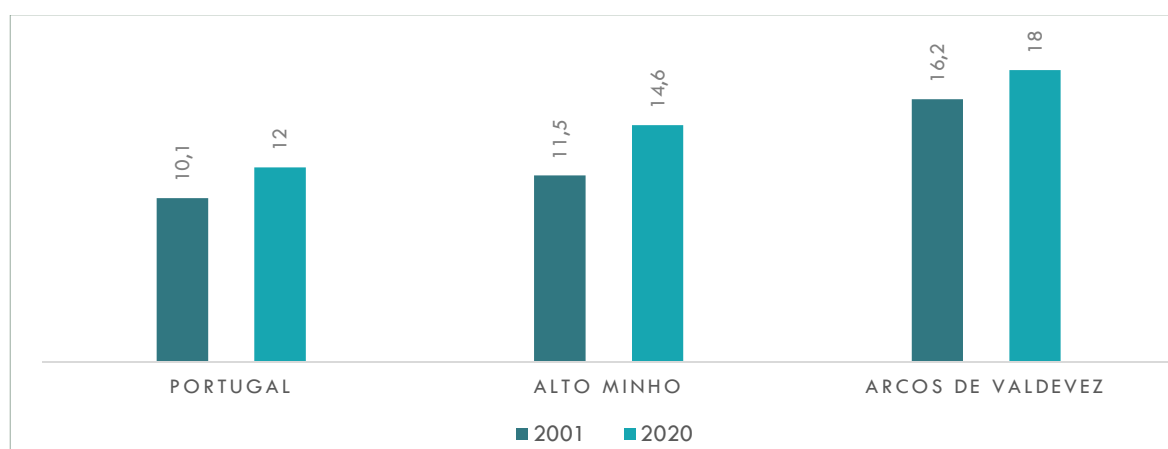


Gráfico 4 | Taxa Bruta de Mortalidade
Fonte: INE, PORDATA - Última atualização: 2021-06-15

Comparando agora a estrutura etária do concelho de Arcos de Valdevez em 2011 e 2021, e conforme representado no gráfico 5, as mudanças são evidentes, nomeadamente com o aumento do número de pessoas mais idosas, uma perda significativa de população em idade ativa e uma redução expressiva de crianças até aos 14 anos.

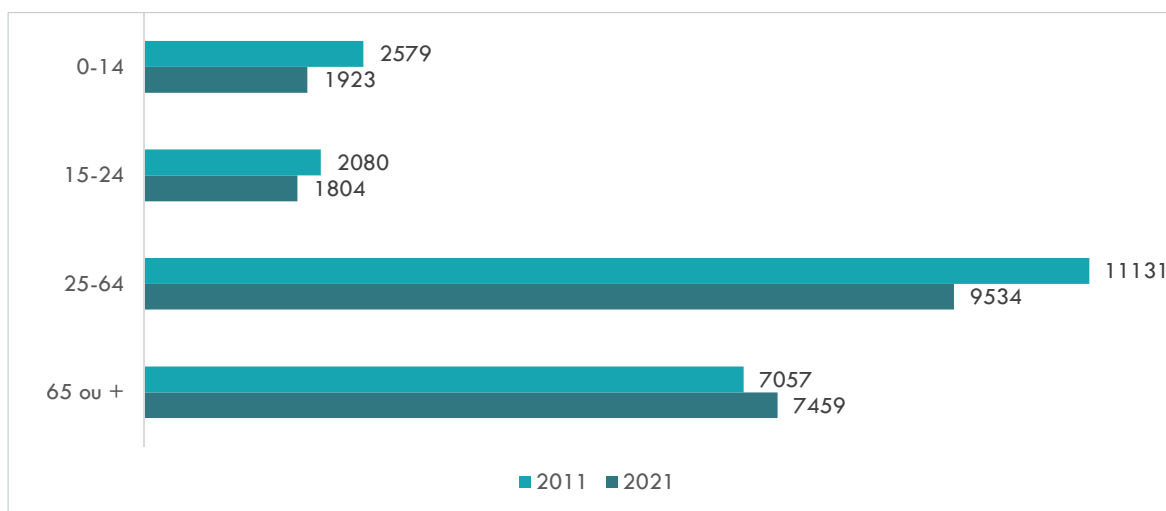


Gráfico 5 | População residente por grupos etários
Fonte: INE, PORDATA

Um outro dado relevante para o Diagnóstico Social do Concelho é o **índice de envelhecimento** e neste caso, os dados obtidos acompanham o contexto Nacional e o do Alto Minho, evidenciando uma estrutura populacional mais envelhecida e que vive mais tempo, estabelecendo-se nos 387,9 idosos por cada 100 jovens deste Município.

Outro indicador importante é o índice de dependência e nesta análise, os jovens e os idosos são considerados dependentes por se encontrarem em idades não ativas.

Começando pelo índice de dependência de jovens, verifica-se que este tem vindo a diminuir de forma moderada, acompanhando a tendência Nacional e do Alto Minho. Já o índice de dependência de idosos, este tem vindo a aumentar no Concelho de Arcos de Valdevez, a par da tendência do Alto Minho e de Portugal, estando este aumento associado ao crescente desta população.

A análise de dados sobre os agregados domésticos, conforme tabela abaixo, demonstra um acréscimo de agregados de apenas uma pessoa e uma diminuição nas restantes configurações.

O número de famílias clássicas unipessoais (pessoas a residir sozinhas) no concelho de Arcos de Valdevez aumentou entre 2011 e 2021 tendo passado de 2.285 para 2.465 (mais 180 famílias). Este crescimento registou-se também nas famílias clássicas unipessoais com mais de 65 anos que contam em 2021 com mais 136 famílias face ao verificado em 2011.

Os índices de envelhecimento e dependência dos idosos associados a um crescimento do número de pessoas idosas a viverem sós, alertam-nos para a necessidade de encarar este grupo da população como um dos setores alvo de qualquer intervenção para o concelho de Arcos de Valdevez.

	2011	%	2021	%
1	2285	25,01	2465	28,13
2	3252	35,59	3171	36,18
3	1687	18,46	1587	18,11
4	1232	13,48	1106	12,62
5 ou +	682	7,46	435	4,96

Tabela 1 | Agregados domésticos por dimensão
Fontes de Dados: INE, PORDATA

Os dados demonstram que o concelho teve capacidade para fixar e atrair as pessoas pois o saldo migratório é positivo. O concelho também atraiu população estrangeira, cerca do dobro, para residir em Arcos de Valdevez.

Ao longo da década de 2010 a 2021, tem havido uma convergência positiva com a dinâmica demográfica do Alto Minho. Tem havido uma menor perda da população por ano, de uma situação de perda anual de 279 em 2010 para 44 em 2019.

A Câmara tem estado a realizar investimentos em diversos domínios e por todo o concelho, em parceria com as Juntas de Freguesia, as instituições, empresas e os arcuenses. Têm-se desenvolvido medidas para a fixação e atração de pessoas, nomeadamente através do apoio à criação de emprego, à educação, à ação social, à habitação, à atração de investimentos e à melhoria das condições de vida dos arcuenses. Houve uma redução significativa de pessoas a receber RSI (Rendimento Social de Inserção)

De referir que nos últimos 4 anos da década (2011 a 2021), a população só teve um decréscimo de 2,4% por oposição aos 9,3% do total da década. Esta situação confirma e indicará uma maior capacidade do Município para atrair pessoas.

1.3 Dinâmica Socioeconómica e Cultural

Os grandes vetores de dinamização socioeconómica e cultural do concelho, centram-se na agricultura, na estrutura industrial e empresarial, no turismo e no património histórico e cultural.

A agricultura, apesar de assumir uma forte expressão, não se afigura como uma atividade geradora de riqueza dado o seu carácter essencialmente de subsistência. Apesar de tudo, existem alguns produtos locais de excelência e que conseguem manter alguma expressão no exterior como é o caso do vinho verde, da carne bovina autóctone e do mel.

Já ao nível industrial e empresarial constata-se uma diversificação das atividades existentes no concelho, sendo que, nos últimos anos, tem-se constatado uma maior concentração de empresas. Em 2019, o concelho Arcos de Valdevez agregava, uma média de 2814 pequenas e médias empresas e 2 grandes empresas.

De acordo com os dados estatísticos do INE, entre 2009 e 2019, surgiram 908 novas empresas sendo este um indicador muito positivo quanto ao desenvolvimento económico do concelho. Houve um aumento das empresas, dos alojamentos turísticos. Há mais pessoas ao serviço das empresas e uma diminuição dos desempregados. Houve também um aumento do salário médio dos trabalhadores.

O Município tem vindo a impulsionar o dinamismo económico no concelho, nomeadamente através da criação de áreas de acolhimento empresarial, instalação de centros de apoio e conhecimento para as empresas e de um conjunto significativo de programas municipais de apoio à economia local, os quais se traduzem na criação de emprego, na aposta das potencialidades locais e na fixação e atração de mais pessoas e investimento, incentivando o crescimento, a competitividade e o desenvolvimento do concelho, tais como:

1. InovArcos - Centro de Inovação e Conhecimento de Arcos de Valdevez

A Câmara Municipal criou o “InovArcos - Centro de Inovação e Conhecimento de Arcos de Valdevez”. Um espaço de promoção do conhecimento, inovação e da atividade empresarial, composto pelo IPVC/ESTG- Polo de Arcos de Valdevez, pela Incubo - Incubadora de Empresas, pelo CITIN – Centro de Interface Tecnológico Industrial, pelo Centro de Exposições, pelo CENFIM e os dois laboratórios do curso Engenharia Mecânica Fablab, e outro de Manutenção Auto. Com este projeto pretende-se promover o ensino qualificado, atividades de investigação, inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, processos e produtos, bem como reforçar o emprego qualificado, a fixação, a atração de empresas e investimento, e dinamizar a economia da região.

2. Áreas de Acolhimento Empresarial

Num território competitivo para o desenvolvimento económico e com ambiente de negócios favorável a esse propósito, Arcos de Valdevez tem 4 Parques Empresariais bem localizados, devidamente qualificados ao estabelecimento de empresas e com áreas de expansão programadas.

Os Parques Empresariais encontram-se dotados de infraestruturas que proporcionam um nível de atendimento adequado às necessidades básicas para o correto estabelecimento e funcionamento de atividades e logo o normal desenvolvimento de negócios.

3. Incentivos

O Município de Arcos de Valdevez pretende conceder incentivos ao investimento empresarial, no sentido de tornar o concelho mais atrativo à realização de investimentos que viabilizem a criação de emprego e de rendimento que sejam relevantes para a melhoria da qualidade de vida dos arcuenses e para o desenvolvimento sustentável do concelho, bem como para a fixação e atração da população no concelho.

As empresas querem fixar-se no concelho, querem expandir-se, assim, a Câmara Municipal tem em processo de elaboração um Regulamento Municipal para a concessão de incentivos ao investimento em Arcos de Valdevez, que abrange iniciativas empresariais privadas que visem a sua instalação, realocização ou ampliação no concelho. Neste Regulamento estarão presentes apoios ao investimento, através de benefícios fiscais pela via de isenção e/ou redução dos impostos e taxas municipais e, ainda, acesso a um programa de apoio ao licenciamento municipal denominado “Via Verde”.

O Município tem uma política fiscal amiga das empresas, que se traduz na isenção e redução de impostos, concretamente, na Derrama e no Imposto Municipal sobre Imóveis e, ainda, na redução de 75% das taxas municipais dos procedimentos administrativos e processos de licenciamento.

4. Programas de Apoio

A Câmara Municipal de Arcos de Valdevez tem desenvolvido um conjunto diversificado de iniciativas de valorização, promoção, apoio e incentivos às diversas atividades económicas do concelho. Neste sentido, o Município disponibiliza diferentes programas de apoio:

4.1 Programa de Apoio ao Comércio de Arcos de Valdevez (PROCOM). Este destina-se a apoiar a criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas de comércio no concelho. Tem com objetivo prioritário a dinamização e revitalização sustentada da atividade comercial no

concelho, através do reforço da sua competitividade, inovação e diferenciação. O incentivo financeiro a conceder assume a natureza de incentivo não reembolsável, correspondente a 50 % das despesas elegíveis, até o valor de 10.000 euros por projeto. Adicionalmente ao incentivo, o projeto pode, ainda, beneficiar de 2 majorações, se a pontuação final for igual ou superior a 85 pontos e se se confirmar que, pelo menos 50% das despesas efetuadas foram adquiridas em fornecedores com sede no concelho de Arcos de Valdevez. Este Programa já conta com 2 edições – 2020 e 2021 – traduzindo-se num investimento total dos comerciantes de 780 275,11 euros e apoio municipal de 381 958,00 euros.

4.2 Programa de Apoio ao Empreendedorismo e ao Emprego de Arcos de Valdevez (INVESTARCOS). Este destina-se a apoiar a promoção ao emprego e empreendedorismo de micro e pequenas empresas do Concelho. Tem como objetivo o estímulo à fixação e atração de investimento, novos clientes e novos mercados e a promoção à criação de emprego e geração de rendimento. O incentivo financeiro a conceder assume a natureza de incentivo não reembolsável, correspondente a 50 % das despesas elegíveis, até o valor de 10.000 euros por projeto. Adicionalmente ao incentivo, o projeto pode, ainda, beneficiar de 1 majoração, se se confirmar que pelo menos 50% do investimento for realizado em fornecedores com sede no concelho de Arcos de Valdevez. Em fevereiro de 2022 aprovou-se a abertura da 1ª edição do Programa InvestArcos – Apoio ao Turismo 2022, destinado a apoiar as empresas do setor do turismo de Arcos de Valdevez, com um investimento total das empresas candidatas de 335 588,43 euros.

4.3 Programa de apoio aos Produtores Locais, Comércio e Turismo (VALORIZAR). Este programa de valorização, pretende divulgar a marca “Terras do Vez – Sabores e Tradições” como um dos pilares impulsionadores da valorização e promoção dos produtos, dos produtores, do comércio e do turismo locais, assumindo-se como uma marca territorial, que engloba um conjunto de produtos arcuenses, de qualidade superior, genuínos e certificados, contribuindo para a sua divulgação e valorização, bem como para a valorização dos seus produtores e para o fomento da economia e do turismo locais, através de cadeias curtas de comercialização, com vantagens recíprocas para todos os agentes envolvidos, possibilitando aos produtores um meio de escoamento e valorização dos seus produtos, e à restauração e hotelaria o acesso a produtos únicos e de alta qualidade, valorizando a sua gastronomia.

4.4 Programa de Apoio ao Turismo de Arcos de Valdevez (PATAV). Consiste na atribuição de um total 500 vales de oferta a profissionais que operem do concelho de Arcos de Valdevez nas áreas da saúde, bombeiros, forças de segurança, das Estruturas Residenciais para Idosos e do Serviço de Apoio domiciliário das IPSS's, para descontar nos alojamentos e restaurantes aderentes ao PATAV,

como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, no período de emergência de combate à COVID-19.

4.5 Campanha ARCOS DESCONTA. Esta é uma campanha de estímulo ao consumo local através da dinamização e revitalização do comércio, serviços e produtores locais arcuenses. Consiste na entrega de cartões de descontos no comércio, com o objetivo de incentivar os arcuenses e outros consumidores a comprarem no comércio local, onde têm um desconto imediato e ainda a oportunidade de aceder a um sorteio para uma refeição para duas pessoas nos restaurantes aderentes de Arcos de Valdevez, estimulando igualmente a restauração local. Em 2021 a campanha foi realizada durante o mês de maio, com a entrega de 3000 cartões de desconto pelos comércios aderentes, refletindo um apoio do Município de 15 000,00 euros; e a realização de um sorteio de 100 vales refeição para 2 pessoas no valor de 30,00 euros cada, totalizando um investimento de 3000,00 euros.

4.6 Campanha “NATAL EM ARCOS DE VALDEVEZ É COMÉRCIO TRADICIONAL”. É uma campanha para estimular o consumo local e apoiar o comércio do concelho durante a época natalícia, através da dinamização e revitalização do comércio, serviços e produtores locais arcuenses. Esta iniciativa concretiza-se através da entrega de vales de descontos no comércio, com o objetivo de incentivar os arcuenses e outros consumidores a comprarem no comércio local, onde terão um desconto imediato nos comércios de Arcos de Valdevez aderentes. Em 2021 realizou-se esta campanha com a distribuição de 3000 vales de desconto no valor de 5.00 euros cada e a entrega de 950 vouchers aos funcionários da Câmara Municipal no valor de 10.00 euros cada, para utilizar nos comércios aderentes à campanha.

A **empregabilidade** e a taxa de desemprego são indicadores essenciais na análise da qualidade de vida de uma população.

Em Portugal, o desemprego agravou-se na sequência da crise económica internacional, mas com tendência decrescente desde 2015.

A taxa de desemprego registada no terceiro trimestre de 2021 foi de 6,1%, situando-se no nível mais baixo dos últimos 10 anos, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística. Está mesmo abaixo do nível que tinha sido registado no mesmo trimestre de 2019, pré-pandemia (6,3%), e cai para mais de metade quando comparado com o mesmo trimestre de 2015 (12,4%).

Na análise do desemprego um importante dado a analisar é o desemprego de longa duração que afeta um número elevado dos desempregados sendo um fator de preocupação acrescida pela sua contribuição para o agravamento de situações de pobreza e exclusão social.

Da mesma forma, a situação dos jovens no mercado de trabalho é motivo de preocupação, sobretudo quando estamos perante jovens que não estão em situação de emprego, ensino ou formação.

Fazendo uma análise aos desempregados inscritos nos centros de emprego, e comparativamente com o ano 2011, é perceptível que em 2021, no concelho de Arcos de Valdevez, houve um decréscimo quando ao número de inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional, com um total de 486,7 indivíduos inscritos, dos quais 214,3 são homens e 272,4 mulheres.

Verifica-se assim um número superior de mulheres desempregadas, contudo, há uma redução mais expressiva do numero de mulheres desempregadas, entre 2011 e 2021 do que a dos homens.

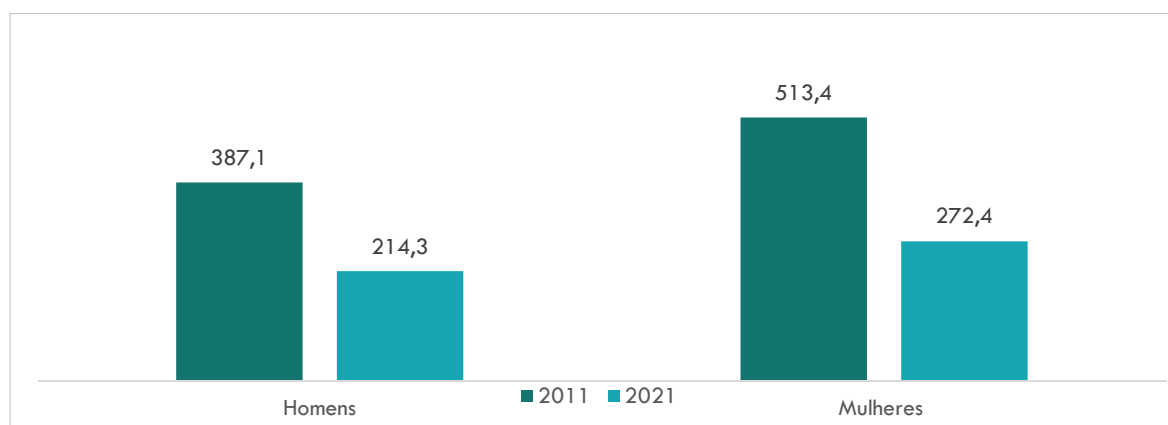


Gráfico 6 | Desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional: sexo
Fontes: PORDATA

Analisando por tipo de desemprego, é perceptível que a maior redução de desempregados está associada aos que estão à procura de novo emprego.

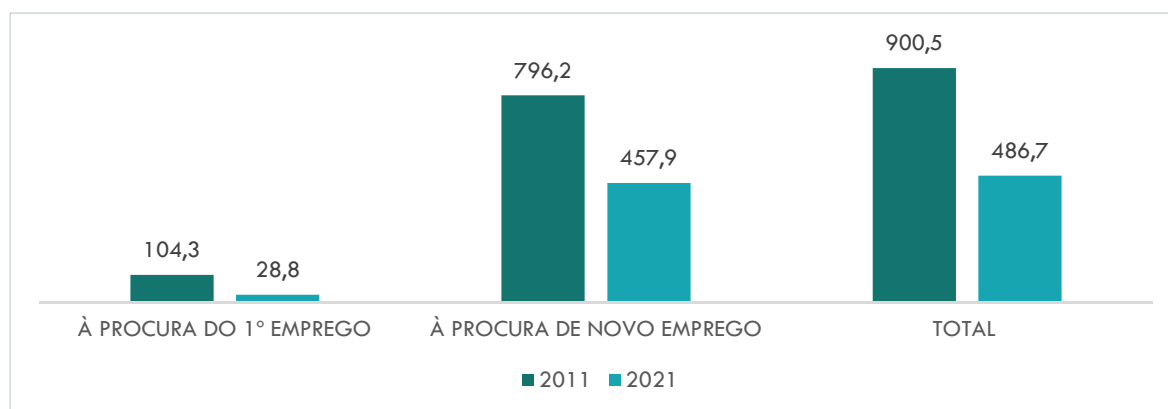


Gráfico 7 | Desempregados inscritos por tipo de desemprego (média anual)
Fontes: INE, PORDATA

Em 2021, face a 2011, verificou-se um decréscimo vertiginoso de desemprego no Município para a generalidade da população, com a exceção da população sem nível de escolaridade.

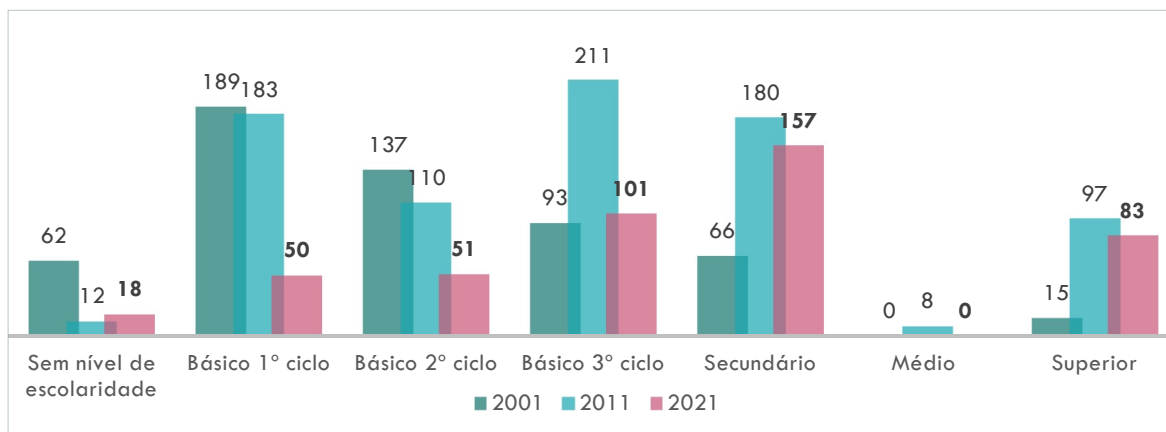


Gráfico 8 | População desempregada por escolaridade
Fontes: PORDATA

Quanto à população ativa, verifica-se que a maior percentagem se concentra nos homens, contudo, há um aumento de mulheres ativas em 2021 e consequentemente uma pequena diminuição de homens no mesmo período.

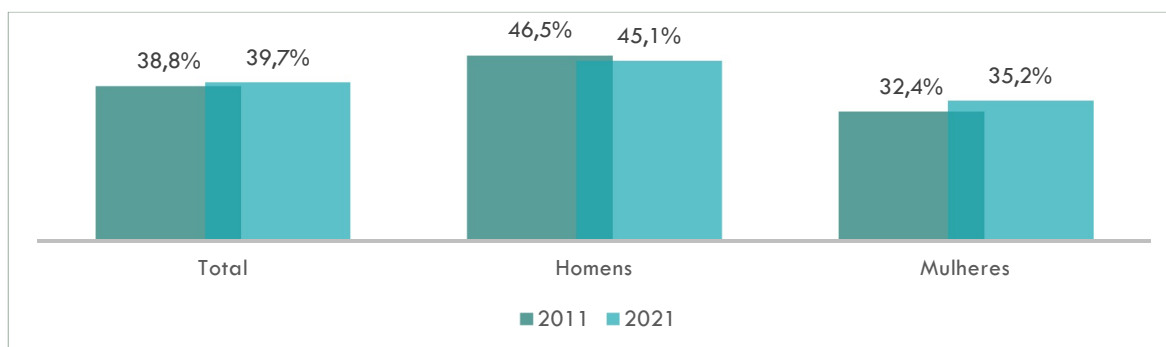


Gráfico 9 | População ativa: Taxa de atividade por sexo (maiores de 15 anos)
Fontes: INE, PORDATA

Observando a empregabilidade, tendo em conta a faixa etária, é possível perceber que, em 2021, a maior percentagem se concentra entre os 35 e os 54 anos, destacando-se um crescimento de indivíduos ativos entre os 45 e 65 ou mais.

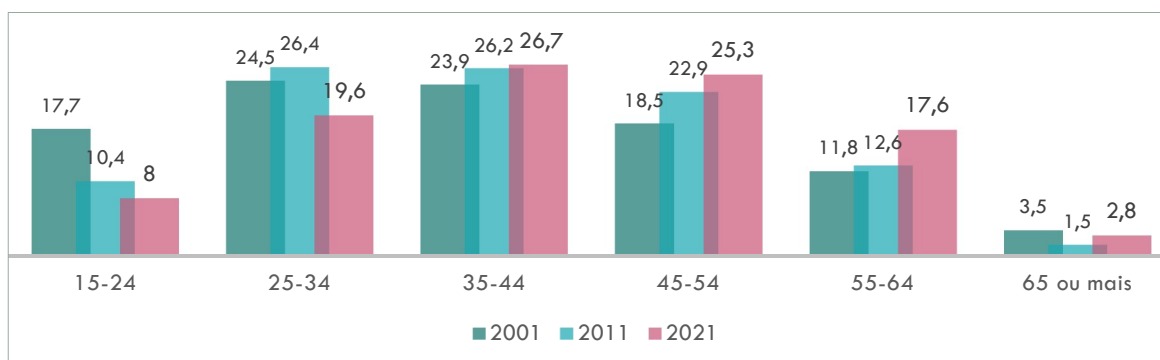


Gráfico 10 | Taxa de empregabilidade por faixa etária
Fontes: INE, PORDATA

O número médio de pessoas ao serviço em 2020 mantém-se o mesmo que em 2011, 2,3 indivíduos por empresa no setor da agricultura, indústria, comércio ou noutros serviços, em detalhe na tabela abaixo.

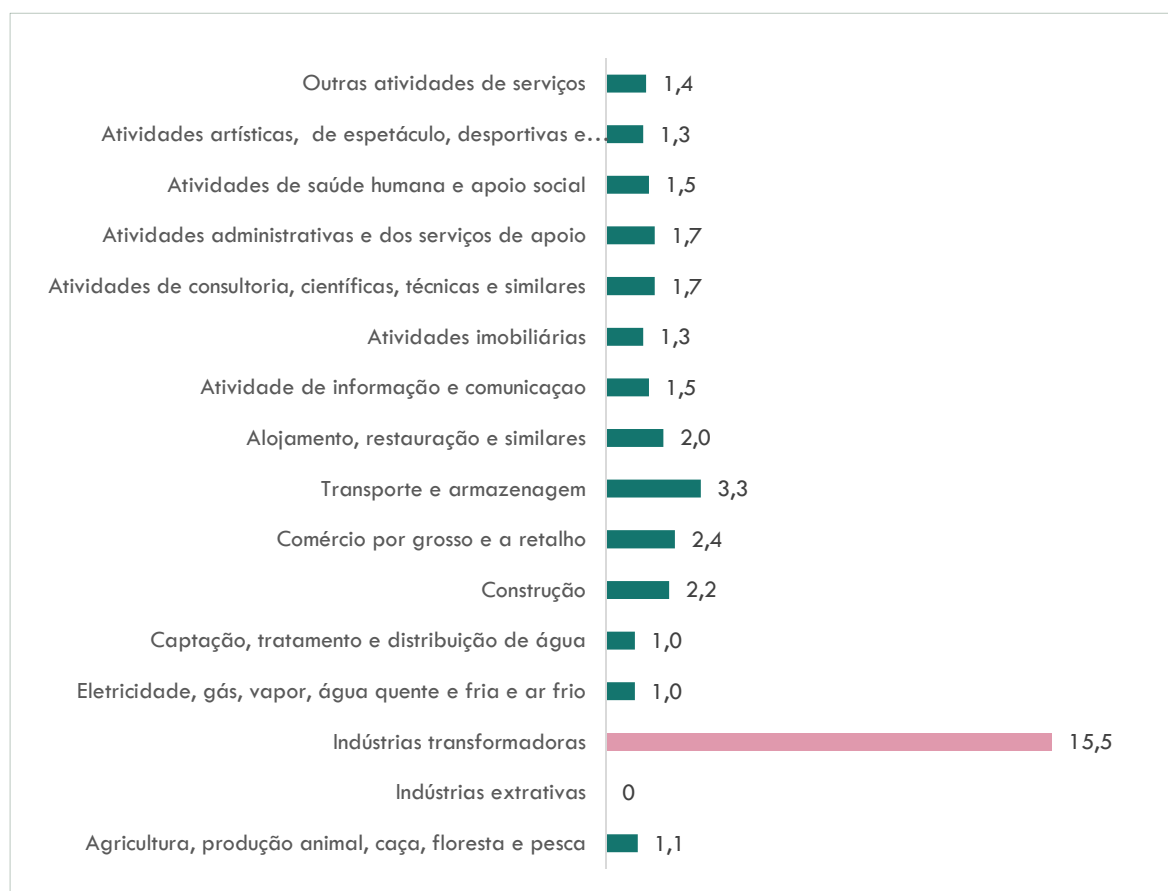


Gráfico 11 | N.º médio de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica (2020)

Fontes de Dados: INE, PORDATA

O **Turismo** é apontado por vários agentes locais como uma das principais potencialidades económicas do concelho, dado o vasto leque de recursos naturais, ambientais, patrimoniais, culturais e humanos.

O Município tem vindo a investir na promoção turística do concelho assente quatro grandes pilares: o Turismo de Aventura, a História e a Cultura, a Gastronomia e os Vinhos.

Pretende, igualmente, potenciar a procura do concelho, tendo por base a promoção de experiências únicas, permitindo a construção de memórias futuras em viagens “A Dois”, “Em Grupo”, “Séniore” ou em “Família” e tem como objetivos incrementar a comunicação ao mercado turístico da existência de um território único, com muito património natural e arquitetónico preservados, associado às marcas PNPG, UNESCO e Arcos de Valdevez Onde Portugal se Fez. De igual modo pretende promover este destino como próximo, seguro, rápido, com boas acessibilidades aéreas –Porto, Ourense e Vigo, acesso ao comboio de Alta Velocidade e à A3.

Em 2021, Arcos de Valdevez contabiliza 73 empreendimentos turísticos, dos quais, 5 hotéis. Conta ainda com 167 alojamentos locais, 15 agentes de animação turística, 8 agências de Viagens e 36 estabelecimentos de restauração e bebidas.

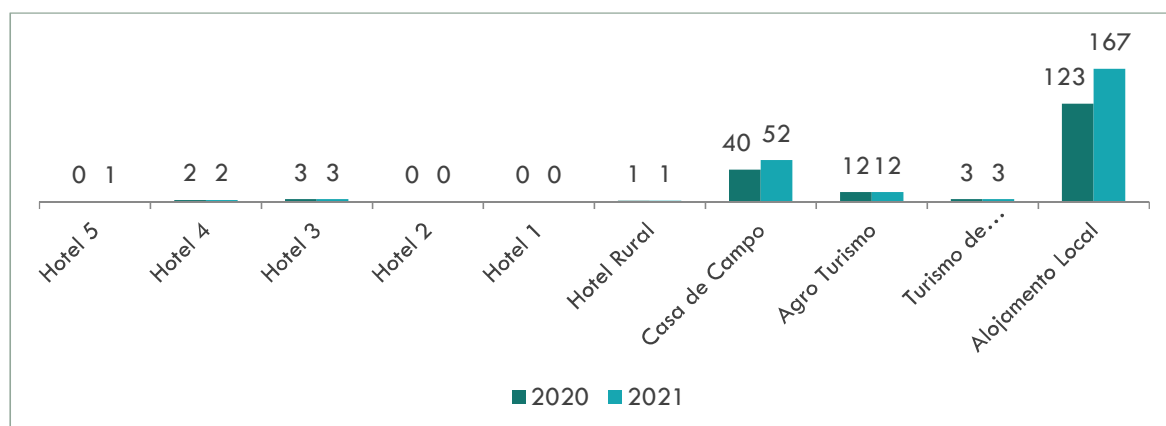


Gráfico 12 | Número de Unidades/Empreendimentos por tipologias (2020 -2021)
Fontes: CMIT/Centro Municipal de Informação e Turismo

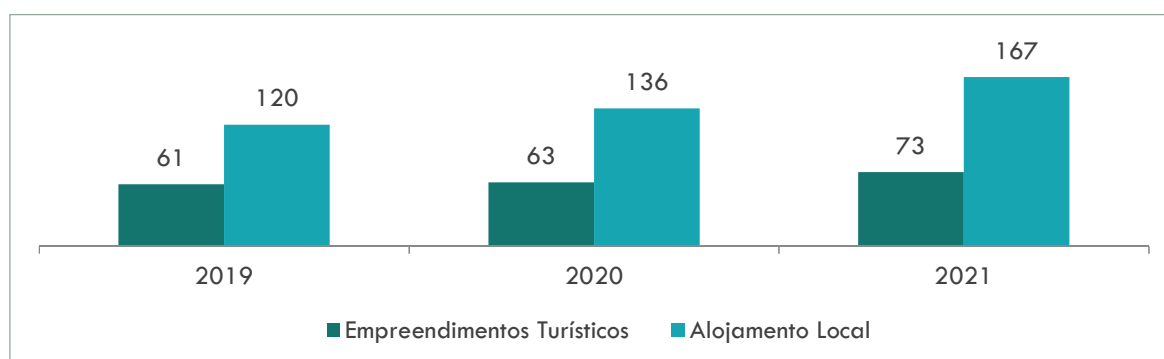


Gráfico 13 | Crescimento do número de Unidades de AL e de Empreendimentos Turísticos
Fontes: CMIT/Centro Municipal de Informação e Turismo

Fazendo uma análise ao Gráfico 14, o alojamento local e as casas de campo são, segundo os dados do Centro Municipal de Informação e Turismo de Arcos de Valdevez, os empreendimentos turísticos que mais têm crescido ao longo dos últimos anos.

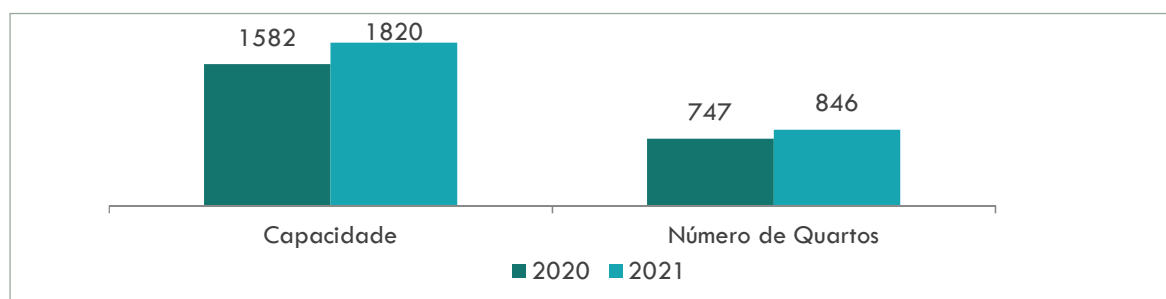


Gráfico 14 | Total de Capacidade e Número de Quartos
Fontes: CMIT/Centro Municipal de Informação e Turismo

No que se refere à capacidade dos alojamentos turísticos, em 2020 e 2021, verifica-se a tendência crescente. Quanto ao número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros do concelho é bastante evidente o crescimento entre 2011 e 2019, com uma quebra em 2020 e 2021 causada pela Pandemia, tendo atingido as 65 051 dormidas em 2021.

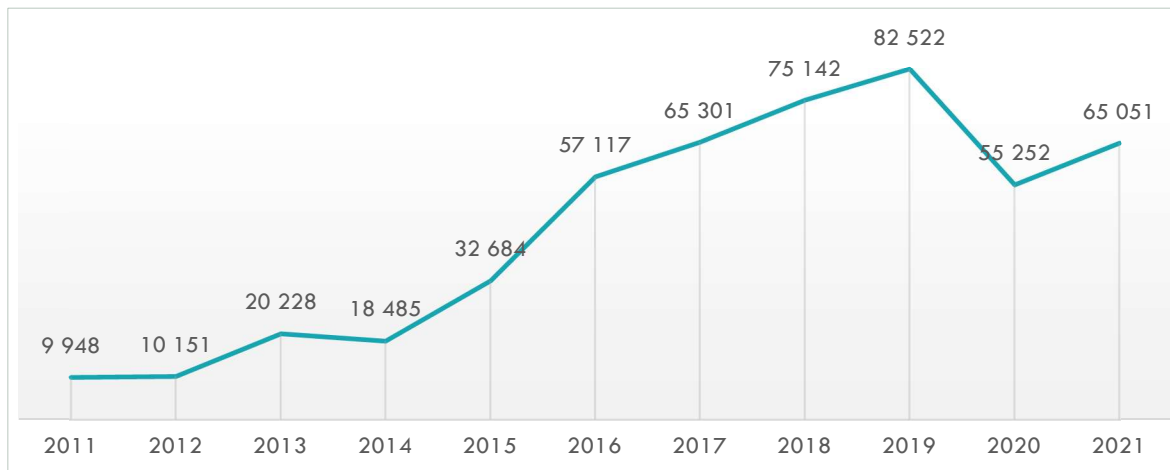


Gráfico 15 | Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros (total anual)

Fontes: CMIT/Centro Municipal de Informação e Turismo

Quanto ao rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2020, fazendo uma análise aos dados do Concelho de Arcos de Valdevez, do Alto Minho e do contexto Nacional, verifica-se que na Hotelaria, o valor médio mais elevado (26,70€) pertenceu ao Concelho de Arcos de Valdevez.

No que diz respeito ao rendimento médio por quarto nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2020, fazendo uma análise aos dados do Concelho de Arcos de Valdevez, do Alto Minho e do contexto Nacional, verifica-se que na Hotelaria, o valor médio mais elevado (26,70€) pertenceu ao Concelho de Arcos de Valdevez.

Outra área de grande importância na dinamização socio económica de um território é a área da cultura. No concelho de Arcos de Valdevez o grande motor de dinamização cultural e lúdica é o Município, na medida em que sustenta a construção, funcionamento e requalificação de equipamentos, potencia a regularidade de organização de eventos e assume um apoio regular continuado às diversas instituições e agentes que operam no âmbito da cultura e do lazer.

O Município tem uma agenda cultural de referencia em termos regionais e nacionais. Também criou uma rede de equipamentos culturais, tais como:

A **Casa das Artes**, responsável pela gestão de um programa vastíssimo de iniciativas, nomeadamente concertos, exposições, cinema, teatro, colóquios, conferencias, seminários, etc., e assume a maior parte

das atividades culturais do Município. Em 2020, no Concelho de Arcos de Valdevez verificou-se um total de 3611 espectadores/as para o teatro, concerto e/ou outros eventos artísticos ao vivo.

Podemos ainda encontrar um exemplar notável de arquitetura civil privada medieval e moderna, o **Paço da Giela**, considerado um dos mais importantes Monumentos Nacionais, assim classificado em 1910. A sua torre é o elemento que integra um espaço musealizado, incorporando três pisos dedicados à Arqueologia e ocupação humana do concelho durante os últimos milénios, à evolução e história do próprio monumento, bem como ao importante momento ligado à formação de Portugal.

Outro equipamento relevante nesta matéria é a **Biblioteca Municipal**, integrada no edifício da casa das artes e que assume um importante papel para a população local, principalmente para a comunidade educativa e para os jovens que também assegura diferentes atividades de promoção da leitura e do livro. Tem uma agenda significativa de eventos culturais ao longo dos anos, com incremento nos meses de Verão, com diferentes festas e romarias, provas desportivas, concertos, entre outros.

O Concelho dispõe ainda de um **Centro Interpretativo do Barroco**, localizado na Igreja do Espírito Santo (uma das mais valiosas joias do Barroco português), classificada em 1977 como Imóvel de Interesse Público. Este centro Interpretativo dá-nos a conhecer o Barroco na região do Alto-Minho. O visitante poderá optar pela utilização de um tablet ou óculos de realidade aumentada para aceder ao conteúdo interativo disponível no espaço, guiado pelo anjo "Asinhas".

Outro espaço de extrema relevância, é a **Porta do Mezio**, uma das cinco portas do Parque Nacional da Peneda Gerês. São valências desta Porta o Centro de Receção e Informação, o Parque da Biodiversidade, a Aldeia dos Pequeninos, a Oficina Lúdico-Pedagógica do Garrano, o Centro Interpretativo da Área Arqueológica Mezio/Giã, o Museu Rural e Etnográfico, o Restaurante, o Miradouro, a Estufa, o Parque Fitness, o Parque de Merendas, a Piscina, os Espaços Infantis, o Observatório de Avifauna e o Parque Aventura onde é possível praticar arborismo, slide e escalada.

As **Oficinas de Criatividade Himalaya/Centro de ciência Viva dos Arcos** é um espaço dedicado à figura e legado de um dos maiores cientistas e visionários portugueses da viragem do século XIX, conhecido por Padre Himalaya, nascido em Arcos de Valdevez. Assume-se como uma plataforma de promoção da ciência e das múltiplas áreas do Conhecimento abrangidas pelo investigador, como a Ecologia e a Eco sustentabilidade, encontrando nas famílias, nos jovens e na comunidade escolar o seu principal público-alvo. É o primeiro centro de ciência viva do Alto Minho que incorpora o Centro Interpretativo Himalaya, um espaço documental e biográfico, recorrendo a discursos tecnológicos e

informativos de última geração, e diversas salas e espaços dedicados à ciência e à pedagogia, o “Centro da Ecocidadania” e um labirinto dedicado igualmente à figura universal do cientista.

Em linha a com a evolução tecnológica e com o objetivo de aumentar as ferramentas educacionais, integra, ainda, uma cúpula de projeção de alta definição em 360° (**Fulldome**), um espaço que transporta os espetadores para autênticas “viagens” em tempo real, traduzindo-se numa experiência inesquecível de imagem e som.

A **Casa do Castelo – Centro Interpretativo da Paisagem Cultural de Sistelo** já está aberta ao público. A Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e a Junta de Freguesia de Sistelo pretendem “promover a divulgação do património natural e da sua ligação ao Rio Vez, fomentando a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável do território”.

O **Centro Etnográfico do Soajo** tem como principal objetivo promover o legado histórico e etnográfico de Soajo, através da promoção e valorização do património cultural e natural. Este museu tem um discurso interpretativo acessível a escolas, turistas e à própria comunidade local.

Como referido no Plano Municipal da Cultura, o concelho dispõe de um valioso património histórico e arqueológico da arquitetura civil e religiosa, com castelos e torres medievais, igrejas e paços que preservam no seu interior centros históricos notáveis, a que acrescem outros imóveis e espaços de interesse público e cultural, como os Espigueiros de Soajo ou o Pelourinho de Arcos de Valdevez.

Arcos de Valdevez reúne património natural com enorme riqueza, distribuído por cerca de 450 Km quadrados, uma das mais significativas do país, tendo sido eleita, no início de 2020, como um dos melhores destinos “Sustentável da Europa”, pela Green Destinations.

Este Concelho goza ainda de um benefício ímpar ao estar integrado no Parque Nacional Peneda-Gerês, o único Parque Nacional Português declarado pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera.

A nível desportivo e recreativo o Concelho dispõe ainda de vários quilómetros de passadiços e seis observatórios de fauna e flora, possuindo excelentes condições para a prática de diferentes modalidades desportivas e também recreativas.

No último ano Arcos de Valdevez, viu a despesa com a área desportiva crescer quase 60%, tendo passado de 1,2 milhões de euros para 2 milhões de euros. Estes números refletem todo o trabalho realizado na área do desporto, nomeadamente na dinamização de atividades de desporto e lazer,

apoio à atividade do movimento associativo arcuense, no apoio a atletas e técnicos, e na melhoria das instalações e equipamentos municipais.

Em 2020 o concelho fez um investimento considerável na área desportiva, permitindo-lhe reunir uma diversidade de espaços desportivos e de lazer, encontrando-se disponíveis para a comunidade e visitantes, nomeadamente para a realização de atividades desportivas espontâneas de recreio e ocupação dos tempos livres:

- Piscina Municipal de Arcos de Valdevez
- Estádio Municipal da Coutada
- Estádio Municipal de Rugby
- Estádio de Paçô
- Estádio Padre Arieiro - Guilhadeses
- Estádio Monte Aval - Távora
- Estádio Costa do Monte - Aboim/Sabadim
- Circuito Bio Saudável (composto por 8 equipamentos de manutenção e ginástica, um Polidesportivo e um Parque Radical).
- Fluvivez – Canoagem, Pesca Desportiva e Natação
- Skate Park
- Pavilhão Desportivo Municipal de Arcos de Valdevez – Futsal, Basquetebol, Andebol Voleibol, Badminton e Ginástica
- Pavilhão Escola Secundária de Arcos de Valdevez
- Pavilhão do Centro Escolar Padre Himalaya
- Pavilhão do Centro Escolar Prof. Manuel Brandão
- Polidesportivo do Vez
- Polidesportivo de Aboim/Sabadim
- Polidesportivo Cubanco
- Polidesportivo de Oliveira
- Polidesportivo de Gondoriz
- Polidesportivo de Soajo
- Polidesportivo do Vale
- Polidesportivo de Vila Fonche
- Parque Aventura do Mezio
- Pista de Downhill
- MotoCross
- Centro de Marcha e Corrida
- Campo de Proselo

O tecido associativo do concelho é consideravelmente abrangente e contribui para as mais diversas atividades desportivas, culturais, recreativas, sociais, ambientais, entre outras.

Afirmando-se como polos de desenvolvimento local que promovem a crescente oferta de atividades, e como espaços para fomentar hábitos de cidadania ativa, as associações locais **desempenham um papel insubstituível no contexto social.**

É por via das associações que as pessoas estabelecem inter-relações e que existe uma capacitação para o desenvolvimento da cidadania individual e coletiva.

A lista das associações do concelho é extensa e demonstra bem o dinamismo associativo existente neste território. São vários os clubes e associações de carácter desportivo existentes no concelho, cujo papel junto da população é fundamental para a promoção da prática desportiva e de estilos de vida saudáveis. Entre estes estão os seguintes:

- Academia Desportiva de Arcos de Valdevez
- Associação Cultural e Recreativa Amadora Prozelense
- Associação de Pesca Desportiva do Vez
- Associação de Radio Modelismo de Arcos de Valdevez
- Associação Desportiva e Cultural Aboim-Sabadim
- Associação Recreativa e Cultural Amigos de Sá
- Associação Recreativa e Cultural de Arcos S. Paio
- Associação Recreativa e Cultural de Guilhadeses
- Associação Recreativa e Cultural de Paçô
- Atlético dos Arcos – Associação Desportiva
- Centro de Atletismo de Arcos de Valdevez
- Centro Recreativo e Cultural de Távora S. Maria
- Clube Caça e Pesca da Peneda – Gavieira
- Clube de Caça e Pesca
- Clube de Rugby de Arcos de Valdevez
- Clube de Rugby Os Garranos
- Clube Náutico de Arcos de Valdevez
- Moto Clube de Arcos de Valdevez
- R3volution – Associação RRP
- Associação Cultural e Recreativa de S Jorge
- Associação Desportiva e Cultural de Cabreiro
- Clube Caça e Pesca de Arcos de Valdevez
- Clube Caça e Pesca da freguesia de Soajo
- Associação Desportiva e Cultural de Gondoriz
- Associação de Caça, Pesca e Desporto S. Cosme
- Associação Caça e Pesca de Cabana Maior
- Clube Caça e Pesca da Serra da Peneda - Gavieira

- Associação Amigos da Terra de Padroso
- Associação Amigos de Oliveira
- Associação Cultural Amigos de Milhundos Devotos da Sr^a dos Emigrantes
- Associação Cultural e Desportiva de Grade
- Associação Cultural e Desportiva para o Desenvolvimento do Vale do Ázere
- Associação Cultural e Desportiva Unidos do Couto
- Associação Cultural Povo de Távora
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Miranda
- Associação Desportiva e Cultural de Cabreiro
- Associação Desportiva e Cultural de Soajo
- Associação Desportiva e Recreativa de Adrão
- Associação Desportiva, Social e Recreativa dos Amigos de Jolda S. Paio
- Associação dos Vinhos de Arcos de Valdevez
- Associação Dragões de S. Jorge
- Associação Juvenil de Bombos e Cantares do Vale
- Associação Moving Cause Soajo
- Associação Musical Meninos do Vez
- Associação Recreativa e Cultural “Os Bravos de S. Vicente”
- Associação Recreativa e Cultural Amigos de Gondoriz
- Associação Recreativa e Cultural de Aguiã
- Associação Recreativa e Cultural de S. João de Rio Frio
- Associação Recreativa e Cultural do Vale
- Associação Rusga de Cabreiro
- Associação Rusga de Loureda
- Associação Social e Desportiva de Portela, Álvora e Loureda – PAL
- Associação Social e Recreativa da Juventude de Vila Fonche
- Associação Sócio -Cultural e Recreativa de Sistelo
- Associação Sociocultural Padre Himalaya
- Associação Tuga Brick – Lego
- Centro Recreativo e Cultural de Vilar Siente
- Centro Social, Recreativo e Cultural “Betânia do Vez”
- Clube de Cinema de Arcos de Valdevez
- Conservatório de Música e Dança de Arcos de Valdevez
- Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento N° 214
- Enredos e Enigmas – Associação de Teatro / GTV – Grupo de Teatro do Vez
- Época Prodígio – Associação Cultural e Desportiva da Várzea
- FOLIA – Associação de Festas
- Grupo de Estudos do Património Arcuense
- Juventude Associada de Rio de Moinhos
- Olhar Encantador – Associação Recreativa e Cultural de Padreiro (Santa Cristina)

- Sociedade Musical Arcuense

O Concelho conta também com 10 Ranchos Folclóricos:

- Associação Cultural e Desportiva de Vilarinho das Quartas
- Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Eiras
- Rancho Folclórico “Estrela do Norte” de Gondoriz
- Rancho Folclórico Danças e Cantares de Paçô
- Rancho Folclórico das Camponesas da Vila de Soajo
- Rancho Folclórico de Arcos S. Paio
- Rancho Folclórico de S. Jorge
- Rancho Folclórico de Santa Marinha de Prozelo
- Rancho Folclórico e Cultural das Lavradeiras de S. Pedro do Vale
- Rancho Típico e Folclórico de Vilela

2. ENQUADRAMENTO SETORIAL

2.1 Educação e Formação

A educação e a formação são dois domínios centrais na análise dos processos de desenvolvimento.

De acordo com os resultados provisórios do Censos 2021, o nível de escolaridade da população arcuense tem vindo a aumentar na última década, sendo que o aumento mais relevante se verificou no ensino secundário e pós-secundário, seguido do ensino superior.

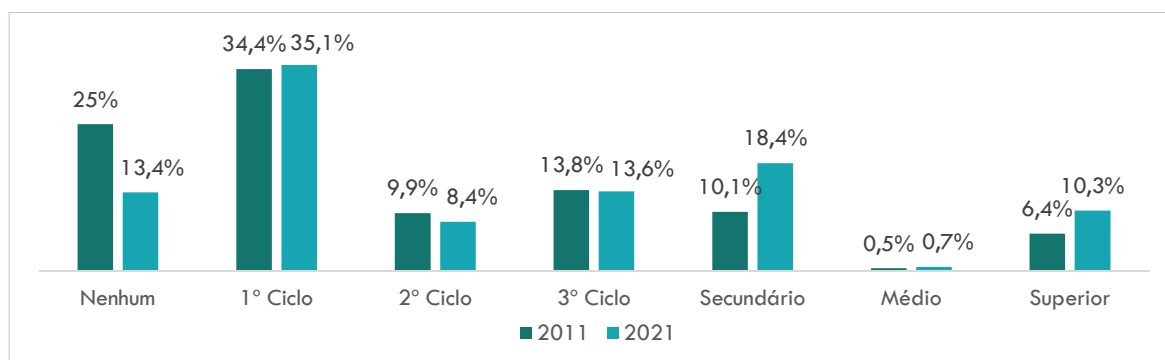


Gráfico 16 | Escolaridade da População residente por níveis de ensino (%)

Fontes: INE, PORDATA

Ao longo dos anos tem-se verificado um aumento dos níveis de escolarização da população, sendo de destacar o aumento global da população com ensino superior, secundário e pós-secundários completos. Apesar de tudo, os níveis de escolarização da população ainda continuam a ser baixos.

Analisando os dados da população escolar do concelho verifica-se que em 2020 se registou uma redução do número de alunos/as matriculados/as no ensino básico e ensino secundário, resultado análogo ao resto do país. De acordo com dados divulgados no relatório “estado da Educação de 2020”, onde se pode analisar a evolução do ensino em Portugal entre 2010 e 2020, foi no ensino básico que se registou a maior descida de matrículas, tal como em Arcos de Valdevez.

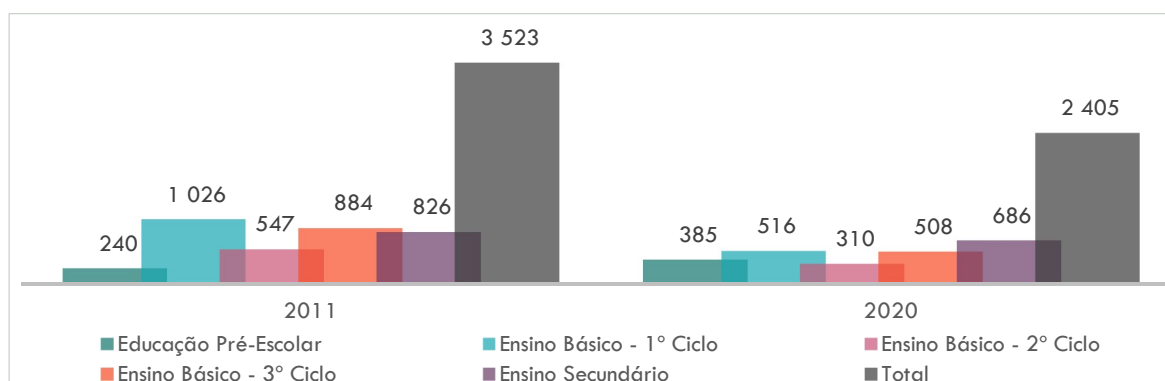


Gráfico 17 | Alunos matriculados nos ensinos pré-escola, básico e secundário: total

Fontes: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA

Em 2011 o concelho contabilizou 1784 homens e 1991 mulheres matriculadas nos diversos tipos de ensino referidos, enquanto que em 2020 foi possível identificar apenas 1190 homens e 1215 mulheres. Comparativamente com o ano de 2011, quanto ao sexo, identificamos o maior decréscimo no ensino do 3º ciclo e ensino secundário, especialmente no sexo feminino.

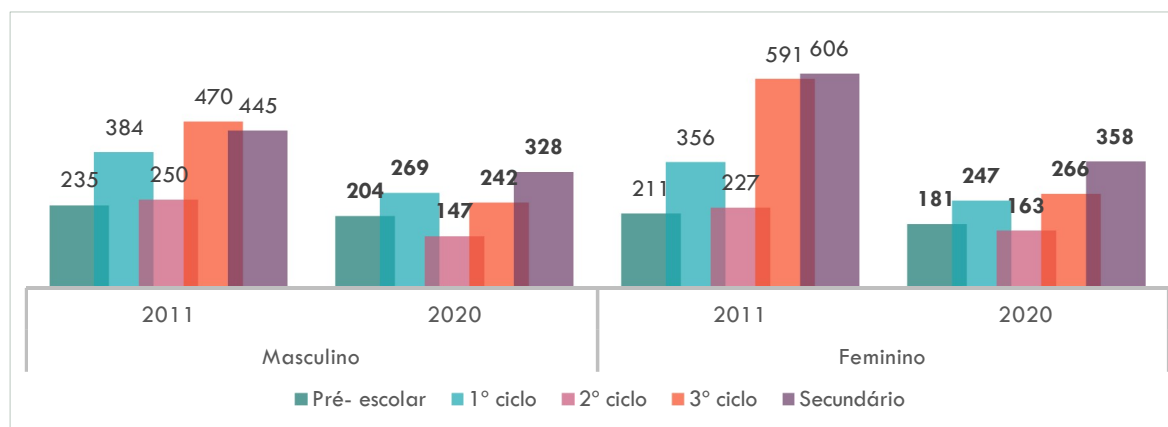


Gráfico 18 | Alunos matriculados nos ensinos pré-escola, básico e secundário: por sexo
Fontes: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA

Os Cursos de Educação e Formação são um percurso de ensino básico com dupla certificação, onde se desenvolvem competências sociais, científicas e profissionais subjacentes ao exercício de uma atividade profissional e onde, simultaneamente, se obtém o nível básico de educação. Estes cursos preparam os jovens para o prosseguimento de estudos ao nível do secundário bem como para uma inserção qualificada no mundo do trabalho. Dos 1334 alunos/as matriculados/as no ensino básico em 2020, 1311 frequentavam cursos orientados para jovens, enquanto 23 frequentavam cursos orientados para adultos.

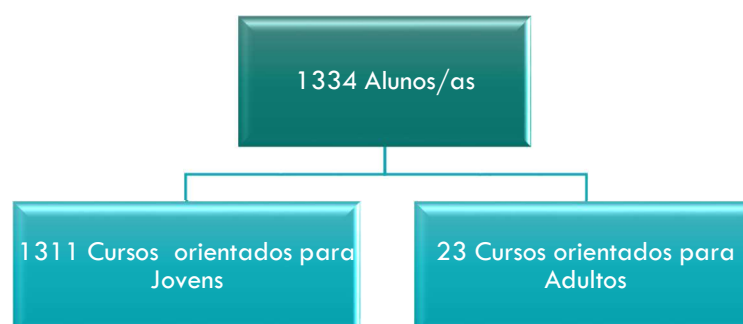


Figura 2 | Alunos matriculados no ensino básico: total e por modalidade de ensino
Fontes: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA

Em 2021 verificou-se um total de 569 matriculados/as face os 800 de 2011, este grupo encontra-se dividido por cursos gerais, cursos profissionais e cursos orientados para adultos. As modalidades de ensino nomeadamente os cursos tecnológicos, cursos de aprendizagem e CEF não tiveram alunos/as interessados/as.

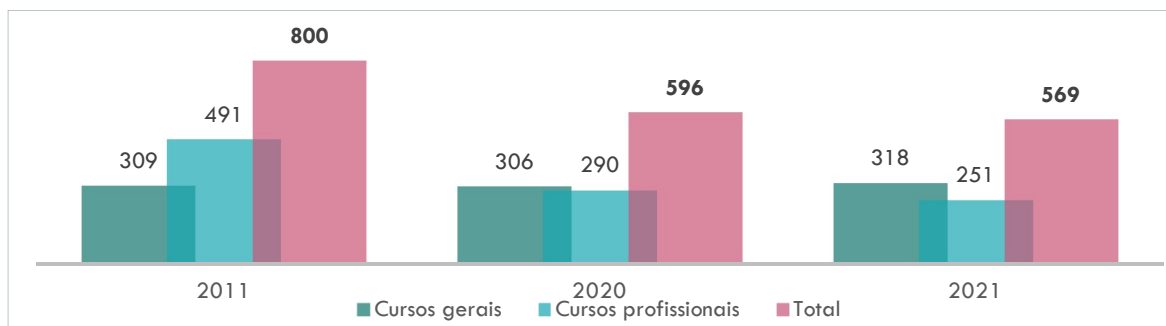


Gráfico 19 | Alunos/as matriculados/as no ensino secundário por modalidade
Fontes: PORDATA

Ao nível do ensino particular, confirma-se a frequência de 164 alunos/as onde 93 se encontravam em cursos profissionais e 71 frequentavam cursos orientados para adultos.

No ano letivo 2020/2021, a taxa de retenção e desistência no ensino básico estabeleceu-se nos 0,5%, resultado análogo ao ano 2019/2020, e francamente favorável face aos transatos.

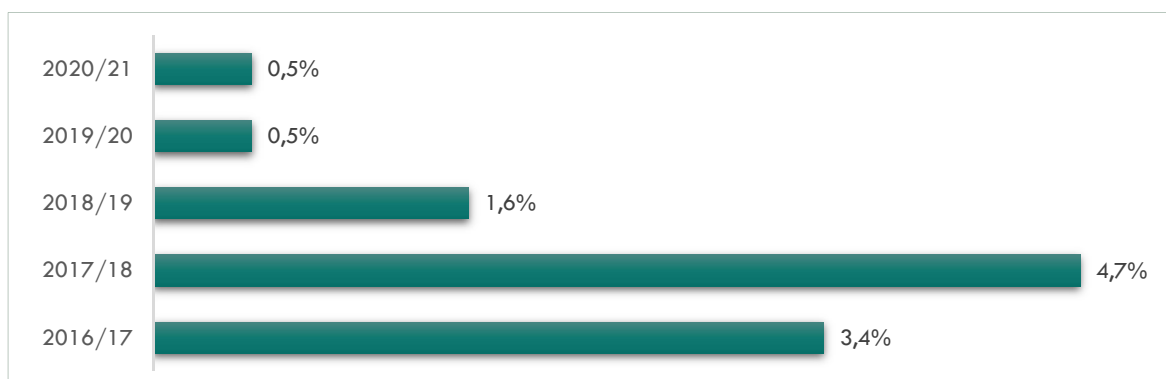


Gráfico 20 | Taxa de retenção do ensino básico
Fonte: Camara de Arcos de Valdevez (2020/2021)

No que se refere às médias de retenção e desistência do 1º, 2º e 3º ciclos verifica-se uma redução em todos os ciclos, com uma expressão muito significativa no 2º e 3º ciclo, uma vez que não tiveram qualquer taxa de retenção e desistência em 2021, face aos 1,9% e 8,9%, respetivamente, em 2011.

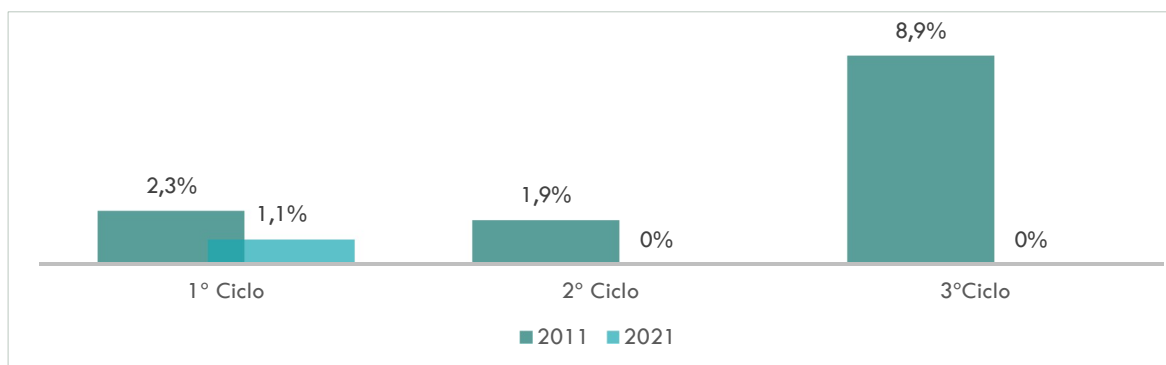


Gráfico 21 | Taxa de retenção e desistência no ensino básico
Fontes: PORDATA

A taxa de retenção no ensino secundário também sentiu um decréscimo interessante desde 2016/2017, estabelecendo-se em 2020/21 nos 3,7%.

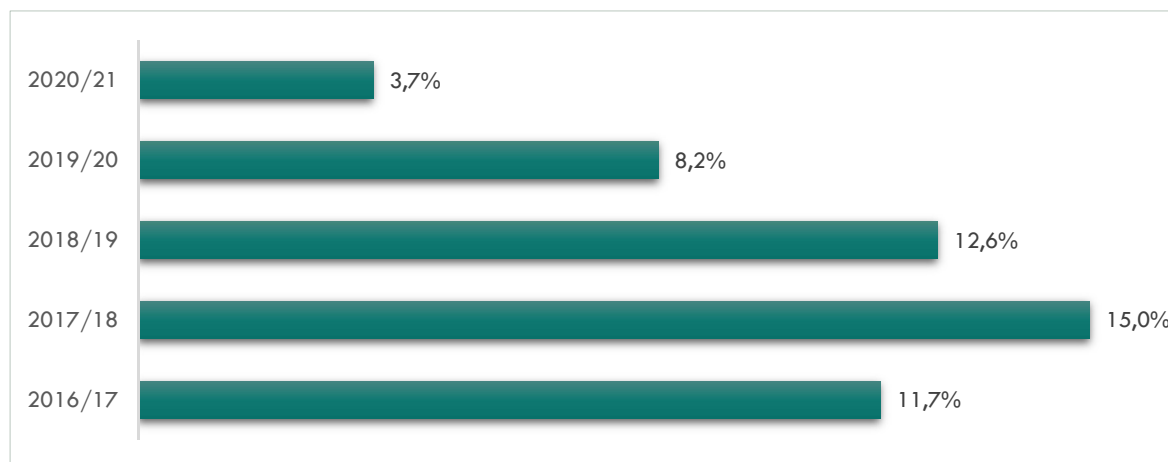


Gráfico 22 | Taxa de retenção e desistência no ensino secundário
Fonte: Camara de Arcos de Valdevez (2020/2021)

Nos últimos anos, o concelho de Arcos de Valdevez, tem vindo a assistir a um conjunto de intervenções que em muito têm contribuído para o incremento dos níveis de escolarização e formação da população. Hoje o concelho é dotado de excelentes infraestruturas de ensino e formação, que se encontram distribuídos da seguinte forma:

- 10 estabelecimentos de educação pré-escolar
- 4 estabelecimentos do 1º ciclo
- 3 estabelecimentos do 2º ciclo
- 3 estabelecimentos do 3º ciclo
- 1 estabelecimento do ensino secundário
- 3 estabelecimento do ensino profissional
- 1 estabelecimento do ensino superior

No que diz respeito à educação pré-escolar dos equipamentos existentes ó são públicos e integram o Agrupamento de Escolas de Valdevez e quatro são desenvolvidos por Instituições Particulares de Solidariedade Social. Os equipamentos estão distribuídos no território por diversas freguesias do concelho, contudo, a grande maioria, centra-se na zona urbana.

Nome do equipamento de educação pré-escolar	Entidade
Jardim de Infância de Soajo	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Jardim de Infância de Távora	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Jardim de Infância de Sabadim	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Jardim de Infância de Paçô	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Jardim de Infância de Giela	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Jardim de Infância de Vila Fonche	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Jardim de Infância da Associação de Vila Fonche	Associação Social Recreativa Juventude de Vila Fonche
Jardim de Infância de Guilhadeses	Centro Paroquial e Social de Guilhadeses
Jardim de Infância do Centro Social e Paroquial de Arcos de Valdevez	Centro Social e Paroquial de Arcos de Valdevez
Jardim de Infância Cerqueira Gomes	Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez

Tabela 2 | Equipamentos do pré-escolar
Fonte: CM Arcos de Valdevez

Ao nível do 1º ciclo, os estabelecimentos existentes são públicos, integram o Agrupamento de Escolas de Valdevez e localizam-se em quatro polos educativos: o Centro Escolar de Sabadim – Escola Básica Dr. Manuel da Costa Brandão; o Centro Escolar de Távora – Escola Básica Padre Himalaya; o Centro Escolar de Arcos de Valdevez – Escola Básica Prof. António Melo Machado e a Escola Básica da Eira do Penedo (Soajo).

Nome do equipamento de 1º ciclo	Entidade
Escola Básica do Sabadim	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Escola Básica de Távora	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Escola Básica de Arcos de Valdevez	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Escola Básica de Soajo	Agrupamento de Escolas de Valdevez

Tabela 3 | Equipamentos do 1º Ciclo
Fonte: CM Arcos de Valdevez

No que diz respeito aos 2º ciclo e 3º ciclos, os estabelecimentos também são públicos, integram o Agrupamento de Escolas de Valdevez e localizam-se em três polos educativos: o Centro Escolar de Sabadim – Escola Básica Dr. Manuel da Costa Brandão; o Centro Escolar de Távora – Escola Básica Padre Himalaya e a Escola Básica e Secundária de Arcos de Valdevez.

Nome do equipamento de 2º e 3º ciclo	Entidade
Escola Básica do Sabadim	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Escola Básica de Távora	Agrupamento de Escolas de Valdevez
Escola Básica e Secundária de Arcos de Valdevez	Agrupamento de Escolas de Valdevez

Tabela 4 | Equipamentos do 2º e 3º Ciclos

Fonte: CM Arcos de Valdevez

Ao nível do ensino secundário o único equipamento existente é a Escola Básica e secundária de Arcos de Valdevez, que integra o Agrupamentos de Escolas de Valdevez.

Nome do equipamento de ensino secundário	Entidade
Escola Básica e Secundária de Arcos de Valdevez	Agrupamento de Escolas de Valdevez

Tabela 5 | Equipamento Ensino Secundário

Fonte: CM Arcos de Valdevez

Os três estabelecimentos de ensino profissional existentes dizem respeito à Escola Básica e Secundária de Arcos de Valdevez que também leciona cursos profissionais e duas escolas profissionais a Escola Profissional de Alto Lima (EPRALIMA) e o Centro de Formação para a Indústria Metalomecânica (CENFIM).

Nome do equipamento de ensino profissional	Entidade
Escola Básica e Secundária de Arcos de Valdevez	Agrupamento de Escolas de Valdevez
EPRALIMA	Escola Profissional do Alto Lima
CENFIM	Centro de Formação para a Indústria Metalomecânica

Tabela 6 | Equipamentos do Ensino Profissional

Fonte: CM Arcos de Valdevez

Ao nível do ensino superior o Município de Arcos de Valdevez em parceria com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), criou em 2021 o Curso Técnico Superior Profissional (CTESP) em Mecânica Automóvel. Em 2022 esta parceria deu início a mais um curso, desta vez um CTESP de Impressão 3D e Maquinação Automática.

Nome do equipamento de ensino superior	Entidade
Escola Superior de Tecnologia e Gestão	Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Tabela 7 | Equipamentos do Ensino Superior

Fonte: CM Arcos de Valdevez

2.2 Saúde

A saúde, de acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde, é entendida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e

não apenas a ausência de doença. Como tal, os serviços de saúde procuram, essencialmente, a promoção da saúde, a prevenção de doenças, bem como a recuperação e a reabilitação da comunidade.

O acesso aos cuidados de saúde é por isso um dos mais importantes meios de suporte ao bem-estar da população. Neste sentido, os cuidados de saúde primários constituem o primeiro nível de serviços de saúde da comunidade, assegurando cuidados contínuos face às necessidades de saúde, ao longo da vida.

Os agrupamentos de centros de saúde (ACES) do serviço nacional de saúde, integrados nas administrações regionais de saúde (ARS), mantém-se em funcionamento conforme o decreto-lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro. Os ACES dispõem de autonomia administrativa e são constituídos por unidades funcionais de um ou mais centros de saúde, sendo sua missão garantir a prestação de cuidados de saúde primários aos cidadãos de determinada área geográfica.

Organização do Serviço Nacional de Saúde no Concelho - Centro de Saúde de Arcos de Valdevez

O centro de saúde de Arcos de Valdevez subdivide-se nas seguintes unidades funcionais:

- Unidade de Saúde Familiar Arcos Saúde;
- Unidade de Saúde Familiar UARCOS, que possui uma extensão de saúde no Soajo;
- Unidade de Saúde Familiar Vale do Vez;
- Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) Arcos de Valdevez;
- Unidade de Serviços de Apoio Geral (USAG) Arcos de Valdevez.

Segundo balanço da Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM), estavam inscritos, em 2014-2020, 22,743 utentes no Centro de Saúde de Arcos de Valdevez.

As unidades de saúde familiar (USF) são unidades elementares de prestação de cuidados de saúde ao indivíduo e família e devem estar integradas em rede com as outras unidades funcionais do centro de saúde (DL n.º 298/2007, 22 de agosto). Todas as USF disponibilizam uma carteira básica de serviços com indicação do seu compromisso assistencial, que explicita o que deve ser obrigatoriamente contratualizado ao nível dos cuidados de medicina geral e familiar e de enfermagem. Do núcleo base de serviços clínicos, constam os seguintes: geral; saúde da mulher; saúde

do recém-nascido; da criança e do adolescente; saúde do adulto e do idoso; cuidados em situação de doença aguda; acompanhamento em situações de doença crónica e patologias múltiplas; cuidados no domicílio e articulação em rede com outros setores e serviços.

Relativamente à unidade de cuidados na comunidade (UCC) (DL n.º 28/2008, 22 de fevereiro), à mesma compete a prestação de cuidados de saúde e de apoio psicológico e social, de âmbito domiciliário e comunitário, às pessoas, famílias e grupos em situação de maior risco ou dependência física e funcional, intervindo na educação para a saúde e na integração em redes de apoio à família.

Para o desenvolvimento das suas atividades, a UCC trabalha em parceria com estruturas/organismos da comunidade local, tais como, autarquia, Segurança Social, instituições privadas de solidariedade social, entre outras. No que respeita a este trabalho, a UCC integra a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, a equipa de prevenção da violência em adultos, a Comissão de Apoio à Pessoa Idosa, a equipa dos problemas ligados ao álcool (PLA), o conselho municipal de educação, o Núcleo Local de Inserção e a Rede Social – conselho local de ação social e núcleo executivo. A UCC é responsável pela constituição das equipas de cuidados continuados integrados (ECCI), previstas no DL n.º 101/2006, de 6 de junho.

A UCC promove igualmente, diversos projetos, no âmbito da saúde escolar, com vista a trabalhar determinadas temáticas, nomeadamente, saúde oral, alimentação saudável, sexualidade, tabagismo, prevenção de consumos, postura corporal e suporte básico de vida.

Disponibiliza ainda outras respostas, na área da gravidez e parentalidade, dos prestadores de cuidados, dos cuidados respiratórios e das crianças e jovens em risco.

O concelho dispõe ainda de serviços privados de saúde que constituem uma mais valia para a população. Os mesmos encontram-se referenciados na tabela infra.

Serviços privados de Saúde
Laboratórios de análises clínicas
Clínicas de fisioterapia
Clínicas de diferentes especialidades médicas/exames de diagnóstico
Farmácias
Clínica de hemodiálise
Centro de Diagnóstico

Tabela 8 | Serviços privados de Saúde
Fonte: CM Arcos de Valdevez

No que respeita aos profissionais de saúde, entre 2011 e 2020, verificou-se um aumento do número de médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos.

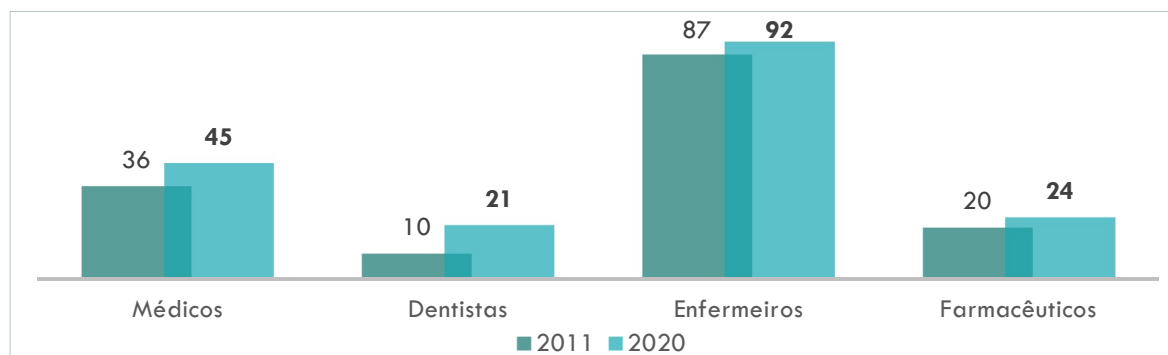


Gráfico 23 | Pessoal de saúde
Fonte: PORDATA

Relativamente ao número de habitantes por médico e farmacêutico, no ano de 2020, comparativamente a 2011, assistiu-se a uma redução significativa, originada pelo aumento de médicos e farmacêuticos e pelo decréscimo populacional.

	Habitantes por médico		Habitantes por farmacêutico	
	2011	2020	2011	2020
Alto Minho	342,3	244,7	1.117,5	↓ 814,7
Arcos de Valdevez	633,5	463,5	1.140,4	↓ 869,0

Tabela 9 | Habitantes por médico e farmacêutico
Fonte: PORDATA

O concelho de Arcos de Valdevez é o 3º concelho com o maior número de farmácias da região do Alto Minho, contabilizando 6 farmácias no total e 24 farmacêuticos ao serviço, rácio favorável face a 2011.

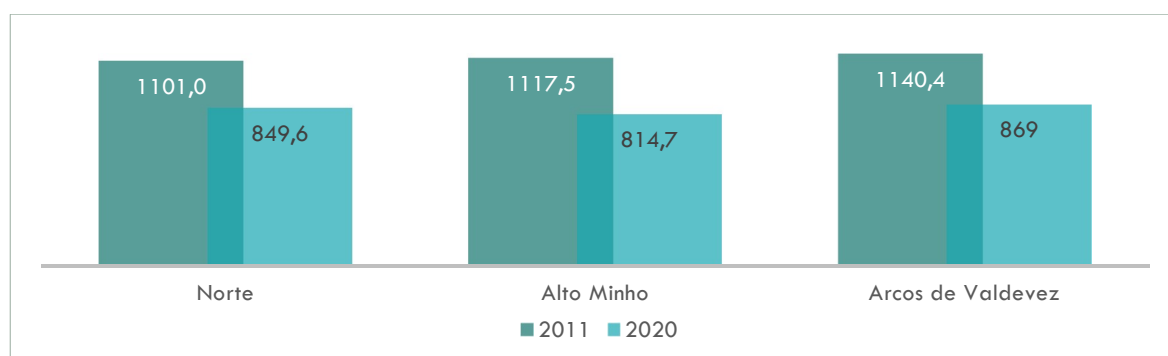


Gráfico 24 | Nº médio de habitantes por farmacêutico/a
Fontes: INE, PORDATA

A esperança de vida é definida, segundo o INE, pelo número de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, tendo por base as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.

Vários fatores exercem influência direta na expectativa de vida da população, nomeadamente: as condições económicas, o acesso aos serviços de saúde, o saneamento, a educação, a cultura e o lazer, bem como os índices de violência, criminalidade e poluição.

A esperança de vida à nascença em Portugal, em 2019-2021, foi estimada em 80,72 anos, sendo de 77,67 anos para os homens e de 83,37 anos para as mulheres, correspondendo, relativamente a 2018-2020, a uma diminuição de cerca de 4,8 meses para os homens e de 3,6 meses para as mulheres. No triénio 2019-2021, em resultado do aumento do número de óbitos no contexto da pandemia da doença COVID-19, registaram-se, também, reduções na esperança de vida.

A esperança de vida aos 65 anos em Portugal, no período 2019-2021, foi estimada em 19,35 anos. Aos 65 anos, os homens podem esperar viver 17,38 anos e as mulheres 20,80 anos, o que corresponde a uma redução de, respetivamente, 4,6 e 3,7 meses, relativamente a 2018-2020.

No que se refere à região do Alto Minho, que se insere na NUTS III, a esperança de vida à nascença, no período de 2019-2021, foi estimada em 80,64 anos e a esperança de vida aos 65 anos de 19,66 anos.

No que respeita ao número de óbitos ocorridos no concelho, é possível apurar que, em 2011 e 2020, ocorreram 378 e 375 óbitos, respetivamente. Verifica-se, assim, um ligeiro decréscimo, em oposição ao restante território nacional e Alto Minho, onde se verificou um aumento.

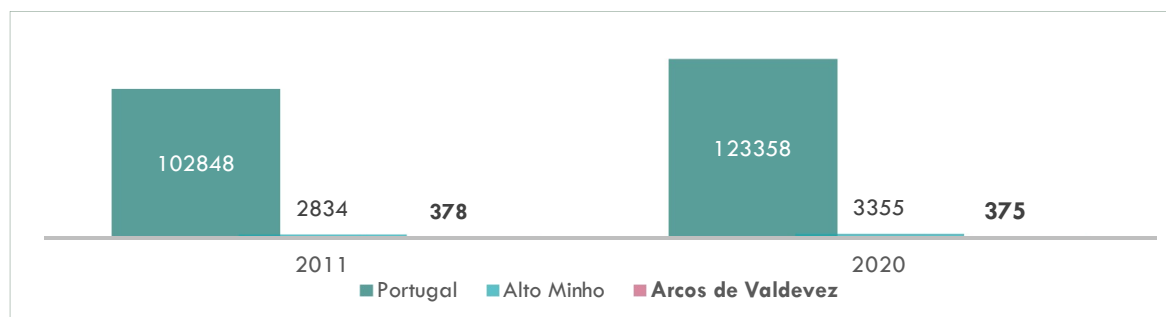


Gráfico 25 | Óbitos de residentes em Portugal, Alto Minho e Arcos de Valdevez
Fontes: INE, PORDATA

Fazendo uma análise dos óbitos ocorridos no concelho por sexo, verifica-se que existe um equilíbrio entre ambos.

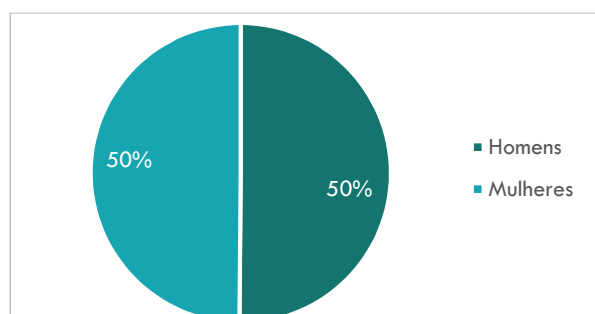


Gráfico 26 | Óbitos por sexo
Fontes: INE, PORDATA

Relativamente a algumas das principais causas dos óbitos, identificadas na tabela infra, constatou-se que, entre 2001 e 2019, no que respeita às doenças do aparelho circulatório, tuberculose e SIDA, ocorreu uma redução do número de óbitos, seguindo a tendência verificada em Portugal e no Alto Minho. Ressalte-se que as doenças do aparelho circulatório constituíram a maior causa de óbitos no concelho de Arcos de Valdevez. Quanto às doenças do aparelho respiratório e suicídio, assistiu-se a um aumento do número de óbitos, neste mesmo período, em Arcos de Valdevez, dados que coincidem com a realidade nacional e do Alto Minho.

No que se reporta ao número de óbitos por diabetes, registou-se um aumento em 2019 face a 2001, em consonância com os dados do Alto Minho. Os tumores malignos constituíram a segunda maior causa de óbitos, em 2019, em Arcos de Valdevez, apesar do decréscimo ocorrido entre 2001 e 2019. Já a nível nacional e no Alto Minho, verificou-se um aumento.

Os resultados apresentados vão de encontro ao descrito no plano nacional de saúde do Alto Minho extensão 2020, que destaca como maior causa de mortalidade os tumores malignos, em particular, o tumor maligno do esófago e do estômago e as doenças do aparelho digestivo, com evidência para a doença do fígado e cirrose. O referido plano salienta ainda que as doenças do aparelho circulatório, apesar de apresentarem valores elevados no que refere à mortalidade, continuam a demonstrar uma diminuição.

	Portugal			Alto Minho			Arcos de Valdevez		
	2001	2011	2019	2001	2011	2019	2001	2011	2019
Diabetes	3 956	4 536	3 834	82	105	112	10	14	12
Tumores malignos	21 908	25 536	28 464	647	663	749	84	72	75
Doenças do aparelho circulatório	40 557	31 565	33 421	1 206	940	936	179	127	94
Doenças do aparelho respiratório	8 960	11 917	12 218	232	339	361	30	47	45
Doenças do aparelho digestivo	4 448	4 538	4 831	127	152	141	19	26	14
Tuberculose	343	207	170	10	6	3	2	1	0
SIDA	1 018	557	248	5	7	1	1	0	0
Suicídio	754	1 012	975	12	20	26	1	2	6

Tabela 10 | Óbitos de residentes em Portugal por algumas causas de morte
Fonte: INE, PORDATA, DGS/MS

O plano nacional de saúde do Alto Minho identifica como principais fatores de risco para a mortalidade, a pressão arterial elevada, o tabagismo, o aumento da glicose no sangue, o sedentarismo e a inatividade física, o excesso de peso/obesidade, o elevado consumo de álcool e os maus hábitos alimentares. Perante estes fatores, a Unidade Local de Saúde do Alto Minho, determinou como prioritária a intervenção nestas áreas, assim como na melhoria no acesso aos cuidados de saúde. Para tal, preconiza a importância do desenvolvimento de estratégias de saúde de prevenção primária, secundária e terciária. O plano nacional de saúde – revisão e extensão 2020 – salienta que os serviços da educação, segurança social e ambiente, assim como o setor privado/social, e não exclusivamente o da saúde, devem contribuir para a criação de ambientes promotores da saúde e do bem-estar, de modo a assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos.

A saúde mental é fundamental para o bem-estar das pessoas, sendo interdependente da saúde física, que podendo ser influenciada por diversos fatores, especificamente, genéticos, biológicos, sociais e ambientais. As perturbações mentais em Portugal constituem a principal causa de incapacidade, sendo responsáveis por, aproximadamente, um terço de anos de vida saudáveis perdidos. Em Arcos de Valdevez, duas das patologias que apresentam especial destaque e preocupação são as demências e a dependência do álcool, não obstante a ausência de dados sobre a incidência dos mesmos.

A evolução da medicina e a melhoria do acesso aos cuidados de saúde e das condições de vida, têm conduzido a um aumento da esperança de vida e, conseqüentemente, ao envelhecimento populacional. Por consequência, o número de pessoas com idade crítica para o desenvolvimento de demências (tais como, Alzheimer, demência senil, demência por Parkinson, demência vascular, entre outras) também tem vindo a aumentar. As demências têm atingido proporções que a colocam em destaque em termos de saúde pública e implicações socioeconómicas.

Da análise demográfica verifica-se que, em Arcos de Valdevez, os índices de envelhecimento e de dependência dos idosos têm vindo a aumentar e alertam para a necessidade de intervenção nesta faixa etária. Embora sem dados estatísticos, a situação da demência no concelho de Arcos de Valdevez, tem constituído uma preocupação para as entidades de apoio social.

De acordo com informação constante no estudo Global Burden of Disease (2019), estima-se ainda que o número de adultos com idade igual ou superior a 40 anos com demência em todo o mundo, venha quase a triplicar até 2050, passando de cerca de 57 milhões em 2019, para 153 milhões, devendo-se, fundamentalmente, ao crescimento e envelhecimento populacionais.

A demência constitui uma situação permanente de diminuição das faculdades mentais, com interferência nas atividades de vida diária do doente e, conseqüentemente, no seu cuidador. Trata-se de uma patologia que afeta a globalidade das funções cognitivas e que se traduz pela dificuldade progressiva em reter memórias recentes, adquirir novos conhecimentos, fazer cálculos, utilizar linguagem adequada e com implicações funcionais no doente (Holmes & Lovestone, 2003). Desta feita, assiste-se a um aumento das dificuldades na execução de determinadas atividades quotidianas, perda de memória, alterações de personalidade e/ou comportamento e desorientação.

A pessoa com demência impacta ainda todo o sistema familiar e, em particular, o cuidador informal, que vê comprometida a sua integração social, profissional e bem-estar emocional, sendo que o mesmo está sujeito a desgaste e elevados níveis de stress.

Algumas das dificuldades vivenciadas pelas famílias e pela pessoa idosa com esta patologia poderiam ser mitigadas através da obtenção de um maior conhecimento sobre a demência e da adoção de práticas/respostas mais adequadas para os apoiar.

O **álcool** é uma substância psicoativa, cujas propriedades **podem induzir dependência** (física e psicológica). A adição a esta substância é uma doença crónica, que conduz a um comportamento compulsivo, acarretando **consequências negativas** para o doente e para quem o rodeia. A adição não se limita ao consumo de álcool, mas envolve ainda padrões comportamentais, cognitivos e emocionais, que se podem perpetrar mesmo sem consumos.

Os problemas ligados ao álcool são um dos **principais fatores responsáveis pela morte prematura** e podem contribuir para o desenvolvimento de diversas patologias físicas (complicações cardiovasculares, neurológicas, hepáticas, entre outras) e psicológicas (depressão, ansiedade, doenças psicóticas, etc.).

A adição ao álcool traz **graves consequências a nível familiar, social e profissional**, tendo um grande impacto nas várias esferas da vida. Assim, a dinâmica familiar é, frequentemente, pautada por conflitos/violência, instabilidade, tensão, insegurança, etc.. A nível social, estes doentes e suas famílias tendem a ficar cada mais isolados e vivenciam um afastamento das suas redes sociais de apoio. No que refere ao contexto laboral, os doentes tendem a ver o seu rendimento profissional diminuído, deparam-se com o risco de desemprego acrescido, dificuldades de reintegração profissional no caso dos desempregados e, por inerência, com problemas do foro económico.

O álcool está fortemente enraizado nos hábitos alimentares de uma larga maioria da população, estando igualmente associado a inúmeras formas de relacionamento/convívios.

Em 2011, a Unidade de Cuidados na Comunidades (UCC), seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Saúde (2004-2010), criou a equipa multidisciplinar PLA que conta com a participação de diversas entidades locais especificamente, Município de Arcos de Valdevez, serviço local de ação social da Segurança Social, equipa do rendimento social de inserção da Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa e equipa do serviço de atendimento e acompanhamento social da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez e regionais, nomeadamente, o Centro de Respostas Integradas - CRI - de Viana do Castelo e equipa de rua do Gabinete de Atendimento à Família de Viana do Castelo.

A equipa de PLA tem como principal objetivo avaliar e acompanhar utentes com esta patologia, com vista ao delineamento de planos de intervenção individuais. Atualmente, encontra-se a acompanhar 61 utentes, número este que não se coaduna com a dimensão desta problemática, a nível local, uma vez que nem todos os doentes com esta patologia são acompanhados pela mesma.

Devido às dificuldades inerentes às deslocações de utentes em situação de carência económica, para realização de consultas no Centro Respostas Integradas (CRI) de Viana do Castelo e unidades de desabilitação/comunidades terapêuticas, o Município está incumbido de providenciar transporte aos utentes que dele careçam.

À equipa de rua do GAF compete o acompanhamento de utentes com PLA que careçam de uma intervenção in loco e não apresentem critérios para serem encaminhados para o CRI.

Atendendo às especificidades e desafios colocados por esta patologia, que tem repercussões no doente e no seu seio familiar, revela-se necessário criar respostas locais que permitam prestar um acompanhamento mais sistemático e de maior proximidade.

2.3 Segurança

A liberdade e a segurança são dois dos principais valores de uma sociedade democrática. Só em sociedades que combatem seriamente a criminalidade é que os cidadãos poderão viver a liberdade.

Considerando o Relatório anual de Segurança Interna, no ano 2020 e por comparação com 2017, a criminalidade em Portugal apresenta uma queda de 11%, tal como a criminalidade violenta, que teve uma redução de 13,4%.

Passando à análise dos dados referentes ao Norte, Alto Minho e Arcos de Valdevez, verifica-se também esta tendência decrescente, tendo esta sido de 2,8% no concelho de Arcos de Valdevez.

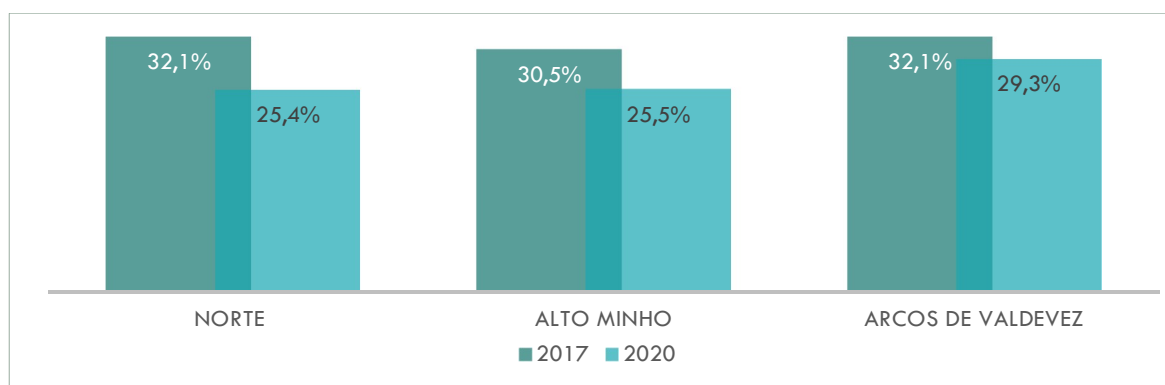


Gráfico 27 | Taxa de criminalidade
Fontes: PORDATA

Fazendo uma análise ao número total de crimes por tipologia registados pela GNR em Arcos de Valdevez, entre 2020 e 2021, estes aumentaram de 585 para 621.

A tipologia de crimes que sofreu maior aumento relaciona-se com os crimes contra as pessoas e a vida em sociedade, situação que, embora não sendo de grande preocupação, revela a necessidade de ir monitorizando e estando atento a estes indicadores. Apesar de terem sofrido uma descida, os crimes contra o património são aqueles que registam maior incidência no concelho.

Relativamente aos crimes que são participados à GNR, verifica-se que, entre 2020 e 2021, o crime de incêndio/fogo em floresta, foi o mais participado, tendo sofrido uma variação na ordem dos 51,43%.

Numa vertente positiva, identificamos um decréscimo de crimes de condução de veículo com taxa álcool igual/superior a 1,2 g/l, a ameaça de coação e o furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas.

CRIME	2020	2021	VAR	VAR %
Património	237	215	- 22 ↓	-9,28%
Pessoas	188	205	17 ↑	9,04%
Vida em Sociedade	127	148	21 ↑	16,54%
Legislação Avulsa	25	42	17 ↑	68%
Animais de Companhia	6	6	0 →	0%
Estado	2	4	2 ↑	100%
Identidade Cultural e Integridade Pessoal	0	1	1 ↑	-
TOTAL	585	621	36	6,15%

Tabela 11 | Crimes registados pelas polícias: total e por tipo de crime
Fonte: GNR Arcos de Valdevez

TIPIFICAÇÃO DO CRIME	2020	2021	VAR	VAR %
Incêndio/ fogo em floresta, mata, arvoredo ou seara	70	106	↑36	51,43%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	65	58	↓-7	-10,77%
Outro dano	45	55	↑10	22,22%
Ofensa à integridade física voluntária simples	42	50	↑8	19,05%
Condução de veículo com taxa álcool igual/superior a 1,2 g/l	39	30	↓-9	-23,08%
Ameaça de coação	37	28	↓-9	-24,32%
Burla informática e nas comunicações	30	26	↓-4	-13,33%
Difamação, calúnia e injúria	12	25	↑13	108,33%
Condução sem habilitação legal	16	19	↑3	18,75%
Furto em veículo motorizado	24	19	↓-5	-20,83%
Furto em residência com arrombamento, escalamento ou chaves falsas	20	18	↓-2	-10%
Outras burlas	11	13	↑2	18,18%
Outros furtos	15	13	↓-2	-13,33%
Outros crimes	5	11	↑6	120%
Furto de veículo motorizado	7	10	↑3	42,86%
Outros crimes de violência doméstica	4	10	↑6	150%
Furto de oportunidade/ de objetos não guardados	7	9	↑2	28,57%
Furto em residência sem arrombamento, escalamento ou chaves falsas	18	9	↓-9	-50%
Outros crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual	3	6	↑3	100%
Outros crimes contra a reserva da vida privada	1	6	↑5	500%
TOTAL	471	521	50	10,62%

Tabela 12 | Crimes registados pelas polícias: 20 crimes mais participados no concelho
Fonte: GNR Arcos de Valdevez

É de salientar que o crime de violência doméstica, apesar de ter diminuído, continua a ser um dos crimes mais participados à GNR. Foram registados 58 crimes de violência doméstica durante o ano de 2021, resultado mais favorável face ao ano de 2020, que registou mais 7 casos.

De acordo com a APAV, considera-se prática do crime de violência doméstica quando existem maus tratos físicos ou psíquicos, uma ou várias vezes, sobre cônjuge ou ex-cônjuge, unido/a de facto ou ex-unido/a de facto, namorado/a ou ex-namorado/a ou progenitor de descendente comum em 1.º grau, quer haja ou não coabitação.

Ainda referido como crime de violência doméstica a ocorrência de maus tratos físicos ou psíquicos, uma ou várias vezes, sobre uma pessoa indefesa em razão da idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, desde que com ela coabite.

No concelho de Arcos de Valdevez, verifica-se que os crimes de violência doméstica estão associados essencialmente à violência contra o cônjuge ou análogos e, neste caso, registou-se uma descida deste tipo de crimes, apesar de ser o mais elevado.

TIPIFICAÇÃO DO CRIME	2020	2021	VAR	VAR%
Violência doméstica contra cônjuge ou análogos	65	58	-7 ↓	- 10,77%
Outros crimes de violência doméstica	4	10	6 ↑	150%
Violência doméstica	4	-	-4 ↓	-100%
TOTAL	73	68	-5	-6,85%

Tabela 13 | Crimes de Violência: tipificação
Fonte: GNR Arcos de Valdevez

A idade das vítimas de violência doméstica encontra-se dispersa por várias faixas etárias, no entanto, com maior incidência entre os 31 e os 64 anos. De salientar um elevado número de vítimas com idade superior a 64 anos, ou seja, pessoas idosas.

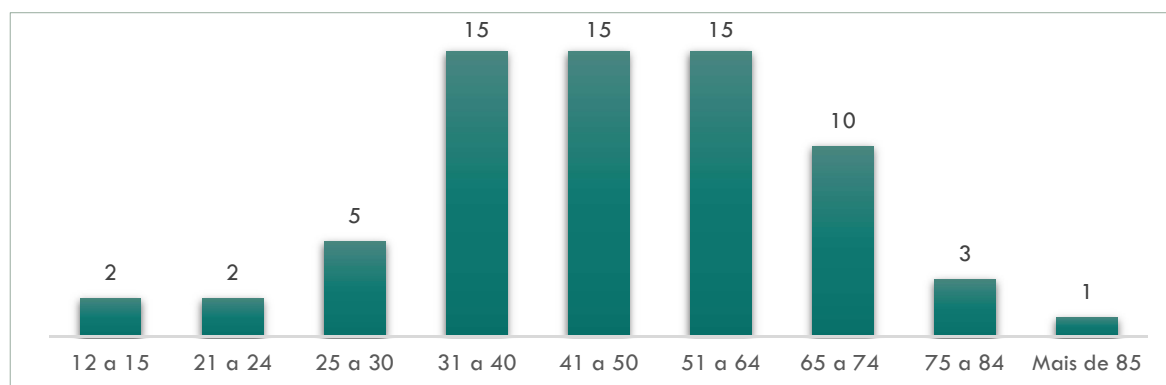


Gráfico 28 | Violência doméstica: Idade das Vítimas
Fontes: GNR Arcos de Valdevez

Quanto aos agressores, em 2021, foram identificados/as 59 suspeitos/as de agressão, mais de metade destes com idades compreendidas entre os 41 e os 64 anos.

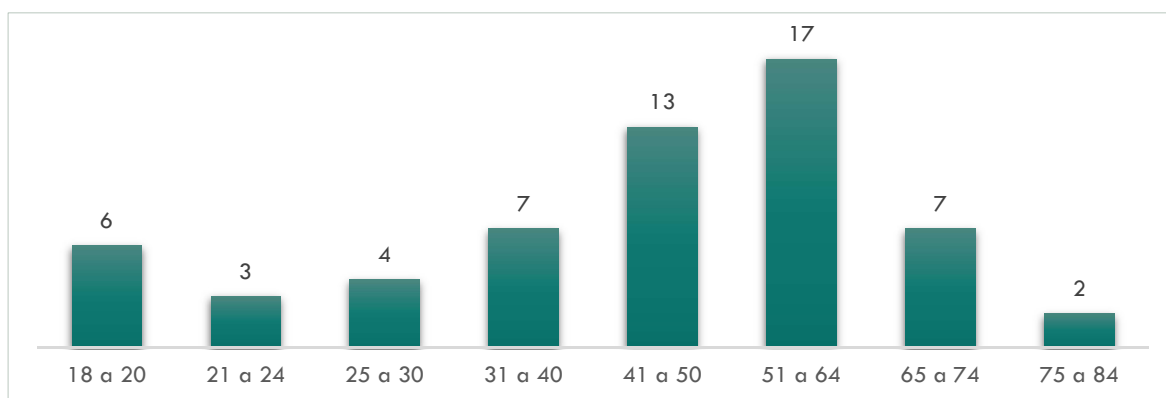


Gráfico 29 | Agressores/as: total e por faixas etárias
Fontes: GNR Arcos de Valdevez

2.4 Proteção Social

As prestações sociais são medidas de proteção social, traduzidas em benefícios/apoios pecuniários, dirigidas a pessoas ou famílias que careçam de apoio em determinada área ou momento de vida. As mesmas assentam nos princípios gerais de igualdade, universalidade, equidade e inserção social, promovendo, desta forma, a acessibilidade a todos os cidadãos aos direitos básicos de subsistência.

Pretendem, assim, mitigar as dificuldades socioeconómicas de famílias e indivíduos, em situação de desemprego, doença/incapacidade, maternidade ou velhice.

Principais prestações sociais:

- a) Rendimento Social de Inserção;
- b) Pensões de velhice, invalidez e sobrevivência;
- c) Complemento solidário para idosos;
- d) Prestação social para a inclusão
- e) Subsídio de doença;
- f) Subsídio de desemprego;
- g) Abono de família
- h) Subsídio Parental
- i) Subsídio de Bonificação por Deficiência
- j) Subsídio por Assistência à Terceira Pessoa
- k) Estatuto de cuidador informal

a) Rendimento Social de Inserção (RSI)

Em vigor desde 2003, enquadra-se no sistema de Proteção Social como um direito, sendo uma medida de apoio dirigida a indivíduos e famílias mais pobres, constituído por uma prestação em dinheiro, para satisfação das suas necessidades básicas, e por um programa de inserção. Este último, consiste num contrato, que engloba um conjunto de ações, estabelecido de acordo com as características e condições do requerente da prestação e do seu agregado familiar, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária.

Os beneficiários desta prestação apresentam diferentes especificidades sociodemográficas, nomeadamente ao nível da tipologia das famílias, faixa etária e escolaridade. Verifica-se que há maior risco social em situações de baixa escolaridade e reduzida qualificação profissional, privação económica decorrente de situação de desemprego, problemas de saúde/dependências, isolamento social/geográfico, bem como exposição a ciclos de pobreza e exclusão pré-existente em gerações anteriores.

No concelho de Arcos de Valdevez, o acompanhamento aos agregados familiares beneficiários desta medida é realizado pela Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito de protocolo de cooperação com o Município.

O referido protocolo surgiu ao abrigo do processo de descentralização de competências (decreto-lei 55/2020, de 12 de agosto), que determinou a transferência para os municípios das competências no âmbito do acompanhamento dos beneficiários do rendimento social de inserção.

No gráfico abaixo é possível identificar o número total de utentes acompanhados/as pelo protocolo de 2020 a 2022, o qual tem vindo a reduzir ao longo dos anos.

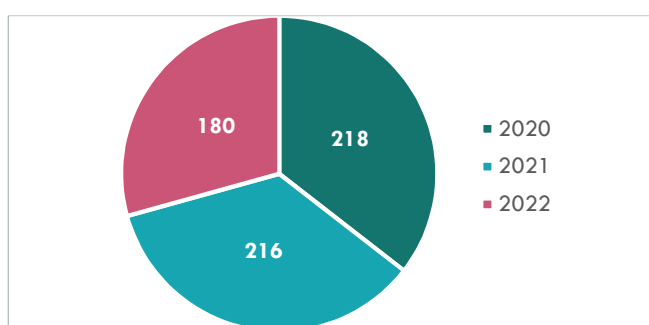


Gráfico 30 | Nº total de utentes acompanhados/as pelo protocolo 2020-2022
Fontes de Dados: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arcos de Valdevez

Quanto ao número total de utentes acompanhados/as por Freguesia, este tem vindo a sofrer variações, mas na globalidade das freguesias verifica-se a redução dos acompanhamentos face a 2020.

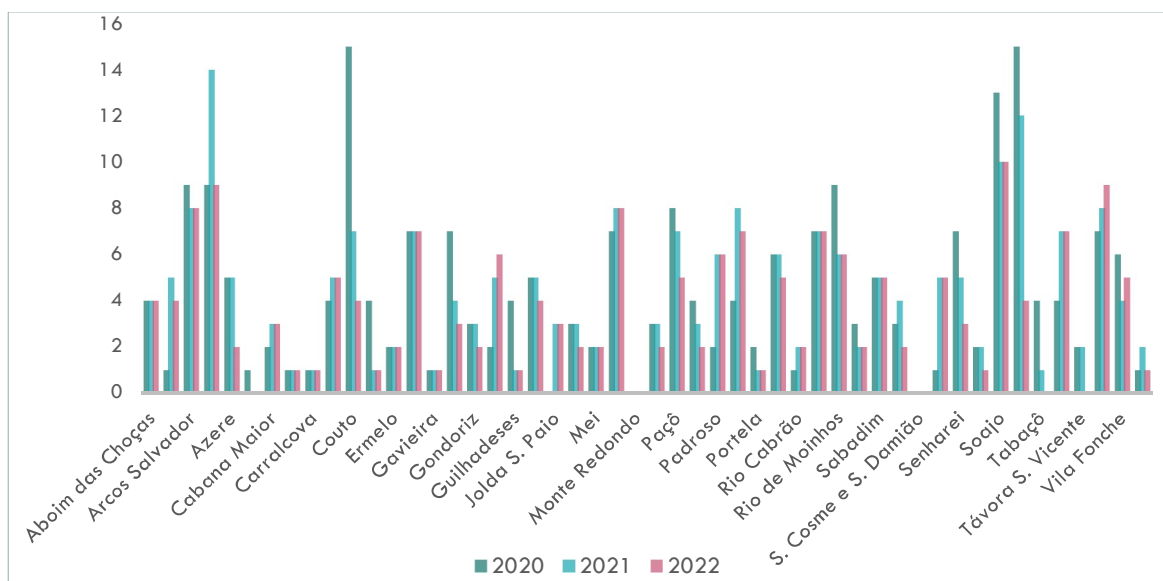


Gráfico 31 | Nº total de utentes acompanhados/as por Freguesia
Utentes de Dados: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arcos de Valdevez

Analisando os dados do gráfico seguinte, o qual faz uma comparação face ao verificado em 2011 e 2021 no Alto Minho e no Concelho de Arcos de Valdevez, verifica-se uma redução do número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, passando de 455 (2011) para 218 (2022).

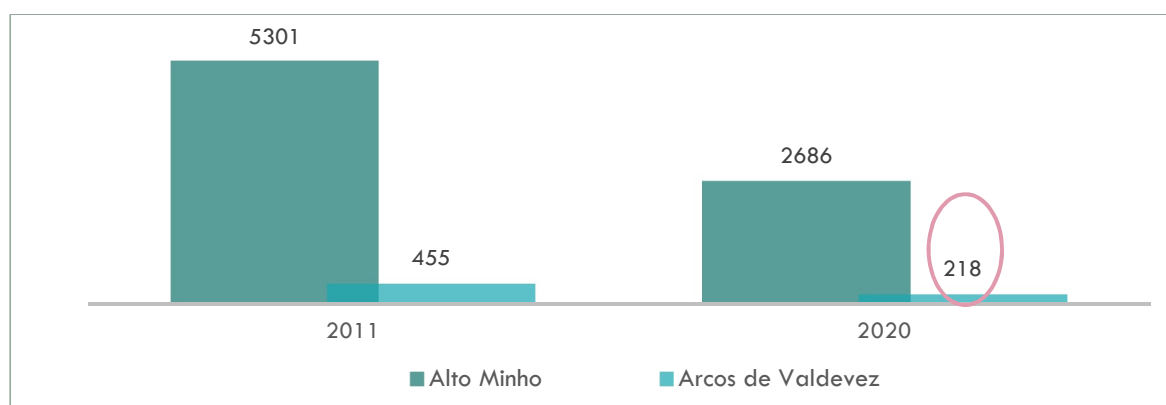


Gráfico 32 | Beneficiários RSI da Segurança Social
Fontes de Dados: II/MTSSS Fonte: PORDATA

Quanto à distribuição de beneficiários do RSI por género, verificamos que em 2020, 115 eram homens e 103 mulheres, resultados muito aproximados aos do Alto Minho.

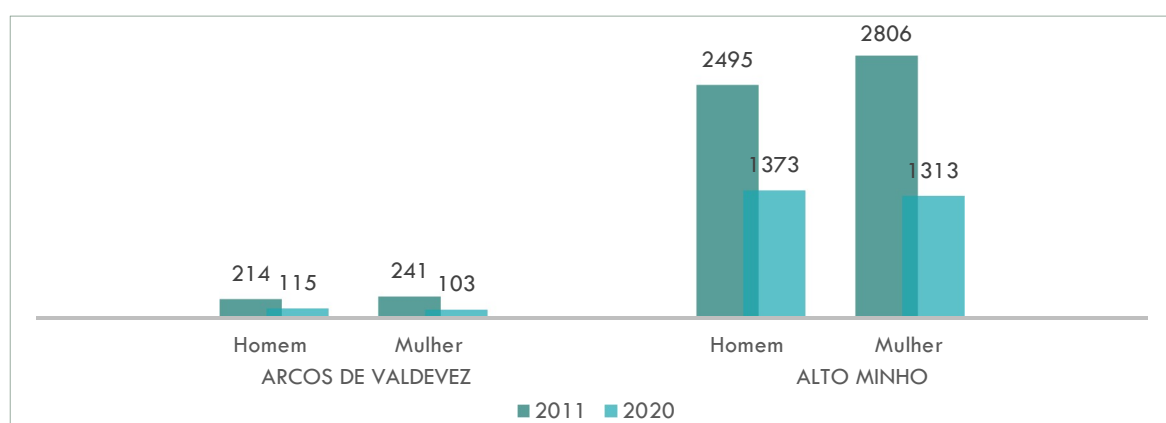


Gráfico 33 | Beneficiários RSI: distribuição por Género
Fontes de Dados: INE Fonte: PORDATA

No que diz respeito à distribuição por grupo etário, verifica-se que em menos de 10 anos a redução de beneficiários foi significativa, especialmente no grupo etário de menos de 25 anos, seguido do grupo dos 40 aos 54 anos. No grupo dos 55 ou mais anos, pelo contrário, verificou-se um aumento de beneficiários, embora sem grande expressão face a 2011.

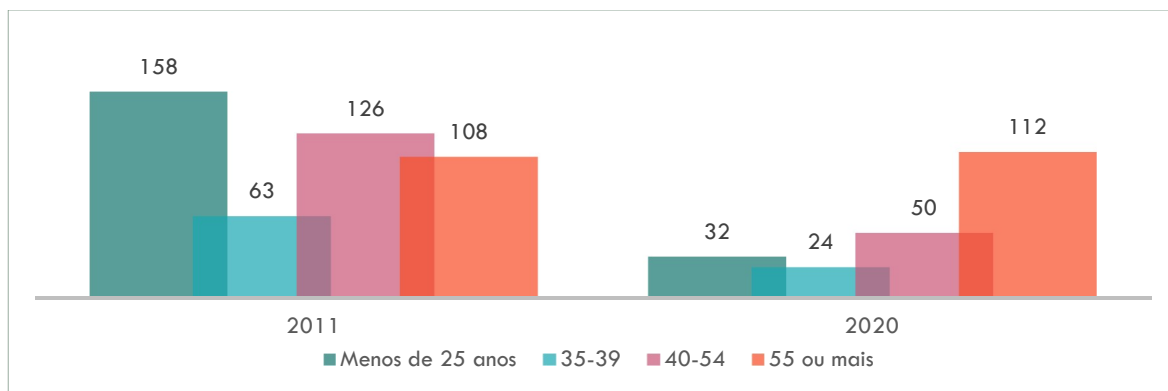


Gráfico 34 | Beneficiários RSI: distribuição por grupo etário
Fontes de Dados: INE Fonte: II/MTSSS/ PORDATA

Ainda no âmbito desta Prestação Social, o gráfico seguinte identifica os motivos que levaram à cessação da Prestação RSI.

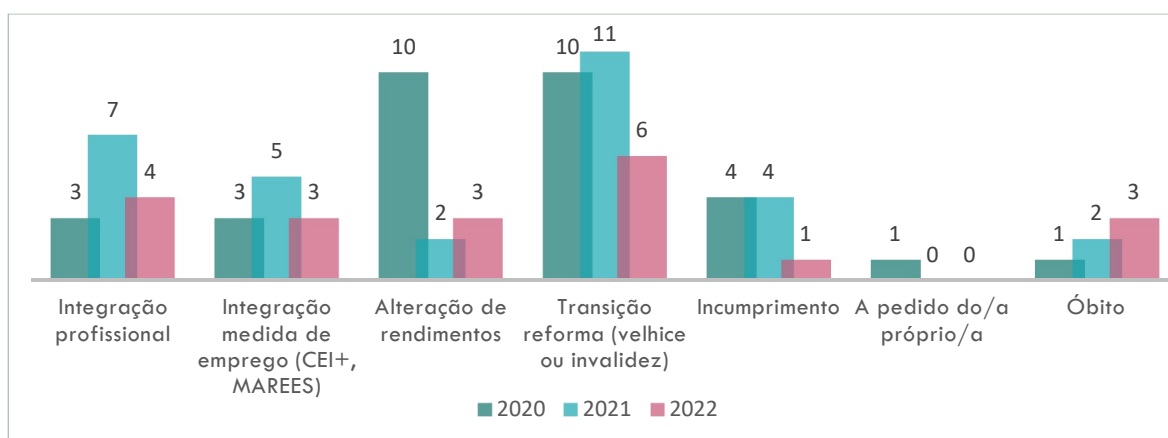


Gráfico 35 | Motivo para Cessação da Prestação RSI
Fontes de Dados: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arcos de Valdevez

b) Pensões de Velhice, Invalidez e Sobrevivência

A Pensão de Velhice é um valor pago mensalmente pela Segurança Social, destinado às pessoas com idade igual ou superior a 65 anos., substituindo as remunerações de trabalho. A pensão de invalidez, também paga mensalmente pela segurança social, destina-se a proteger quem tem incapacidade permanente para o trabalho, mas não tem idade para se reformar. Já a pensão de sobrevivência, é uma pensão paga a familiares de pessoa falecida, por forma a compensá-los pela perda de rendimentos que resulta do seu óbito.

Fazendo uma análise ao número de beneficiários de Pensões da Segurança Social do concelho dos Arcos de Valdevez em 2020, verifica-se uma diminuição do número de pensões pagas por velhice, ainda que represente o maior número de pensões pagas, 4887. Também expressivo é o número de

pensões de sobrevivência pagas no concelho, 1811, apesar de ter diminuído 10.3% em relação a 2011.

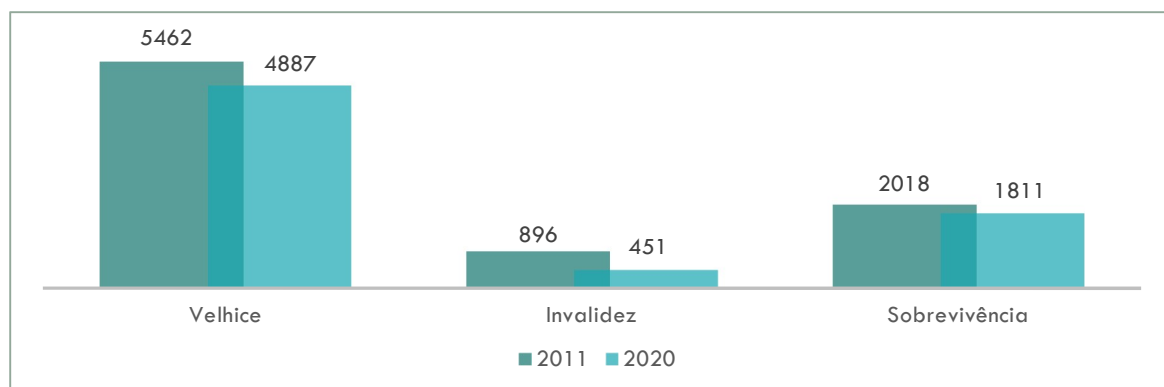


Gráfico 36 | Beneficiários de Pensões da Segurança Social: Velhice, Invalidez e Sobrevivência
Fontes de Dados: ISS/MTSSS/PORDATA

c) O Complemento Solidário para Idosos (CSI)

Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio, em dinheiro, pago mensalmente a idosos/as de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social (66 anos e 7 meses em 2022) e a pensionistas de invalidez, com carência de recursos económicos, residentes em Portugal. Em Arcos de Valdevez verificou-se um decréscimo do total de beneficiários/as deste complemento em 2021.

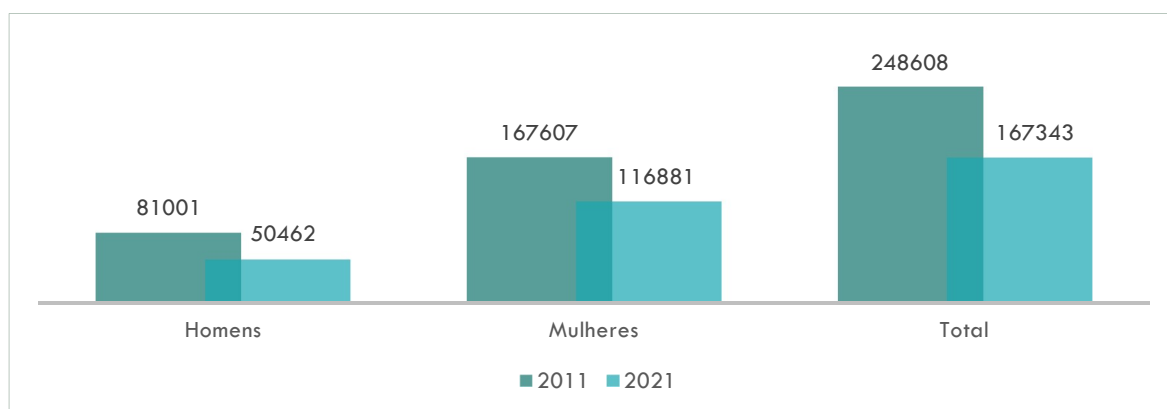


Gráfico 37 | Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos
Fonte de Dados: www.seg-social.pt/estatisticas

d) Prestação Social para a Inclusão (PSI)

A Prestação Social para a Inclusão é uma prestação paga mensalmente a pessoas portadoras de deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60% à data de apresentação do requerimento. A mesma pode ser requerida a partir do nascimento e é composta por três componentes: componente base, complemento e majoração.

Segundo o INE, no concelho de Arcos de Valdevez havia, em 2020, 302 pessoas a beneficiar da PSI, distribuídas pelas seguintes faixas etárias: menos de 25 anos: 21; 25 - 29 anos: 18; 30 - 39 anos: 103; 40 - 49: 37; 50 - 54 anos: 49; a partir dos 55 anos: 74.

e) Subsídio de Doença

O subsídio de doença é uma prestação atribuída para a compensação da perda de remuneração resultante do impedimento temporário para o trabalho, por motivo de doença.

Considera-se doença, toda a situação mórbida, evolutiva, não decorrente de causa profissional ou de ato da responsabilidade de terceiro pelo qual seja devida indemnização, que determine incapacidade para o trabalho.

Em 2021 registou-se um total de 2086 beneficiários/as do subsídio por doença, dos quais 1176 mulheres e 910 homens, crescimento expressivo face ao ano transato, 766 mulheres e 502 homens.

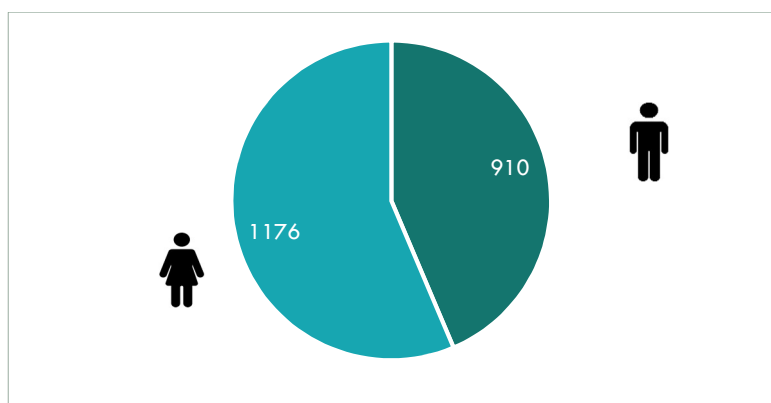


Gráfico 38 | Subsídio por Doença: por género
Fonte: INE

f) Subsídio de Desemprego

O subsídio de desemprego é uma prestação em dinheiro atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego.

Na análise comparativa entre 2011 e 2021 verificou-se uma redução do número de beneficiários deste subsídio. Em 2021 as mulheres foram beneficiárias em maior número desta prestação, resultado consonante com o número de inscrições no Centro de Emprego de Arcos de Valdevez.

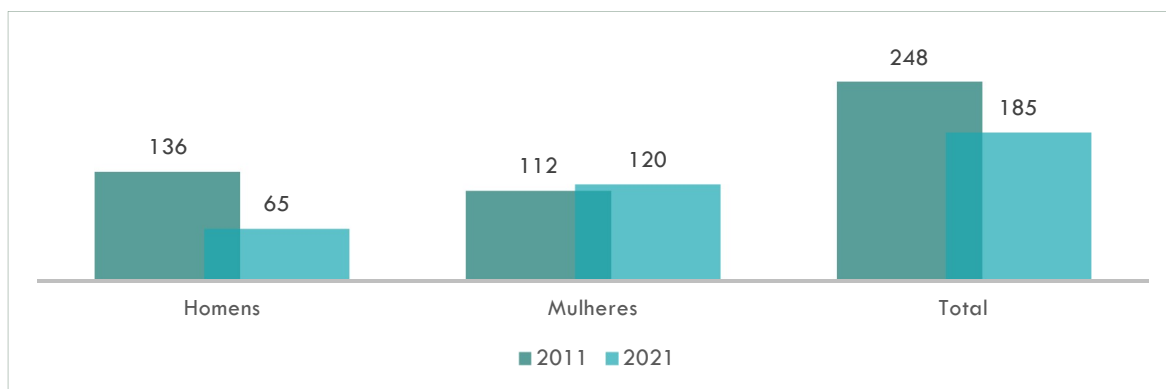


Gráfico 39 | Beneficiários de Subsídio de Desemprego por sexo e total
Fonte: PORDATA

Já o subsídio social de desemprego é uma prestação em dinheiro atribuída ao beneficiário desempregado, para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego, quando este não reúna as condições para receber o subsídio de desemprego.

Analisando os dados de 2021 no gráfico abaixo, verifica-se um decréscimo do total de beneficiários/as deste subsídio.

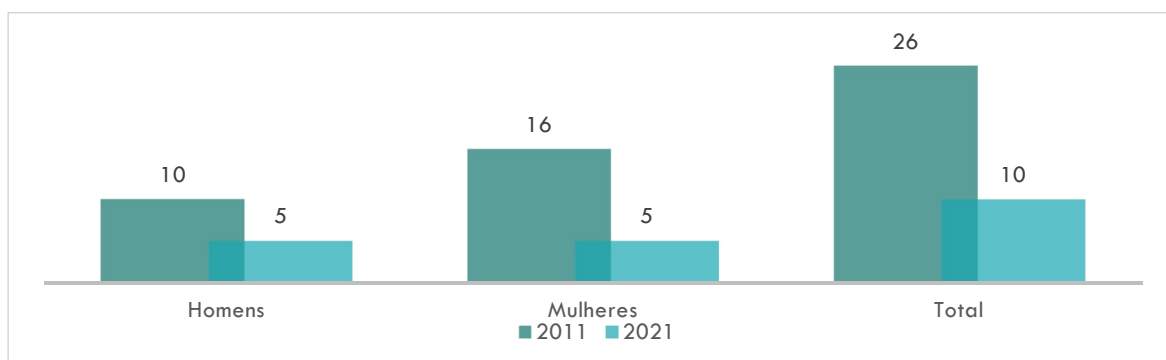


Gráfico 40 | Beneficiários de Subsídio Social de Desemprego por sexo e total
Fontes de Dados: PORDATA

g) Abono de família

O abono de família é uma prestação pecuniária atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Na análise à atribuição de abono de família para crianças e jovens, a nível Nacional de 2020 a 2021 houve menos 52 mil crianças e jovens com atribuição desta prestação. Da mesma forma, no Concelho de Arcos de Valdevez, o número de beneficiários do abono de família tem baixado ao longo dos anos, a mesma tendência se verifica no Norte e no Alto Minho.

Em 2020, no Concelho de Arcos de Valdevez, beneficiam deste rendimento 1291 famílias, crianças e jovens.

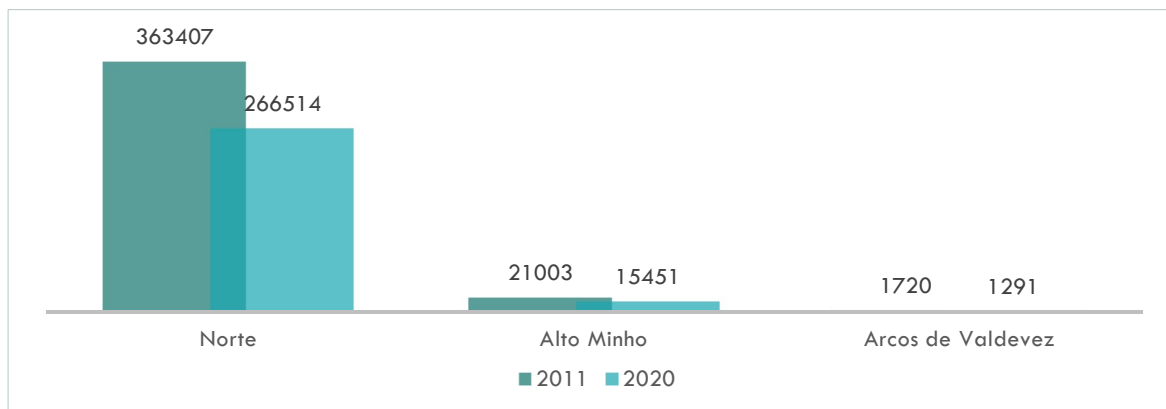


Gráfico 41 | N.º de Beneficiários do abono de família para crianças e jovens
Fontes de Dados: II/MTSSS Fonte: PORDATA

h) Subsídio Parental

O subsídio parental é um valor monetário que é pago ao pai ou mãe ou a outros titulares do direito de parentalidade, que se encontram de licença pelo nascimento de filho/a, funcionando como substituto dos rendimentos de trabalho perdidos durante o período de licença. Arcos de Valdevez contabiliza 239 beneficiários/as do Subsídio Parental Inicial durante o ano de 2020, dos quais 119 homens e 130 mulheres.

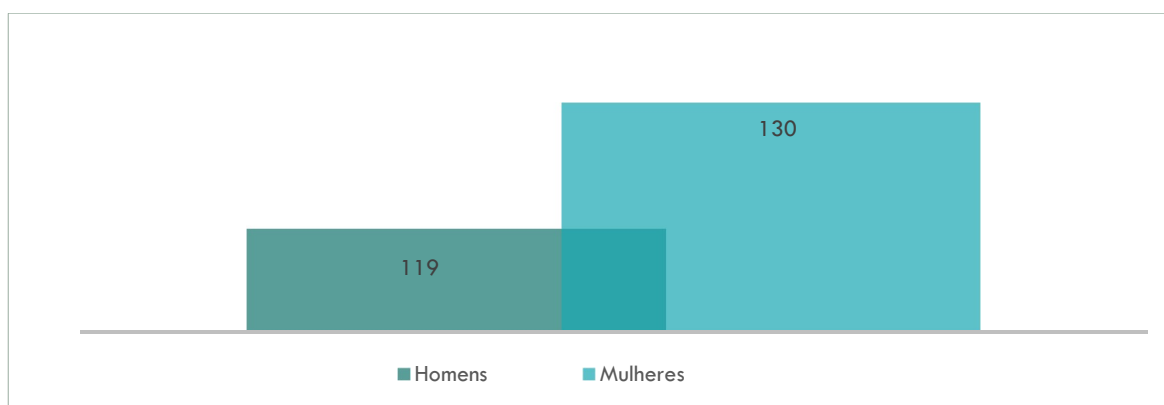


Gráfico 42 | Beneficiários do Subsídio Parental Inicial (2020)
Fontes de Dados: INE

i) Subsídio de Bonificação por Deficiência

Uma outra prestação social relevante é o subsídio de bonificação por deficiência que se trata de um acréscimo ao abono de família para crianças e jovens que é atribuído quando por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica, a criança ou jovem necessite de apoio pedagógico ou terapêutico.

No âmbito desta prestação social, é notável o crescimento em 2020 de beneficiários/as deste apoio da Segurança Social às famílias com jovens com deficiência, tendo abrangido 268 pessoas.

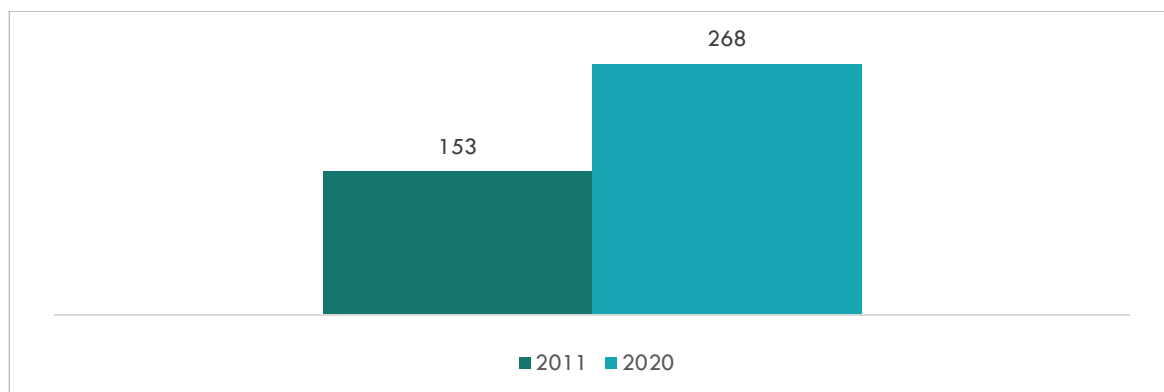


Gráfico 43 | Beneficiários do Subsídio de bonificação por deficiência (2020)
Fontes de Dados: PORDATA

j) Subsídio por Assistência à Terceira Pessoa

O subsídio por assistência à terceira pessoa, destinado a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de 3.ª pessoa. Em 2020, o Concelho dos Arcos de Valdevez contava com 13 beneficiários.

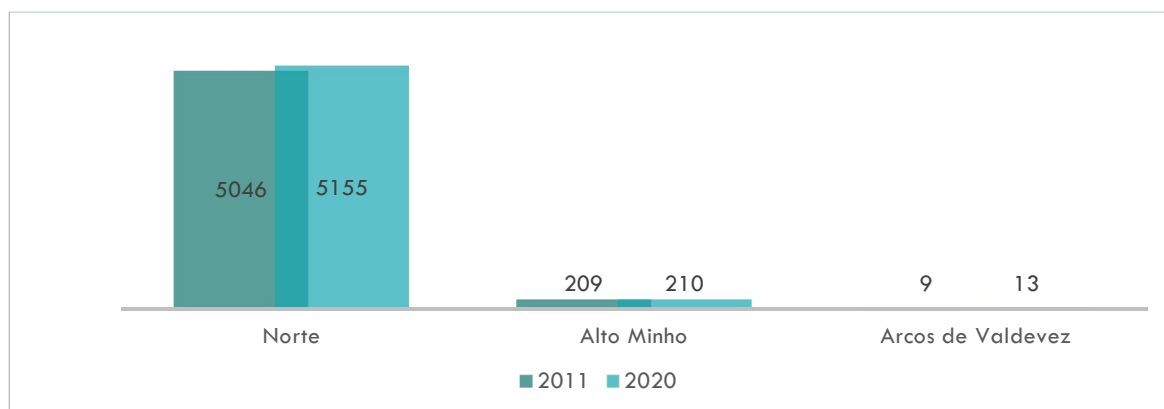


Gráfico 44 | Beneficiários do Subsídio por assistência à 3ª pessoa
Fontes de Dados: PORDATA

k) Estatuto de Cuidador Informal

O estatuto de cuidador informal é atribuído aos cidadãos que prestem cuidados permanentes ou regulares a outros (familiares) que se encontram numa situação de dependência (pessoa cuidada) e que pretendam que lhes seja reconhecido o estatuto do cuidador informal, às quais, poderá ser atribuído subsídio de apoio.

De acordo com os dados disponibilizados pela segurança social, no concelho de Arcos de Valdevez, a 26 de setembro de 2022, dos 83 requerimentos que foram rececionados naquele organismo, para efeitos de atribuição do estatuto de cuidador informal, 35 foram deferidos e 32 foram indeferidos, sendo que os restantes 13, ainda se encontravam, àquela data, em situação de análise, instrução e outras.

Já os requerimentos para efeitos de atribuição de subsídio de apoio ao cuidador informal, dos 70 requerimentos que foram rececionados até ao dia 26 de setembro de 2022, 47 foram indeferidos e 13 foram deferidos, sendo que os restantes também se encontravam em análise, instrução e outras.

Em suma, no concelho, até junho de 2022, foram atribuídos 35 estatutos de cuidador informal e 13 subsídios de apoio ao cuidador informal.

2.5 Habitação

O direito à habitação é um direito fundamental, consagrado no art.º 5º da Constituição, que afirma que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”

O acesso a uma habitação digna, melhora as condições de vida das pessoas e a sua saúde em geral, evita mortes, reduz a carga de doenças, e aumenta a qualidade de vida.

Falar de habitação é, neste contexto, falar de um bem essencial que promove a inclusão, sendo um indicador essencial nesta análise.

O parque habitacional do concelho de Arcos de Valdevez, de acordo com os Censos 2021, era composto, em 2021, por 17.810 edifícios, e em 2011 por 17.297 edifícios, tendo-se verificado um aumento de 513 edifícios.

	Total	Aloj. familiar	Aloj. Clássico	Aloj. Não Clássico	Aloj. Coletivo
2011	17297	17261	17252	9	36
2021	17810	17798	17795	3	12

Tabela 14 | Parque Habitacional de Arcos de Valdevez
Fonte – INE, Censos 2021, Recenseamento da população e habitação

A maioria dos edifícios são de alojamento familiar, ou seja, pelo modo como foram construídos, reconstruídos, ampliados, transformados ou estão a ser utilizados, se destinam a habitação, com a condição de não estarem a ser utilizados para outros fins. Acresce ainda que os mesmos são, na sua maioria alojamentos familiares clássicos, entendendo-se estes como locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente, ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural), que se destinam a servir de habitação, normalmente, apenas de uma família/agregado doméstico privado.

Os alojamentos não clássicos, ou seja, aqueles que não satisfazem inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, mas funcionam como residência habitual de pelo menos uma família, não têm grande expressão no concelho, tendo diminuído de 9 em 2011 para 3 em 2021. Também os alojamentos coletivos, que se destinam a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família, diminuíram de 36 para 12 no mesmo período em análise.

No que diz respeito ao regime de ocupação os dados dos Censos 2021, demonstram que a maioria dos alojamentos familiares clássicos são de residência habitual (8758), seguindo-se os de residência secundária (7149). Ainda de acordo com a mesma fonte existem 1142 alojamentos vagos, e apenas 747 estão vagos para arrendamento.

Em 2021, 81,7% das habitações de residência habitual eram próprias e 18,3% são ocupadas por inquilinos ou outros, tendo-se registado um aumento do número de inquilinos (+2,3%) face ao ano de 2011.

	2011	2021
Proprietários	84%	81,7%
Inquilinos ou outros	16%	18,3%

Tabela 15 | Alojamentos de residência habitual
Fonte: PORDATA

O valor do mercado habitacional teve um aumento significativo nos últimos anos, quer ao nível da construção quer ao nível do arrendamento.

A maioria das habitações arrendadas no concelho, de acordo com os dados dos Censos 2021, têm uma renda que se situa entre os 200€ e os 299€, seguindo-se as rendas com valor entre os 300€ e os 399€

O elevado custo das habitações no concelho, sobretudo ao nível do arrendamento, associado à falta de casas para arrendar, tem sido uma grande preocupação para o Município de Arcos de Valdevez. Esta não é uma tendência concelhia, acompanhando a situação verificada no resto do país, sendo necessária a intervenção pública, e também privada, para criar habitação a preços adequados aos rendimentos das famílias.



Ao nível da recuperação habitacional o Município, presta apoio económico na realização de pequenas obras de melhoria da habitação própria dos indivíduos e famílias que reúnam um conjunto de requisitos previstos em regulamento próprio.

Entre 2018 e 2021 o Município apoiou 169 agregados, com um investimento no valor de 960 121,00€

Este tipo de apoios tem sido uma resposta muito procurada pelos Municípios mais carenciados e com esta medida vêm a sua precariedade habitacional melhorada.



No que concerne à **habitação social** o Município atribui fogos em regime de arrendamento apoiado, conforme previsto na Lei 32/2016, de 24 de Agosto, através da gestão do parque de habitação social municipal que congrega 72 fogos, integrados em 13 unidades habitacionais.

Podem aceder à atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado os cidadãos que cumpram os requisitos de acesso previstos em regulamento próprio.

Entre 2018 e 2021 o Município promoveu o realojamento de 9 agregados ao abrigo do regime de arrendamento apoiado, o que se revela manifestamente insuficiente, tendo em conta que os pedidos em lista de espera, segundo os dados fornecidos pelos serviços de ação social do Município de Arcos de Valdevez, ascendem, a 31 de dezembro de 2021 os 36.

A necessidade de aumentar o número de vagas em habitação social tem sido uma das prioridades do Município, sendo que, está definido na Estratégia Municipal de Habitação, como uma das prioridades de intervenção até 2026.

Estão a ser desenvolvidos projetos para a construção de habitação social em diversas freguesias, bem como, loteamentos para habitação a custos acessíveis. Relativamente a este último serão disponibilizados terrenos para construção ou edifícios construídos a custos controlados, para arrendamento ou venda.

A estratégia definida para suprimir estas dificuldades reúne um estudo de implantação de edifícios, à semelhança do projeto desenvolvido em 2008, na urbanização da Encosta da Giela, que originou 5 edifícios com 50 fogos habitacionais de tipologia T3 e T4.

O Município de Arcos de Valdevez criou também uma medida de Apoio ao **Arrendamento Jovem**, a qual, visa, por um lado, contribuir para a fixação, atração e autonomização dos jovens e, por outro lado, promover a reabilitação e dinamização dos centros urbanos de Arcos de Valdevez.

As condições de acesso à medida estão previstas em regulamento próprio, sendo que, genericamente, podem beneficiar do referido arrendamento os jovens residentes no concelho de Arcos de Valdevez há mais de um ano, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 35 anos (no caso de casais de jovens, um dos elementos pode ter até 37 anos) e respetivo agregado familiar.

O Município tem atualmente 9 fogos (4 T1, 3 T2 e 2 T3), destinados ao Programa Municipal de arrendamento jovem. Desde 2018, altura em que foi lançado o Programa, já foram abrangidos 11 agregados jovens.



O Município tem também em funcionamento uma **Residência Partilhada**, que serve de alojamento a agregados unifamiliares que não tenha qualquer objeção em partilhar habitação. Trata-se de um fogo de tipologia T3, que atualmente alberga três pessoas, na modalidade de renda apoiada.

Foram definidas na Estratégia Local de Habitação (ELH) de Arcos de Valdevez, um conjunto de medidas que visam melhorar acesso ao mercado de arrendamento; à habitação social municipal (através da construção de novos fogos) e à habitação própria (designadamente pela atribuição de benefícios e incentivos fiscais).

O referido documento prevê a aquisição, a reabilitação de habitação degradada e a construção de novos fogos, sendo que destes, serão construídos 36 fogos de habitação social e 18 para a habitação

a custos controlados. Constan também desta estratégia a reabilitação de prédios ou frações destinadas ao arrendamento jovem, a pessoas com necessidades especiais, nomeadamente para vítimas de violência doméstica e pessoas sem abrigo, bem como, a criação de residências transitórias, destinadas a agregados em situação de emergência social.

Seguindo as metas e medidas da Estratégia Local de Habitação (ELH) de Arcos de Valdevez, o Município, tem vindo a por em prática as medidas de apoio à habitação, procurando não só melhorar as condições de acesso à habitação, mas também, contribuir para a fixação e a atração de pessoas para o concelho.

O Município já deu início à execução de algumas destas medidas, nomeadamente a construção de 30 fogos de habitação social, 8 na freguesia de Guilhadeses, 8 na freguesia de Souto e 10 na freguesia de Parada. Ao nível da reabilitação o Município tem já em execução os projetos de reabilitação de seis antigos edifícios escolares, propriedade Municipal, para destinar a fins habitacionais.

Ao nível do arrendamento, o Município tem já em execução a medida de **apoio ao arrendamento habitacional**, a qual visa atribuir um subsídio mensal para apoio à renda, aos agregados familiares que apresentem uma taxa de esforço igual ou superior 30% (percentagem resultante da relação entre a renda e o rendimento mensal). O subsídio ao Arrendamento assume natureza pecuniária, de montante variável e de carácter transitório, sendo atribuído por um período de 12 meses, renovável até ao limite máximo de 36 meses. Toadas as condições de acesso e atribuição estão definidas em regulamento próprio, disponível nos meios de comunicação e informação do Município.

Outra medida de apoio ao arrendamento que o Município já está a por em prática, relaciona-se como o **Programa “Renda Acessível em Valdevez - RAV”** o qual, pretende mobilizar os proprietários, mediante o acesso a um conjunto de benefícios fiscais, a disponibilizar habitações a custos mais acessíveis, facilitando o arrendamento de uma habitação para todos aqueles que manifestem maiores dificuldades na sua concretização. No âmbito do RAV, o Município de Arcos de Valdevez, celebra contratos de arrendamento para fins habitacionais com os/as proprietários/as, superficiários/as e usufrutuários/as de imóveis, para efeitos de subarrendamento as famílias que cumpram os requisitos de elegibilidade definidos no âmbito do RAV.

O Município tem ainda em funcionamento um conjunto de incentivos à habitação, designadamente: **Apoio ao Jovens - Apoio à Construção** - consiste na atribuição de benefícios pela via da isenção ou redução de impostos, taxas municipais e apoio às obras de construção/reabilitação de habitação. **Apoio à Reabilitação** - consiste na isenção ou redução de impostos e taxas municipais a aplicar em todo o concelho de Arcos de Valdevez.

Incentivos à Habitação nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) – consiste na atribuição de incentivos à reabilitação dos edifícios localizados nas *Áreas de Reabilitação Urbana (ARU)* reforçando a estratégia de dinamização urbana, capaz de impulsionar a atração de investimento, a construção civil, o turismo e o comércio local.

3. GRUPOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS

3.1 Crianças e Jovens

Falar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, é falar de desigualdade social, de pobreza, de exclusão social, de falta de vínculos afetivos tanto no círculo familiar como no círculo de amizades, escolar, entre outros.

A intervenção junto de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade cabe, numa primeira instância, às entidades e organismos com competência em matéria de infância e juventude (serviços de educação, serviços de saúde, etc.) Quando a intervenção destas entidades e organismos não é suficiente é solicitada a intervenção das Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

Trata-se de uma Instituição Oficial Não Judiciária, com autonomia funcional que visa promover os direitos das crianças e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequada à sua idade e situação pessoal;
- Está ao cuidado de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais;
- É obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de factos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

A intervenção da CPCJ tem lugar quando não seja possível às entidades com competência em matéria de infância e juventude atuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se

encontram e é uma intervenção que deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sempre com respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.

Ao longo dos anos, o Concelho de Arcos de Valdevez tem-se deparado com um aumento de processos ativos acompanhados pela CPCJ. Em 2011 estavam em acompanhamento 46 crianças, em 2020 passaram para 65 e em 2021 voltaram a aumentar para 77.

No âmbito da realidade do Concelho, a tabela que se segue serve de suporte a esta análise, identificando as problemáticas específicas dos processos atualmente acompanhados pela CPCJ.

PROBLEMÁTICAS	2011	2021
Exposição a comportamentos que comprometem o seu bem-estar e segurança (incluindo os de contexto de violência doméstica)	25	53
Comportamentos que comprometem o seu bem-estar e segurança	8	10
Absentismo escolar	4	9
Outros	9	5

Tabela 16 | Principais problemáticas dos processos acompanhados pela CPCJ
Fonte: CPCJ

A exposição a comportamentos que comprometem o seu bem-estar e a sua segurança, é a problemática dominante ao nível dos processos instaurados pela CPCJ de Arcos de Valdevez, ou seja, a maioria das crianças e jovens acompanhados, está inserida num contexto familiar, muitas vezes de violência doméstica, que não a protege adequadamente.

Face a esta problemática, o apoio junto da família é a medida aplicada com maior frequência, pois torna-se necessário um acompanhamento do agregado no sentido de regulação das suas responsabilidades, da gestão de conflitos existentes, etc., por forma a erradicar a situação de perigo a que a criança ou jovem está exposta.

3.2 Pessoas Idosas

Como já foi referido no enquadramento demográfico, Arcos de Valdevez é um concelho com elevados índices de envelhecimento e dependência, o que efetivamente coloca este grupo da população numa situação de maior vulnerabilidade económica e social.

São diversas as entidades com competência de intervenção junto deste grupo da população, contudo, a necessidade de fomentar uma maior articulação na ação de cada uma dessas entidades, levou à criação em 2018, da Comissão de Apoio à População Idosa (CAPI).

Promovida pelo Município de Arcos de Valdevez a CAPI tem um modelo de organização e de trabalho em parceria, que traz uma maior eficácia e eficiência nas respostas e rapidez na resolução dos problemas concretos da população idosa.

A CAPI destina-se a todos os idosos, com idade igual ou superior a 65 anos, que sejam residentes no concelho de Arcos de Valdevez e que se encontrem em situação de abandono, isolamento social, solidão, marginalização ou maus tratos e cuja situação apresente uma ameaça ao seu bem-estar e segurança.

Atualmente é composta pelas seguintes entidades/serviços:

- Câmara Municipal de Arcos de Valdevez
- Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Segurança Social
- Unidade de Cuidados da Comunidade
- Delegação de Saúde Pública de Viana do Castelo
- Quatro Representantes das IPSS's
- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez
- Volume processual da CAPI

A par da promoção e proteção o envelhecimento da população exige um esforço cada vez mais apurado de investimento em áreas tão importantes como a saúde, a ocupação dos tempos livres, as condições habitacionais, as acessibilidades, a segurança, entre outros, no sentido de proporcionar a este grupo social níveis superiores de qualidade de vida.

Por outro lado, também se torna necessário alterar a imagem da pessoa idosa, dignificando o seu papel na sociedade, como um indivíduo que tem um capital social e que representa uma potencial força de transformação. Para isso é urgente que os indivíduos mais velhos estejam associados à

vitalidade, à atividade, à participação na sociedade, incentivando o seu envelhecimento ativo e digno.

O grande desafio que se coloca é encontrar formas que possibilitem e facilitem essa participação tornando os mais velhos cidadãos ativos em todos os níveis da comunidade onde estão inseridos.

Seguindo este princípio, o Município de Arcos de Valdevez, decidiu criar um Plano Municipal para a Pessoa Idosa, que congrega todas as iniciativas que no concelho estão a ser desenvolvidas, e que têm como objetivo principal, melhorar as condições de vida da população idosa.



Uma das atividades que integram esse plano diz respeito ao programa de ginástica geriátrica que o Município desenvolve em diversas freguesias do concelho, designado “Seniores+Ativos” e que atualmente abrange mais de 200 pessoas. O programa consiste em disponibilizar aulas semanais, dirigidas por um professor de educação física, que semanalmente se dirige às diversas freguesias onde existem grupos constituídos.

Ainda nesta vertente de envelhecimento ativo o Município desenvolve também, anualmente, as Olimpíadas Sêniores. Trata-se de um momento em que os diversos grupos que participam das sessões de ginástica geriátrica formam equipas e disputam diversos jogos num dia de muito divertimento e convívio.

Também integrado no Plano Municipal Sénior e que tem uma enorme adesão é o Encontro Sénior que o Município realiza anualmente na Quinta da Malafaia. Este é um momento sempre muito aguardado pelos arcuenses mais velhos, pois trata-se de um dia onde se canta, dança, ao sabor das tradições minhotas e onde, acima de tudo se encontram muitos amigos. Trata-se de um dia onde se quebra a solidão e o isolamento a que muitos estão voltados e que é esperado com muita desejo por todos os que nele participam.

A solidão e o isolamento vivenciada por uma parte significativa dos idosos residentes no concelho, a par das dificuldades experienciadas pelas instituições particulares de solidariedade social em prestar o apoio e a cobertura adequados e que garantam a sua sustentabilidade, foram as grandes problemática abordadas durante o trabalho de terreno com os diversos parceiros da rede social.

O serviço de apoio domiciliário, continua a ser a resposta mais difícil de sustentar pelas entidades, dado que acarreta custos muito com combustíveis, viaturas e tempos de trabalho, devido à enorme dispersão do concelho e ao elevado número de quilómetros percorridos. Esta situação condiciona o apoio em determinados lugares do concelho e, conseqüentemente a cobertura total deste tipo de resposta.

Face a esta situação e à dificuldade em prestar apoio no domicílio leva a que muitas das vezes a integração em estrutura residencial para idosos acabe por tornar-se na solução mais eficaz, o que faz com esta seja também a resposta mais procurada.

Apesar de tudo são enormes os esforços que têm sido levados a cabo no concelho ao nível da resposta aos mais idosos, contudo, num concelho com taxas de envelhecimento tão elevadas este continua a ser um grupo prioritário de qualquer intervenção.

3.3 Pessoas com Deficiência

A deficiência é um conceito em evolução e resulta da interação entre os indivíduos e as barreiras existentes na sociedade que impedem a plena e efetiva participação social dessas pessoas em igualdade de oportunidades com as demais. Assim, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

Segundo o relatório 2021 do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, as pessoas com deficiência continuam numa situação de grande vulnerabilidade, com maior risco de pobreza e exclusão social, desemprego e discriminações.

No concelho de Arcos de Valdevez, apesar de não possuímos informação que nos permita aferir completamente a abrangência e implicações deste fenómeno na realidade social do concelho, parece ser possível afirmar que as pessoas com deficiência, ainda tem alguma insuficiência de respostas, nomeadamente por dificuldade no acesso a instituições especializadas nalguns tratamentos e reabilitação; insuficiente resposta das instituições quando solicitadas por falta de recursos humanos e materiais, entre outros.

De acordo com os dados dos Censos 2021, 48, 30% da população residente no concelho com mais de cinco anos, apresenta algum tipo de dificuldade em ver, ouvir, andar, memória, cuidados pessoais e comunicação/compreensão), sendo que destas, 4433 pessoas têm muita dificuldade e 1478 não conseguem efetuar a ação.

	Tem muita dificuldade	Não consegue efetuar a ação
Ver	867	75
Ouvir	768	68
Andar	1530	362
Memória	601	240
Cuidados pessoais	407	544
Comunicação/compreensão	260	189
Total	4433	1478
TOTAL GERAL	5911	

Tabela 17 | População residente no concelho com algum tipo de dificuldade
Fonte de dados: Censos 2021

Estes dados alertam-nos para a necessidade de continuara a investir em medidas de apoio à população com deficiência/incapacidade, seguindo os princípios definidos na Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2021-2025, ou seja, garantindo o respeito, a dignidade humana, a sua autonomia, independência, autodeterminação e a participação em todos os domínios da vida.

No concelho as únicas respostas de apoio à deficiência existentes relacionam-se com o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e o Lar Residencial, ambos da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez e com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Tem sido política do Município apoiar estas duas respostas sociais, realizando diversos protocolos de apoio para realização de obras, apoio à atividade e transporte de utentes.

A par destas duas respostas sociais locais, o Município apoia também outras pessoas com deficiência, sobretudo ao nível do transporte, as quais, que se deslocam para outras respostas sociais sedeadas fora do concelho de Arcos de Valdevez.

O Município desenvolve também medidas de apoio à melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, nomeadamente, através de apoios económicos para realização de obras de adaptação das habitações e melhoria das condições de mobilidade e autonomia.

3.4 População Imigrante

De acordo com os dados do INE| SEF/MAI, Arcos de Valdevez, em 2021, reunia 1,7% (resultado provisório) de população estrangeira com estatuto legal de residente, resultado superior face ao ano de 2011.

O gráfico que se segue representa este grupo, identificando a percentagem de homens e mulheres que optaram que viver neste município.

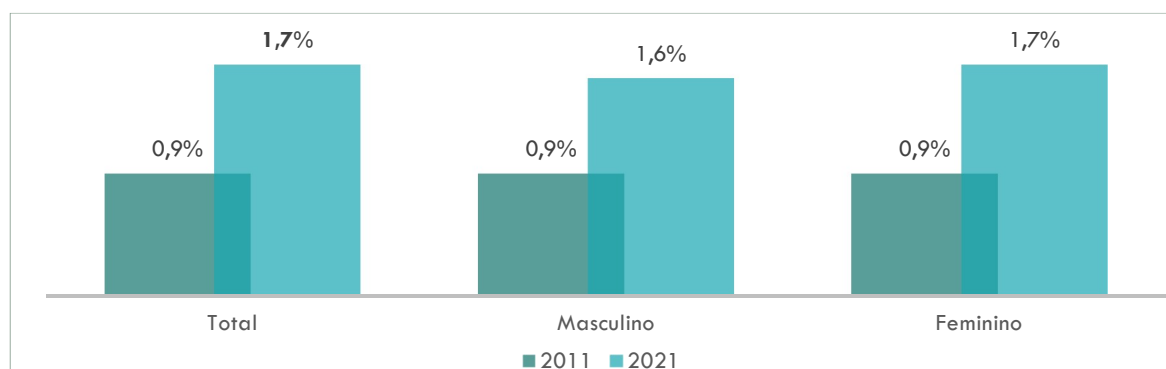


Gráfico 45 | População estrangeira com estatuto legal de residente (total e por sexo)
Fontes de dados: INE, SEF/MAI

Verificou-se um crescimento significativo de residentes vindos do Brasil, outros países asiáticos e outros países europeus para além dos que se encontram discriminados na tabela que se segue.

Território	2011	2021
Espanha	22	25
França	15	23
Itália	5	11
Reino Unido	7	23
Ucrânia	3	3
Roménia	1	5
Moldávia	1	0
Outros países europeus	15	31
Angola	1	2
Cabo-Verde	47	20
Guiné-Bissau	6	3
Moçambique	0	1
São Tomé e Príncipe	1	13
Outros países africanos	1	2
Brasil	40	110
Outros países americanos	18	51
China	16	15
Índia	0	2
Nepal	0	1
Outros países asiáticos	0	3
Total	199	344

Tabela 18 | População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades
Fontes de dados: PORDATA

No Município de Arcos de Valdevez, o Gabinete de Apoio ao Emigrante/Imigrante, tem garantido apoio na regularização da situação de alguns estrangeiros residentes em Arcos de Valdevez, servindo de interlocutor com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e também com o Alto Comissariado para as Migrações. Já ao nível de assistência em caso de vulnerabilidade e emergência social, tem sido o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, a prestar todo o apoio necessário (alimentação, alojamento, etc).

No ultimo ano, estes dois serviços notaram um aumento significativo de cidadão imigrantes a solicitar apoio, sobretudo apoio social, tendo sido cerca de 25 os agregados que solicitaram auxilio ao nível do alojamento e alimentação.

4. REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTO SOCIAIS

A rede de serviços e equipamentos sociais, representa o conjunto dos serviços e respostas de âmbito social existentes no território, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis.

Representa um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar, sendo por isso fundamental para a promoção do desenvolvimento e da proteção social.

No concelho de Arcos de Valdevez a rede de serviços e equipamentos sociais é composta por um conjunto alargado de instituições e organismos públicos e privados, que integram serviços e valências dirigidos a diversos grupos da população.

A análise que se apresenta neste ponto, teve por base a Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos 2020, desenvolvida pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento do Instituto da Segurança Social, e pretende identificar e caracterizar a referida rede de serviços e equipamentos sociais do concelho, quanto à sua utilização e capacidade.

Esta abordagem permitirá compreender a capacidade do concelho para fazer face às problemáticas associadas aos diversos grupos da população e nesse seguimento avaliar a necessidades instaladas cuja resposta é insuficiente ou inexistente.

Para abordarmos esta temática, consideraram-se grupos alvo de intervenção compostos essencialmente por:

- a) Crianças e Jovens;
- b) Pessoas Idosas;
- c) Pessoas com deficiência
- d) Pessoas em situação de Dependência
- e) Vítimas de violência doméstica
- f) Família e Comunidade

4.1 Crianças e Jovens

Considerando este grupo da população, o concelho disponibiliza as seguintes respostas sociais: Creches (visam o apoio à primeira infância, ou seja, crianças até aos 3 anos de idade), a Educação Pré-Escolar, Atividades de Tempos Livres; Lar de Infância e Juventude; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

A **creche** visa a promoção do desenvolvimento infantil e contribuir para a conciliação da vida familiar com a atividade profissional. O concelho tem quatro creches com capacidade para 197 utentes, tendo atualmente 184. Esta resposta é assegurada pelas seguintes Instituições:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Centro Social e Paroquial e Arcos de Valdevez	35	35
Centro Paroquial e Social de Guilhadeses	42	42
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez – Casa Cerqueira Gomes	60	60
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez – Creche do Parque Empresarial de Padreiro	60	47

Tabela 19 | Respostas Sociais - Creche
Fonte de Dados: Carta Social 2022

O Concelho conta ainda com uma Instituição com atividades de natureza semelhante, embora com outro enquadramento legal, que é o Tic Tac - Centro de Babysitting que tem uma capacidade de 20 utentes e com capacidade esgotada atual.

Pela análise dos dados a maioria das creches do concelho têm a sua capacidade lotada à exceção da creche que se situa na zona industrial de Padreiro, cujo número de utentes está aquém da capacidade. Comparando estes dados com as preocupações apresentadas pelos grupos de trabalho, verifica-se que existe uma necessidade instalada de vagas em creche, sobretudo na zona urbana.

A educação pré-escolar está orientada para o desenvolvimento de crianças a partir dos três anos de idade até ao ingresso no ensino básico, proporcionando-lhes atividades educativas e atividades de apoio à família.

O concelho tem atualmente 10 equipamentos desta natureza com capacidade para 460 utentes, tendo atualmente 377. Esta resposta é assegurada pelas seguintes Instituições:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Centro Social e Paroquial e Arcos de Valdevez	75	55
Centro Paroquial e Social de Guilhadeses	62	41
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez – Jardim de Infância Cerqueira Gomes	75	72
Associação Social e Recreativa Juventude de Vila Fonche/Juventude	25	25
Jardim de Infância de Lamela, Giela - AE de Valdevez	50	43
Jardim de Infância de Assento (Paçô)- AE de Valdevez	22	17
Escola Básica Dr. Manuel da Costa Brandão, Sabadim - AE de Valdevez	35	35
Escola Básica de Eira do Penedo (Soajo) - AE de Valdevez	16	6
Escola Básica Padre Himalaya (Távora) - AE de Valdevez	50	54
Jardim de Infância de Vila Fonche - AE de Valdevez	50	29

Tabela 20 | Respostas Sociais – Educação Pré-escolar
Fonte de Dados: Carta Social 2022

Os dados permitem-nos concluir que a capacidade dos Jardins de Infância do concelho não se encontra totalmente esgotada o que leva a crer que esta é uma resposta que não necessita de expansão.

Os **Centros de Atividades de Tempos Livres**, são a resposta que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos extraescolares, procurando promover o acompanhamento das crianças recorrendo à prática de diferentes atividades.

O concelho disponibiliza atualmente 3 equipamentos desta natureza com capacidade para 143 utentes, tendo atualmente 136. Esta resposta é assegurada pelas seguintes Instituições:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Centro Paroquial e Social de Guilhadeses	20	16
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez – Casa Cerqueira Gomes	40	40
Associação Social e Recreativa Juventude de Vila Fonche/Juventude	83	80

Tabela 21 | Respostas Sociais – Centro de Atividades de Tempos Livres
Fonte de Dados: Carta Social 2022

O Concelho conta ainda com duas Instituições com atividades de natureza semelhante, embora com outro enquadramento legal, que é a Associação Desportiva e Cultural Aboim/Sabadim e o Centro

Recreativo e Cultural de Távora ambos com 50 utentes. Ao longo dos últimos anos tem-se verificado uma diminuição das instituições que contemplam a resposta de atividades de tempos livres, as quais eram em 2008, seis.

O **Lar de Infância e Juventude** é um equipamento social presta apoio a crianças e jovens até aos 18 anos em situação de perigo, a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção. A duração da institucionalização varia de caso para caso, cabendo à equipa técnica o acompanhamento destas crianças com o objetivo de se ir definindo o seu projeto de vida.

No concelho de Arcos de Valdevez esta resposta é apenas desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia, que acolhe crianças e jovens do género feminino, oriundas de diversos pontos do país. Este equipamento tem capacidade para 45 utentes, tendo atualmente 25.

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez – Casa Cerqueira Gomes	45	25

Tabela 22 | Respostas Sociais –Lar de Infância e Juventude
Fonte de Dados: Carta Social 2022

Pela comparação efetuada com os diagnósticos anteriores, verifica-se uma diminuição do nº de crianças e jovens acolhidas neste tipo de resposta.

Em síntese, e fazendo uma análise à evolução da capacidade das respostas sociais para Crianças e Jovens, verifica-se um aumento da capacidade nos últimos oito anos, com exceção dos Lares de infância e juventude para os quais a capacidade se manteve.

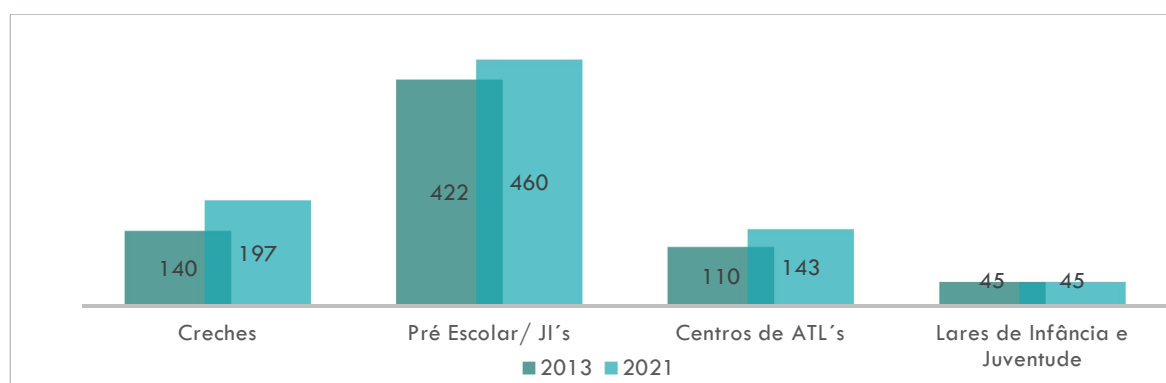


Gráfico 46 | Evolução da capacidade das respostas sociais para Crianças e Jovens
Fonte de Dados: Carta Social 2022

4.2 Pessoas Idosas

Atualmente, o concelho dispõe de respostas sociais diferenciadas, em função das necessidades da população idosa, bem como do seu grau de autonomia. Estas respostas são Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, Serviços de Apoio Domiciliário e Centros de Dia.

O objetivo destes equipamentos é essencialmente contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e dos seus familiares, garantindo a prestação de todos os cuidados e do seu bem-estar e integração social.

As **Estruturas Residenciais para Idosos** são respostas sociais destinadas ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ ou de autonomia.

O concelho disponibiliza 8 equipamentos desta natureza com capacidade para 344 utentes, tendo atualmente 330. Esta resposta é assegurada pelas seguintes Instituições:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Centro Paroquial e Social de Guilhadeses	50	50
Centro Paroquial e Social de S. Jorge	52	35
Centro Paroquial e Social de Rio Frio	43	42
Equip. Social do Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Grade	42	39
ERPI N.º Sr.ª Vale – Centro Social e Paroquial do Vale	12	12
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez – Vilagerações Centro Social Integrado	30	38
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez – Lar Soares Pereira	75	74
Idade D'Ouro – Residência para Seniores Arcos Valdevez (Privado)	40	40

Tabela 23 | Respostas Sociais – Estruturas Residências para Idosos
Fonte de Dados: Carta Social 2022

Esta resposta social, de acordo com as informações fornecidas pelos respetivos serviços tem uma enorme procura e nem sempre se verifica uma solução imediata, sobretudo para as situações mais urgentes e precárias que não tem outro tipo de resposta. Apesar do número de ERPI ter aumentado nos últimos anos, quer na quantidade de equipamentos quer no número de vagas, constata-se que em todas as estruturas, existem listas de espera.

O **Serviço de Apoio Domiciliário** consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, e que por isso não possam assegurar, temporária ou

permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O concelho disponibiliza 8 equipamentos desta natureza com capacidade para 331 utentes, tendo atualmente 239. Esta resposta é assegurada pelas seguintes Instituições:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Centro Paroquial e Social de Guilhadeses	26	25
Centro Social e Paroquial do Vale	35	33
Centro Paroquial e Social de Rio Frio	35	32
Equip. Social do Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Grade	59	20
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez – Vilagerações Centro Social Integrado	60	54
Centro Social e Paroquial de Soajo	35	21
Saúde em sua Casa – Edir Sousa, Lda.	25	8
Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Arcos de Valdevez	56	46

Tabela 24 | Respostas Sociais –Serviços de apoio domiciliário
Fonte de Dados: Carta Social 2022

O serviço de apoio domiciliário, teve uma grande evolução no concelho, registando-se uma cobertura quase total deste tipo de resposta. Apesar de tudo, ainda existem alguns lugares que, pela distância geográfica apresentam face à instituição de apoio, bem como, a fragilidade dos acessos, torna difícil a prestação deste apoio, pois, o custo do mesmo torna-se insustentável para a instituição. Assim sendo, torna-se necessário criar condições para o reforço desta resposta, por forma a garantir uma cobertura total a todos os lugares do concelho.

O **Centro de Dia** é uma resposta social que consiste na prestação de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas no seu meio habitual de vida, visando a promoção da autonomia e a prevenção de situações de dependência ou o seu agravamento

O concelho disponibiliza 5 equipamentos desta natureza com capacidade para 105 utentes, tendo atualmente 56. Esta resposta é assegurada pelas seguintes Instituições:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Centro Paroquial e Social de Guilhadeses	15	8
Centro Social e Paroquial do Vale	25	11
Centro Paroquial e Social de S. Jorge	15	15
Centro Paroquial e Social de Rio Frio	20	8
Equipamento Social do Centro Paroquial e Social de Santa Maria de Grade	30	14

Tabela 25 | Respostas Sociais –Centro de dia

Fonte de Dados: Carta Social 2022

Esta é uma resposta cuja capacidade instalada não se encontra esgotada, talvez por não representar, sobretudo nas zonas mais rurais, uma solução que cativa os mais velhos.

O **Acolhimento Familiar** é uma medida de política social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas ou pessoas adultas com deficiência, e destina-se a garantir um ambiente sociofamiliar e afetivo propício à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade.

Esta resposta social tem como Instituição de Enquadramento o Centro Distrital de Viana do Castelo e, atualmente, o Concelho de Arcos de Valdevez tem 19 Famílias de Acolhimento com capacidade e ocupação para 34 utentes (11 pessoas idosas e 8 adultos com deficiência).

Analisando a evolução da capacidade das respostas sociais do concelho para Idosos entre 2013 e 2021, todas as respostas aumentaram a sua capacidade, e de uma forma marcante as estruturas residenciais para idosos, o que decorre do acentuado envelhecimento da população do Concelho.

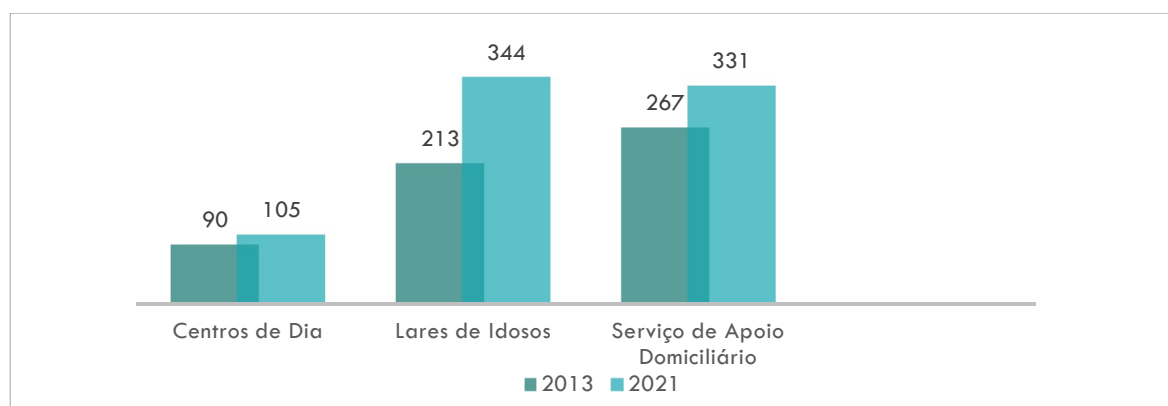


Gráfico 47 | Evolução da capacidade de respostas sociais para Idosos

Fonte de Dados: Carta Social 2022

4.3 Pessoas com Deficiência

As respostas dirigidas às pessoas com deficiência existentes no concelho limitam-se ao **Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)** e ao **Lar Residencial**.

O Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI) constitui uma resposta social de base comunitária, com uma regulamentação centrada na promoção da autonomia, da vida independente, da qualidade de vida, da valorização pessoal, profissional e da inclusão social, em concretização dos princípios e valores preconizados em instrumentos legislativos nacionais e internacionais, nomeadamente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Este equipamento destina-se ao desenvolvimento de atividades ocupacionais para pessoas com deficiência e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade.

O CACI destina-se a pessoas com deficiência, com idade igual ou superior a 18 anos, que não possam por si só, temporária ou permanentemente, dar continuidade ao seu percurso formativo ou exercer uma atividade profissional, ou ainda que se encontrem em processo de inclusão socioprofissional, designadamente entre experiências laborais.

O concelho disponibiliza 1 equipamento desta natureza com capacidade para 30 utentes, estando atualmente com total ocupação. Esta resposta é assegurada pela seguinte Instituição:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez - CAO	30	30

Tabela 26 | Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)
Fonte de Dados: Carta Social 2022

O **Lar Residencial** tem como objetivo geral o acolhimento de jovens e adultos portadores de deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar. Destina-se igualmente a jovens que frequentem estruturas de ensino, formação profissional ou que se encontrem abrangidos por programas ou projetos, cujo local não se compatibilize ao da respetiva residência. Presta ainda apoio no caso dos familiares/cuidadores necessitarem de apoio em determinadas situações, tais como em situações de doença ou de necessidade de descanso.

O concelho disponibiliza 1 equipamento desta natureza com capacidade para 30 utentes, estando atualmente com total ocupação. Esta resposta é assegurada pela seguinte Instituição:

Instituição	Capacidade	N.º Utes
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez - Lar Residencial Bem-Integrar	30	30

Tabela 27 | Lar Residencial (Deficiência)
Fontes de Dados: Carta Social 2022

As respostas de apoio na área da deficiência, constitui também uma prioridade de intervenção para o Município, sobretudo, no que concerne à criação de condições de mobilidade para frequência em instituições e respostas sociais de apoio a este grupo da população.

Há já vários anos que são efetuados **transportes** de pessoas com deficiência, quer através da utilização de recursos humanos e veículos Municipais, quer através de protocolos com entidades locais que colaboram com o Município na realização desse transporte, como é o caso da Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa e da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez.

Com esta medida, o Município, proporciona o transporte para diversos equipamentos, quer locais quer distritais, de uma média de 16 utentes por ano.

Esta é uma iniciativa de grande importância para as pessoas e famílias com deficiência, dado que de outra forma, ou por escassez de transportes públicos, ou por dificuldade de utilização dos mesmos devido à incapacidade que apresentam, ou ainda, por carência económica do agregado.

4.4 Pessoas em situação de dependência

Pretendem-se neste ponto apresentar as respostas para as pessoas em situação de dependência, causada por problemas de saúde e que não possam praticar com autonomia os atos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana, carecendo da assistência de outrem, necessitando por isso de uma resposta de apoio quer seja temporária ou transitória. No concelho para dar resposta a estas situações existem unidades de apoio integradas na rede nacional de cuidados continuados integrados, como a seguir se descreve.

A Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) é uma equipa multidisciplinar da responsabilidade dos cuidados de saúde primários (CSP) e das entidades de apoio social, para a prestação de serviços domiciliários, decorrentes da avaliação integral, de cuidados médicos, de enfermagem, de reabilitação e de apoio social, ou outros, a pessoas em situação de dependência funcional, doença terminal, ou em processo de convalescença, com rede de suporte social, cuja situação não requer internamento mas que não podem deslocar-se de forma autónoma.

O concelho disponibiliza 1 equipamento desta natureza com capacidade para 20 utentes, estando atualmente sem ocupação. Esta resposta é assegurada pela seguinte Instituição:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
ULS Alto Minho, E.P.E. - UCC Arcos de Valdevez	20	0

Tabela 28 | Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)
Fontes de Dados: Carta Social 2022

Já a **Unidade de Convalescença (UC)**, está destinada a doentes dependentes por perda transitória de autonomia (até 30 dias).

O concelho disponibiliza 1 equipamento desta natureza com capacidade para 23 utentes, estando atualmente com total ocupação. Esta resposta é assegurada pela seguinte Instituição:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez	23	23

Tabela 29 | Unidade de Convalescença (UC)
Fonte de Dados: Carta Social 2022

A **Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)** está destinada a doentes com uma doença de base aguda ou crónica, que se encontrem em fase de recuperação, necessitem de continuação do tratamento ou de supervisão clínica continuada (até 90 dias).

O concelho disponibiliza 1 equipamento desta natureza com capacidade para 31 utentes, estando atualmente com total ocupação. Esta resposta é assegurada pela seguinte Instituição:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez	31	31

Tabela 30 | Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)
Fonte de Dados: Carta Social 2022

A **Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)** está destinada a pessoas com doenças ou processos crónicos que apresentam diferentes níveis de dependência e diversos graus de complexidade clínica e que não podem ser atendidas no domicílio por falta de apoio social, dificuldades de apoio familiar ou descanso familiar (desejavelmente até 180 dias).

O concelho disponibiliza 1 equipamento desta natureza com capacidade para 28 utentes, estando atualmente com total ocupação. Esta resposta é assegurada pela seguinte Instituição:

Instituição	Capacidade	N.º Utentes
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez	28	28

Tabela 31 | Unidade de Longa Duração e Reabilitação (ULDR)
Fonte de Dados: Carta Social 2022

A necessidade de dar resposta a cidadãos, cuja situação de saúde imponha a utilização de produtos de apoio, de modo a proporcionar-lhes uma melhoria da sua qualidade de vida e dos respetivos cuidadores, tem-se revelado uma preocupação.

As exigências dos cuidados providenciados por estes últimos são múltiplas e variáveis em função da evolução da doença e do grau de incapacidade. Assim, os produtos de apoio são equipamentos considerados indispensáveis à autonomia e integração de pessoas com deficiência ou dependência, permanente ou temporária. São considerados produtos de apoio quaisquer equipamentos (cadeiras de rodas, andarilhos, camas articuladas, entre outros) que permitam prevenir, monitorizar e aliviar/atenuar as incapacidades e limitações das atividades quotidianas.

O **gabinete de apoio ao cidadão dependente**, a funcionar na Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa, disponibiliza diversos produtos de apoio, que podem ser alugados por particulares, residentes nos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, a um custo reduzido. Em 2021, 35 pessoas recorreram ao referido gabinete.

4.5 Vítimas de violência doméstica

A Violência Doméstica é definida como qualquer conduta ou omissão que inflija reiteradamente sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, de modo direto ou indireto, (por meio de ameaças, enganos, coação ou qualquer outro meio) a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar ou que não habitando, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, ascendente ou descendente.

Existem diversas formas de apoio às vítimas de violência doméstica a nível nacional, tais como: a Linha Nacional de Emergência Social – 144 que é um serviço público gratuito, de âmbito nacional, com funcionamento contínuo e ininterrupto para proteção e salvaguarda da segurança dos cidadãos em situação de Emergência Social; a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima a qual presta apoio emocional e apoio especializado de forma gratuita e confidencial às vítimas.

A nível local o apoio às vítimas de violência doméstica é garantido pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e pela GNR, que efetuam as diligências e os encaminhamentos considerados necessários e adequados para a resolução da situação.

Arcos de Valdevez dispõe ainda de uma resposta de emergência para vítimas de violência doméstica, de âmbito nacional, integrada na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD). A mesma surgiu em dezembro de 2014, com o intuito de colmatar uma lacuna existente ao nível distrital. A referida resposta proporciona um acompanhamento técnico multidisciplinar, de acesso a recursos e informação a vários níveis – social, psicológico e jurídico, tendo em vista a estabilização emocional e construção/definição de projeto de vida e respostas alternativas, construídas com base nas expectativas e necessidades das vítimas.

Em 2021, foram acompanhadas, em Arcos de Valdevez, 107 vítimas de violência doméstica: 57 [53%] Mulheres VVD e 50 [47%] Crianças e Jovens expostos diretamente à VD.

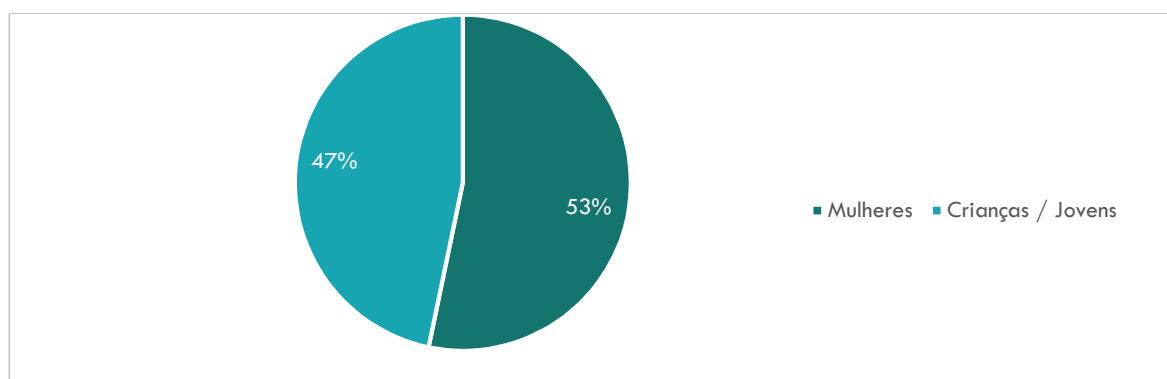


Gráfico 48 | Número de vítimas acompanhadas em 2021
Fontes de Dados: CM Arcos de Valdevez

A intervenção nesta área revela a necessidade de melhorar os serviços existentes, procurando, através de uma resposta humanizadora e socialmente adequada, suprir a complexidade das necessidades identificadas, potenciando, desta forma, a sua efetiva inclusão.

4.6 Família e comunidade

Neste ponto apresentam-se as respostas existentes no concelho destinadas à família e à comunidade, ou seja, aquelas que visam apoiar as pessoas e as famílias, na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência. Tratam-se de serviços de ação social que têm como objetivo, a prestação de serviços de apoio social e a conceção de planos integrados para a promoção do desenvolvimento social, através da dinamização e cooperação institucional.

O Serviço de Ação Social do Município disponibiliza um conjunto de apoios e medidas de desenvolvimento social local, orientadas para a inclusão social e promotoras da coesão territorial.

Fruto da transferência de competência para as Autarquias em matéria de ação social, materializada a 1 de abril de 2022, o Município passou a desenvolver dois serviços de extrema importância na área da ação social o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS, e o Serviço de Acompanhamento dos Beneficiários de Rendimento Social de Inserção - RSI. Para o desenvolvimento destes dois serviços o Município estabeleceu Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez no caso do SAAS e com a Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa de Arcos de Valdevez no caso do RSI.

O **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)** é um serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social. Tem como princípios orientadores:

- Promoção da inserção social e comunitária;
- Contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes;
- Personalização, seletividade e flexibilidade de apoios sociais;
- Intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos;
- Valorização das parcerias para uma atuação integrada;
- Intervenção mínima, imediata e oportuna.

O Serviço de Acompanhamento dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção consiste de Valdevez, consiste na promoção de condições que possibilitem a sua autonomização e o pleno exercício de cidadania. São objetivos da equipa:

- Promover competências que possibilitem um pleno exercício de cidadania participativa e responsável;

- Potenciar os fatores de proteção de cada família/indivíduo enquanto estratégia de prevenção;
- Minimizar as situações de risco através de uma intervenção precoce;
- Realizar uma abordagem local/comunitária através de iniciativas e serviços locais, centrados na comunidade e promotores de desenvolvimento social.

A **Ajuda alimentar a famílias carenciadas** é garantida pela Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa, que criou também um o gabinete de apoio social, em funcionamento desde 2014, que visa facilitar o acesso à proteção social das pessoas e famílias que recorrem ao mesmo, nomeadamente na disponibilização de géneros alimentares, vestuário e acesso a direitos e serviços sociais, e pela Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, entidade mediadora, executa do POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas. Trata-se de um Programa Operacional (PO) criado no âmbito do Fundo Europeu de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), que até março de 2020 apoiava 70 beneficiários com um cabaz mensal de géneros alimentares.

A referenciação dos beneficiários, para o programa alimentar, é da responsabilidade do SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e da Equipa de Acompanhamento aos beneficiários do RSI (Rendimento Social de Inserção) da Delegação de Arcos de Valdevez da Cruz Vermelha Portuguesa.

A ajuda alimentar no concelho de Arcos de Valdevez é também garantida pela CARITAS, entidade que efetua angariação de géneros alimentares, procedendo à sua distribuição de acordo com as famílias que lhes são referenciadas pelos serviços ou identificadas pela própria entidade.

A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018), concretizada pelo Decreto-Lei n.º 104/2018, estabelece que é da competência dos órgãos municipais a instrução e gestão dos **Gabinetes de Apoio aos Emigrantes**, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com a rede nacional de lojas de cidadão. O Gabinete de apoio ao emigrante (GAE) é uma estrutura de apoio aos cidadãos portugueses emigrados, que pretendam regressar a Portugal ou que tenham como objetivo iniciar um processo de migração.

O GAE tem vindo a manifestar cada vez mais necessidade em articular com os serviços de ação social municipal no sentido de apoiar a população migrante em todo o processo de acolhimento e integração, nomeadamente ao nível da habitação, trabalho, saúde, educação, entre outras questões

do quotidiano. Esta situação torna evidente a necessidade de criar um serviço municipal para o trabalho direto com a população migrante cada vez em maior número no concelho.

Ainda no âmbito das respostas sociais de apoio à família, é importante referir o **serviço de ação social escolar do Município**, o qual consiste num conjunto de medidas de política educativa que visam assegurar o acesso à educação a todas as crianças e jovens, independentemente das condições socioeconómicas, ou quaisquer outras diferenças. Engloba modalidades de apoio que combatem a exclusão social e promovem a igualdade de oportunidades, regendo-se pelos princípios da equidade, da discriminação positiva e da solidariedade social.

Em conformidade com o exposto e com a legislação existente, o Município de Arcos de Valdevez, desenvolve um conjunto de medidas de ação social escolar, nomeadamente:

- **Transportes escolares** - O Município de Arcos de Valdevez assume, em conformidade com a legislação existente, a realização dos transportes escolares, visando assegurar condições adequadas de acesso à educação e ao ensino, por parte dos alunos residentes no concelho. Cruzando a rede de transportes públicos existentes, com as necessidades dos alunos, o Município elabora um Plano de Transportes para cada ano letivo, elaborado em articulação com as necessidades de transporte manifestadas pelo Agrupamento de Escolas de Valdevez, o qual sustenta vários circuitos de transporte e surge como um complemento à referida rede de transportes públicos existente, garantindo à população escolar dos diversos níveis de ensino (pré-escolar, básico, secundário e profissional), uma rede de transportes gratuita e que sirva as suas necessidades de mobilidade. São transportados por cada ano letivo, cerca de 1000 alunos, sendo o custo associado de cerca de 800 mil euros anuais;
- **Refeições escolares** - o Município, através da aquisição de serviços, garante o fornecimento de refeições aos alunos que delas necessitem. Atualmente, por força da transferência de competências para as autarquias, terá de garantir a cobertura de todos os alunos dos diversos níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao secundário. Preveem-se abranger, no ano letivo 2022/2023, cerca de 1300 alunos num investimento que deverá rondar os 500 mil euros.
- **Auxílios económicos** - compete ao Município garantir o apoio financeiro para aquisição de livros e materiais escolares, aos alunos considerados carenciados. Este apoio difere, no caso dos alunos do escalão "A" e, no caso dos alunos do escalão "B" (a definição dos valores de capitação para definir os escalões é anualmente realizada pelo escalão do abono de família da segurança social). No ano letivo 2022/2023, serão abrangidos por esta medida Têm vindo a ser abrangidos por esta medida cerca de 1300 alunos, num investimento que ronda os 52 mil euros.
- **Atividades de animação e apoio à família** - serviço prestado pelo Município de Arcos de Valdevez em articulação com o Agrupamento de Escolas de Valdevez e outros organismos e entidades parceiras, e que visa apoiar a organização da vida das famílias/agregados

familiares sempre que, por dificuldades de conciliação de horários de trabalho e horários de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, o mesmo se justifique. Destinam-se aos alunos inseridos na educação pré-escolar e são compostas pelos seguintes serviços: prolongamento de horário, fornecimento de refeições (almoço e lanche), fornecimento de transporte gratuito sempre que justifique.

- **Bolsas de Estudo para o Ensino Superior** - o Município atribui bolsas de estudo para os alunos que frequentem o ensino superior e manifestem dificuldades económicas no prosseguimento desses estudos. Para isso, lança anualmente um concurso, para que os alunos apresentem as suas candidaturas que, depois de analisadas por uma Comissão, são atribuídas aos alunos que cumprem os critérios de atribuição definidos em regulamento próprio. Nos últimos quatro anos foram atribuídas uma média de 50 bolsas anuais.

Ainda ao nível da resposta de apoio à família e comunidade é importante referir o **Banco Local de Voluntariado de Arcos de Valdevez** que é uma estrutura local de organização do voluntariado com a missão de promover e divulgar o voluntariado no concelho, facilitando o encontro entre a oferta e a procura de voluntários e as instituições locais organizadoras de voluntariado.

Funciona com base na inscrição de pessoas que manifestam o desejo de exercer voluntariado e, inscrições de instituições que pretendam ou já são promotoras de voluntariado.

5.CONCLUSÕES

O Diagnóstico Social tem como pretensão reunir conteúdo relevante sobre o Concelho de Arcos de Valdevez de forma a caracterizar o mais pormenorizadamente todas as áreas onde urge intervenção. Este conjunto de informação será o suporte para preparação estratégica do desenvolvimento social. O desenvolvimento de todo o processo até à conclusão do diagnóstico social foi estrategicamente definido tendo em consideração as áreas de intervenção a trabalhar.

Conclui-se que o presente diagnóstico funciona como um instrumento de apoio ao planeamento dos trabalhos pelas grandes áreas de intervenção e, simultaneamente, como suporte à elaboração da Carta Social, onde se vão encontrar os equipamentos e respostas sociais do concelho.

Numa perspetiva de síntese, procura-se neste ponto, apresentar de uma forma simples e objetiva as principais problemáticas identificadas.

Ao nível demográfico, destacamos que o concelho de Arcos de Valdevez, entre 2011 e 2021, se deparou com um decréscimo populacional, contando atualmente com 20,720 residentes, sobressaindo um aumento no número de habitantes com mais de 65 anos e, consequentemente, uma redução na taxa de população em vida ativa. Verifica-se, também, uma redução da taxa de natalidade e uma subida na taxa de mortalidade.

Esta situação alerta-nos para o facto da população idosa e a população juvenil (crianças e jovens) se encontrarem no centro das preocupações dos atores sociais.

No caso dos idosos as preocupações relacionam-se com a escassez de respostas e de vagas em algumas áreas sociais, nomeadamente ao nível da cobertura do apoio domiciliário e da integração em Estrutura Residencial par Idosos, que afetam sobretudo os mais carenciados, os que não têm retaguarda familiar e os mais isolados. Destaca-se a este nível a falta de respostas de emergência, em termos de acolhimento, para este grupo da população, o qual não se enquadram nas respostas normalmente adotadas, nomeadamente pensões, pois tratam-se de pessoas com algumas fragilidades e especificidades que não se compadecem com este tipo de resposta.

No caso das crianças e jovens, as preocupações relacionam-se com a necessidade de promover o aumento da taxa de natalidade criando condições para que as famílias possam ter mais filhos e possam fixar-se no concelho, e no reforço da cobertura de algumas respostas sociais nomeadamente das creches. Para além disso, tendo em conta os dados da CPCJ que alertam para um ligeiro aumento das situações de risco/perigo em função, sobretudo, da exposição a comportamentos que comprometem o seu bem-estar e segurança (incluindo os contextos de violência doméstica), existe

uma necessidade de promover o apoio às famílias na parentalidade, bem como, apostar na educação e formação destas crianças e jovens, criando respostas de apoio a estudo e à ocupação dos tempos livres, ajustadas às suas necessidades e das suas famílias.

Também as questões relacionadas com o apoio à pessoa com deficiência revelam a necessidade de desenvolver medidas que geram o respeito, a dignidade, a autonomia, a independência, a autodeterminação e a participação da pessoa com deficiência em todos os domínios da vida humana.

Também se destaca o apoio às vítimas de violência doméstica, que carece de um maior investimento em espaços de atendimento mais humanizados, onde as vítimas se possam sentir bem acolhidas.

Ao nível da educação e formação evidencia-se uma subida quanto ao nível de escolaridade e, consequentemente um decréscimo na taxa de analfabetismo, contudo, de 2011 a 2021 denota-se uma redução do número de alunos/as matriculados/as nos ensinos pré-escolar, básico e secundário e também do ensino profissional. A maior taxa percentual de retenção e desistência verifica-se ao nível do ensino secundário.

A existência no concelho de estabelecimentos de ensino profissional, superior e centros Qualifica (reconhecimento, validação e certificação de competências), em muito contribuíram para o aumento da formação da população.

No que diz respeito à saúde uma área que se evidencia é a saúde mental, sendo também aquela que mais preocupa os atores sociais, dada o elevado número de situações que procura as entidades e organismos sociais e a escassez, ou até mesmo ausência, de respostas de apoio.

Outra problemática associada à saúde que também preocupa os atores sociais locais, relaciona-se com os comportamentos aditivos e dependências, dado que as respostas também são escassas e, muitas delas estão centralizadas na sede do distrito, situação que associada à escassez de transportes e acessibilidades, muitas vezes desmotiva os doentes para o tratamento.

Ao longo da elaboração deste diagnóstico ficou também patente, no que se relaciona com a área da saúde, a necessidade de continuar a intervir ao nível da promoção de um envelhecimento ativo e de estilos de vida saudáveis, utilizando para o efeito os diversos recursos locais ambientais, desportivos e culturais que o Município dispõe.

Ao nível da Segurança, Arcos de Valdevez apresenta uma redução da taxa de criminalidade entre 2017 e 2020, contudo, os crimes de violência doméstica, furto em veículo e furto em edifício

comercial/ industrial ocorreram em maior número, no ano de 2020. Destacamos com mais relevância o crime de violência doméstica, sendo o crime mais cometido em Arcos de Valdevez, análogo ao território nacional, situação esta que remete para a necessidade de encerrar os problemas de violência doméstica como uma prioridade de intervenção, sobretudo no que diz respeito ao atendimento, orientação e apoio às vítimas.

As questões relacionadas com a habitação são também uma enorme preocupação para os diversos atores locais, dada a escassez de habitações para arrendamento, situação que dificulta a fixação e atração de população para o concelho. O Município aprovou e lançou uma Estratégia Municipal de Habitação com diversas medidas de apoio neste âmbito.

Os dados revelam que o concelho melhorou as suas condições habitacionais, porém, ainda existem fogos que não possuem todas as condições básicas.

As dificuldades de transporte e acessibilidade devido à dispersão territorial, bem como à fraca rede de transportes públicos, torna esta área como de grande relevância para o desenvolvimento económico e social do concelho, dado que dificulta o acesso aos serviços e ao emprego.

Na grelha que a seguir se apresenta apresentam-se de forma resumida os desafios que se colocam por área de intervenção e que servem de mote para a definição da estratégia de intervenção a ter em consideração na elaboração do plano de ação:

Áreas de Intervenção	Desafios
Território	- Promover a natalidade - Promover a fixação da população residente - Atrair população jovem para o concelho - Promover a integração da população imigrante
Educação e Formação	- Promover e intensificar as medidas de apoio ao estudo - Promover e intensificar medidas de mediação escola/família - Promover medidas de apoio económico aos jovens com mérito numa atividade específica e que pretendam seguir uma carreira específica nessa área - Promover medidas que permitam valorizar a formação profissional
Saúde	- Promover o aumento das respostas no âmbito da saúde mental

	- Promover respostas mais ajustadas para o tratamento das pessoas com comportamentos aditivos
Habitação	- Intensificar as medidas de apoio à habitação para jovens - Intensificar as medidas de apoio ao arrendamento habitacional - Intensificar as medidas de apoio à recuperação habitacional de estratos sociais desfavorecidos - Reforçar a construção de habitação social - Incentivar a construção de habitações a custos acessíveis
Crianças e Jovens	- Alargar o número de vagas em creche - Alargar o numero de vagas em ATLs - Promover e intensificar os programas de voluntariado juvenil - Promover e intensificar os programas de intercâmbio juvenil - Aumentar as respostas de ocupação dos tempos livres para jovens maiores de 14 anos
Idosos	- Alargar a cobertura do Serviço de Apoio Domiciliário - Alargar o numero de vagas em Estrutura Residencial para Idosos - Alargar o numero de vagas em Centro de Dia - Criar respostas adequadas para acolher idosos em situação de emergencial social - Promover respostas adequadas para pessoas em situação de demência
Pessoas com Deficiência	- Promover e intensificar os programas de inclusão social de pessoas com deficiência - Promover e intensificar os programas e medidas que garantam melhores condições de mobilidade das pessoas com deficiência - Promover medidas que facilitem a autonomização da pessoa portadora de deficiência. - Promover e intensificar as mediadas de apoio aos cuidadores informais - Promover e intensificar a integração profissional de pessoas com deficiência
Vítimas de Violência Doméstica	- Criar condições para a prevenção e deteção precoce de situações de violência e maus-tratos - Promover a criação de residência de autonomização para vítimas de violência domestica

	- Criação de espaços de atendimento mais humanizados para as vítimas de violência doméstica
Famílias Vulneráveis	- Promoção do apoio às famílias na promoção de uma parentalidade positiva - Promover e intensificar os serviços de voluntariado para apoio em situações de emergência, calamidade, etc - Promover medidas de apoio à mobilidade e transporte das famílias mais carenciadas - Criar condições para a implementação de um centro de recursos sociais para situações de emergência social (alimentação, vestuário, mobiliário, etc)

IV | FONTES

Administração Regional de Saúde do Norte, IP (2017). Plano Estratégico 2017-2019. ARS Norte.

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Arcos de Valdevez – Informação relativa a caracterização processual 2016, 2017, 2018.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Gabinete de Estratégia e Planeamento.

UNESCO, Education for All 2000-2015: achievements and challenges; EFA Global Monitoring Report, 2015; Summary.

Relatório de sinistralidade e fiscalização de novembro 2021 da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)

Sites consultados:

<https://www.ine.pt>

<https://www.cartasocial.pt>

<https://www.pordata.pt>

<https://www.cmav.pt/>

<https://culturanorte.gov.pt/>

<https://www.visitarcos.pt/>

<https://www.sns.gov.pt/>

<http://www.inr.pt>

<https://infoeuropa.euroid.pt>

<https://www.portaldahabitacao.pt>

Anexos

Sessões com Parceiros Sociais

24 de novembro de 2021

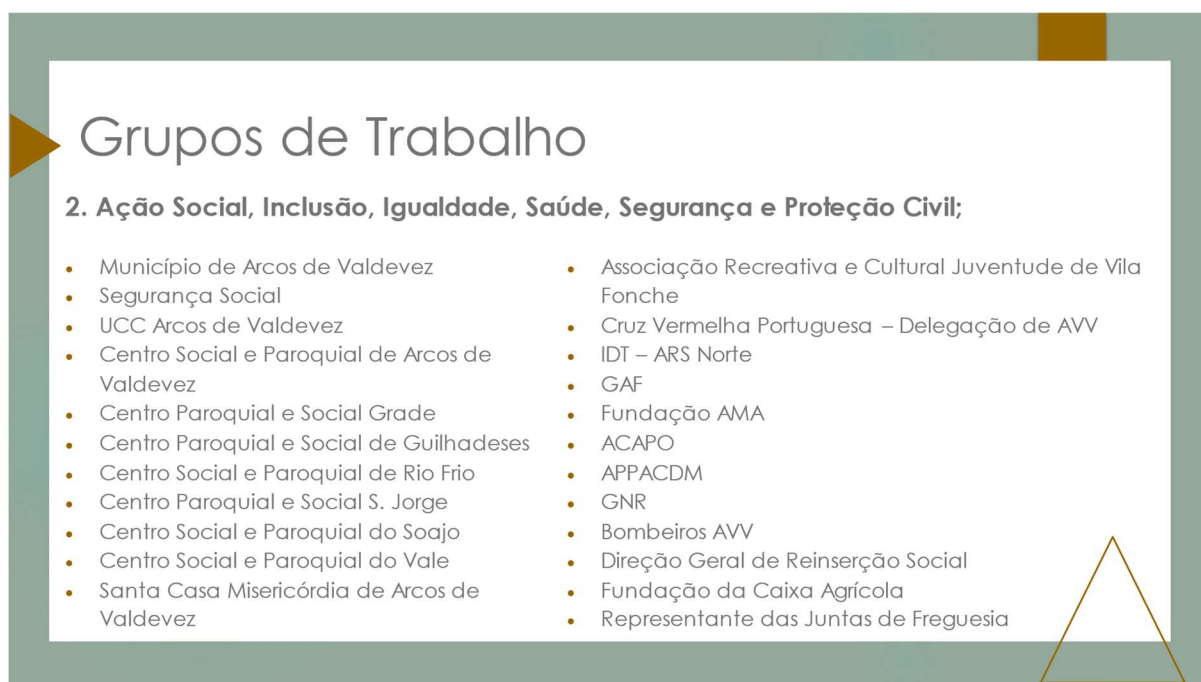


Grupos de Trabalho

1. Educação e Formação Profissional

- Município de Arcos de Valdevez
- Agrupamento Escolas de Valdevez
- Associação Pais e Encarregados de Educação
- EPRALIMA
- IPVC
- IEPF
- ACIAB
- CENFIM
- Representante das Juntas de Freguesia

24 de novembro de 2021



Grupos de Trabalho

2. Ação Social, Inclusão, Igualdade, Saúde, Segurança e Proteção Civil;

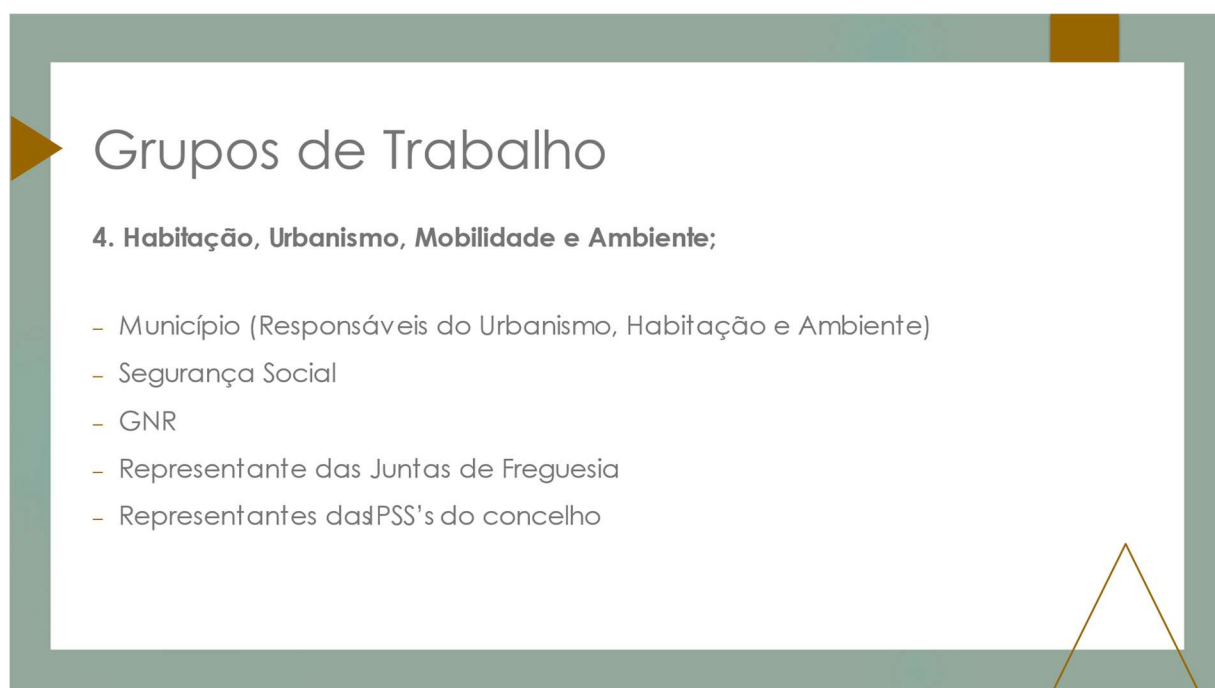
• Município de Arcos de Valdevez • Segurança Social • UCC Arcos de Valdevez • Centro Social e Paroquial de Arcos de Valdevez • Centro Paroquial e Social Grade • Centro Paroquial e Social de Guilhadeses • Centro Social e Paroquial de Rio Frio • Centro Paroquial e Social S. Jorge • Centro Social e Paroquial do Soajo • Centro Social e Paroquial do Vale • Santa Casa Misericórdia de Arcos de Valdevez	• Associação Recreativa e Cultural Juventude de Vila Fonche • Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de AVV • IDT – ARS Norte • GAF • Fundação AMA • ACAPO • APPACDM • GNR • Bombeiros AVV • Direção Geral de Reinserção Social • Fundação da Caixa Agrícola • Representante das Juntas de Freguesia
--	--



Grupos de Trabalho

3. Cultura, Desporto e Associativismo

- Município de Arcos de Valdevez
- IPJ – Instituto Português da Juventude
- CNE 214 – Corpo Nacional de Escutas
- Representante das Juntas Freguesias
- Associações Recreativas Culturais e Desportivas do Concelho



Grupos de Trabalho

4. Habitação, Urbanismo, Mobilidade e Ambiente;

- Município (Responsáveis do Urbanismo, Habitação e Ambiente)
- Segurança Social
- GNR
- Representante das Juntas de Freguesia
- Representantes das PSS's do concelho

Grupos de Trabalho

5. Desenvolvimento Económico, Emprego e Inovação

- Município de Arcos de Valdevez
- IEPF – Instituto de Emprego e Formação Profissional AVV
- ACIAB
- INCUBO
- IPVC
- CENFIM
- ARDAL
- Checklist
- Cooperativa Agrícola de Arcos de Valdevez
- Associação de Vinhos
- Representante das Juntas Freguesias

Principais conclusões das sessões de trabalho

A partir da análise documental e da auscultação aos atores, gostaríamos de salientar algumas conclusões que surgiram ao longo deste processo e que são as essenciais para o planeamento estratégico.

- ✓ Demograficamente, é importante destacar que o concelho regista uma **diminuição populacional**.
- ✓ Destes, existe um aumento **significativo da população com idade igual ou superior a 65 anos** e uma diminuição da população com idade igual ou inferior a 14 anos. O aumento da população idosa é significativo. Sendo esta a tendência nacional, seria importante um planeamento a longo prazo que permita criar respostas para as necessidades atuais, mas também para aquelas que já se sabem que existirão daqui a 5-10 anos.
- ✓ O **aumento do valor das rendas** que se tem vindo a sentir por todo o território nacional, afetou também o concelho, o que aliado à **pouca oferta de habitação** para arrendar e adquirir a custos controlados tem contribuído para a saída de população do território.
- ✓ O concelho disponibiliza uma rede de equipamentos sociais, movimentos associativos e recursos nas várias áreas de intervenção (saúde, educação, emprego, entre outros), no entanto existe a perceção de que um maior conhecimento dos mesmos e a definição de uma ação concertada e articulada entre todos seria fundamental para a intervenção e desenvolvimento social do concelho.
- ✓ A rede de transportes pública é claramente insuficiente, com fortes repercussões ao nível do isolamento social, do acesso ao emprego e a serviços. É por isso fundamental repensar como aumentar a sua capacidade e uma melhor distribuição territorial.
- ✓ A fixação de empresas no concelho potenciou a criação de postos de trabalho e impulsionou o desenvolvimento económico da região, no entanto existem constrangimentos à fixação das pessoas no território, nomeadamente a falta de habitação.
- ✓ É fundamental o investimento numa política local de habitação em prol do desenvolvimento social.
- ✓ A adequação da oferta formativa às necessidades do mercado de trabalho e aos interesses dos jovens poderá contribuir para o aumento do emprego e da fixação da população jovem no território.

